

Międzynarodowe Studia Społeczno-Humanistyczne (International Social and Humanities Studies)

Wydawca / Publisher:
Instytut Studiów
Międzynarodowych
i Edukacji
www.ismie.pl



58 (3) 2025
ISSN 1898-8431

COPYRIGHT © 2018 BY
ISMIE
ALL RIGHTS RESERVED

Numer specjalny afiliowany do
Uczelni Biznesu i Nauk Stosowanych "Varsovia"
www.varsovia.study

Spis treści

RAMIRO DÉLIO BORGES DE MENESES: A MÃO: pela fenomenologia de Emmanuel Lévinas/ THE HAND: by the phaenomenology of Emmanuel Lévinas	3
KIYOKAZU NAKATOMI: Métaphysique d'Aristote et Philosophie asiatique Du point de vue de la philosophie japonaise	23
MICHAŁ OLCZAK: Self-adwokatura jako instrument efektywnego uczestnictwa osoby z niepełnosprawnością intelektualną w postępowaniach – ujęcie prawno-procesowe. <i>Self-Advocacy as an Instrument of Effective Participation of Persons with Intellectual Disabilities in Legal Proceedings: A Procedural-Legal Perspective</i>	33
ADAM KOMOROWSKI, ALEKSANDRA RADOŃ, PIOTR DREHER, HUBERT GAŁASZKIEWICZ, JAGODA PĘKALSKA: The relationship between life satisfaction levels and the severity of substance dependence symptoms among the techno culture community	49
DOTA SZYMBORSKA, JULIA JASTRZĘBSKA: Work Pedagogy in the Era of Automation: Modeling „AI-Ready” Managerial Competencies in the Process of Lifelong Learning	61

Międzynarodowe Studia Społeczno-Humanistyczne (International Social and Humanities Studies)

Wydawca / Publisher:
Instytut Studiów
Międzynarodowych
i Edukacji
www.ismie.pl



58 (3) 2025
ISSN 1898-8431

COPYRIGHT © 2018 BY
ISMIE
ALL RIGHTS RESERVED

Ramiro Délio Borges de Meneses

Centro de Estudos Filosóficos da Faculdade de Filosofia de Braga – Universi-
dade Católica Portuguesa
Instituto Politécnico de Saúde do Norte – Gandra e Famalicão
menezes7751@gmail.com
Gandra, Portugal

A MÃO: pela fenomenologia de Emmanuel Lévinas/ THE HAND: by the phaenomenology of Emmanuel Lévinas

Summary

The hand is, after all, the last possession of man, but a possession that deprives him of himself. The hand fulfills rituals, performs works, congratulates someone for greetings, rises to heaven, plays instruments, writes and reads. Therefore, the hand will be the most polysemic organ of languages and for the language of all human nature, as revealed by Human Anatomy and Physiology. With this paper we intend to construct a phaenomenology of instrumentality, which contemplates different meanings and values, such as: ontology, ethics, axiology, theology and religion, in search of a new and original phaenomenology to clarify the very important aspects of the philosophical appearances of human hands.

Keywords: The hand, Ontology, and Religion.

INTRODUÇÃO

Com este intróito, iniciamos, pela nossa mão, uma reflexão filosófica, entre a fenomenologia e a ontologia da “mão”, que nos conduzirá à exploração da descrição das aparências e ao fundamento causal e existencial, relativamente aos elementos constitutivos da mão. O nosso escopo, também ele em prosa, conduzir-nos-á, no âmbito do trabalho manual clínico, entre teorias e aplicações filosóficas, a uma descrição fenomenológica da instrumentalidade, em trabalho privilegiado na disponibilização de cuidados em saúde.

E terminamos com uma reflexão sobre as relações entre as mãos de Deus e as mãos de homem, pelos caminhos da Teologia Bíblica, que surgem como epílogo nas relações entre a mão e a ternura. Deveremos atender ao dever moral que a mão encerra na prática de crimes, implicando um valor para a “mão em ética”. É assim que começa o nosso discurso filosófico sobre o sentido e valor da “mão”. A mão orienta condutas e revelação como uma redenção e salvação da instrumentalidade do ser humano. A mão vivencia-se, também, continuamente em Enfermagem e em Medicina, na busca de uma *poiesis* clínica, numa nova e renovada forma de exercer todos os cuidados aos doentes. Assim, tornam a “mão clínica” como causalidades, ora eficiente, ora instrumental, a bem da redenção do doente ao momento de bem-estar, bem-ser, bem-agir e, ainda, de bem-fazer. Por tudo isto, que aqui se indica, neste imtróito, em homenagem à mão, como órgão que não pode pertencer senão ao homem, e a mão do macaco, que dela parece aproximar-se, não é senão uma caricatura.

A mão revela, pois, essa situação ambígua do homem, que é a de ser superior a todos os seres vivos e inferior àquilo que gera a vida. A mão é, afinal, uma possessão única do homem, mas uma possessão que o desapodera de si mesmo. A mão cumpre rituais, realiza trabalhos, felicita alguém pelos cumprimentos, eleva-se ao céu, toca instrumentos, escreve e lê. Logo, a mão será o órgão mais polissêmico da linguagem e para as linguagem de toda a natureza humana, tal como se revela pela Anatomia e Fisiologia Humanas.

A MÃO: SENTIDO SEGUNDO E.LEVINAS

Segundo Emmanuel Lévinas, poderá considerar-se a mão como como “rosto”? Sabe-se que, desde os pensadores clássicos, a mão possui uma função fundamental, sendo naturalmente considerada como órgão do trabalho e do tacto, existindo igualmente uma relação muito íntima entre o pensamento e a mão. Esta será como que a executora daquilo que o pensamento arquiteta.¹

Todavia, E. Lévinas, em *De Dieu qui vient à l'idée*, ao dialogar com Edmund Husserl, sobre a origem do sentido, introduz um discurso sobre a “mão”. Na verdade, a origem do sentido é, para Husserl, dada como intencionalidade e como percepção. Com efeito, a intencionalidade e a percepção manifestam-se como um dado da “consciência eidética”. Logo, segundo E. Lévinas, para E. Husserl, a origem do sentido será dada no próprio corpo da consciência, como algo a compreender e a tocar. Segundo esta perspectiva, E. Lévinas introduz a “mão” como a realização da origem e a concretização do sentido, como analisa E.P. Lopes Nunes.²

Será, então, na penhora, que a presença é presença em carne e osso, e não só em imagem. Assim, a presença produz-se como “main-tenant”. Desta sorte, a mão e os dedos seriam a própria incarnação da consciência.³ Logo, o papel primordial da mão, como fenomenologia da instrumentalidade, significa que o ser e o agir do *homo faber* (aquele que produz coisas) encontra-se na doação. Será a mão que toma e entrega

¹ Cf. B.MONDIN, *L'uomo chi è? Elementi di antropologia filosofica*, Milano, Editrice Massimo, 1977, pp. 229–131.

² Cf. E.P. LOPES NUNES, *O Outro e o Rosto, Problemas da Alteridade em Emmanuel Lévinas*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, UCP, 1993, pp. 68–69.

³ Cf. E.LÉVINAS, *De Dieu qui vient à l'idée*, Paris, Vrin, 1982, p.236.

as coisas, tornando-as ágeis. A mão possui um sentido de instrumentalidade, *per essentiam suam*, desde a causalidade até ao fenómeno. Estabelece, pois, um sentido de eficiência e de entrega no trabalho entre as mãos e com as mãos.

Segundo E. Lévinas, a mão é considerada como uma “mão táctil”, surgindo como órgão que faz parte do “conhecimento poiético”, estando ao seu serviço. A mão presta serviços e é serviço, tal como se afirmará da Anatomia à Fisiologia, passando por todas as cirurgias. Para E. Lévinas, a mão que “toca”, assemelha-se à teoria da visão, na medida, onde o movimento da mão, que toca através do nada do espaço, o tocar assemelha-se à visão, dado que para os cegos será a grande visão, através da mão estes lêem, pensam, estudam e escrevem.⁴ A mão é “instrumentalidade poiética” do *homo faber*. Como considera E.P. Lopes Nunes, se tivéssemos de julgar ou pensar se a mão é ou não “rosto”, seríamos levados só, por estas expressões, a admitir que a mão não poderia ser “rosto”.⁵ Todavia, seria somente o significado, que a mão possui de acordo com o pensamento levinasiano, apresentado como se fosse um “rosto poiético”.

Quando E. Lévinas fala da pobreza do Rosto, pensamos que, no sentido mais profundo, se refere também à pobreza destes marginalizados. Em E. Lévinas, a ideia de Infinito e o próprio Infinito vêm-me do exterior, surgem numa relação que é pura exterioridade. Mas, a ideia de Infinito vem do Rosto do Outro e o Rosto aparece como exterioridade total. A mão, que faz, é uma exterioridade do corpo humano. A relação com o Rosto não é uma relação, que se produz no âmbito do género, não se joga na totalidade, é uma relação com o Infinito. A exterioridade, que se manifesta na relação com o Rosto, articula uma ligação de exterioridade entre seres separados. Esta articulação tem o seu significado no trabalho e ação das mãos entre si. Esta não é a separação, na qual o ser se fecha em si próprio ou no seu egoísmo, num isolamento total, esquecendo a transcendência de Outrem.

Para E. Lévinas, ter a ideia de Infinito significa ser orientado e mandado pelo Outro, isto é, receber um ensinamento, não através de uma maiêutica, mas por meio de uma transitividade não-violenta na epifania do Rosto. A transcendência do Rosto apresenta-se como exterioridade imediata na relação *πρόσωπον πρὸς πρόσωπον* (face-a-face).

Logo, a ideia de Infinito, enquanto relação com o Outro, é de ordem social. Mas, o Rosto apresenta-me a sua verdadeira transcendência e exterioridade na resistência pacífica, pela qual se opõe aos meus poderes. O Rosto nem é de ordem sensível, nem fenoménica. O Rosto aparece como abertura na caricatura da sua forma. As mãos humanas não caricaturas, são antes formas de apreensão. Mas, o Rosto apresenta-me a sua profundidade. O que impede o meu poder é a resistência do Outro, como resistência não-violenta. Ela não age negativamente, porque tem uma fundamentação ética.

A alteridade, que se exprime no Rosto, fornece a única matéria-prima à negação total. Embora o Rosto se exprima no sensível, é a alteridade que subtrai o meu poder e é enquanto tal, que surge, então, a tentação de o aniquilar. O Outro levinasiano nem é empírico, nem puramente fenomenológico. O Rosto levinasiano está carregado de

⁴ Cf. E. LÉVINAS, *Totalité et Infini*, 4ª edição, De Hagen, Nijhoff, 1984, p.163.

⁵ Cf. E. P. LOPES NUNES, *O Outro e o Rosto*, p. 69.

significado e não se reduz à sua manifestação exterior, mas é exterior por meio da mão. Esta significa ir até ao Infinito e constitui o “enigma do rosto”. Esta epifania do Rosto é “presença”, que é dada numa vivência moral. Assim, o Rosto coloca-me numa “intriga ética”. A mão será sempre uma presença em todas as atividades, particularmente no domínio dos cuidados de saúde.

Por aqui se vê que o Rosto levinasiano se coloca no contexto da “nudez” e da significação. O que o caracteriza como Rosto será a significação que dele emana, a qual faz irromper a forma. A nudez determina-se como impossibilidade de se ornamentar. A relação com a “nudez” do Rosto é uma relação com uma presença sem qualquer mediação, uma relação com uma nudez livre de todas as formas. Por isso, esta nudez significa a luz sobre ela mesma. A mão, também, se exprime como nudez do Rosto, mas do “rosto instrumental”. A mão uma parte nua, é como se fosse Rosto. É um outro Rosto.

A nudez será aqui uma significação imediata. Esta precede as coisas e ilumina-as. Esta imediata significação é evidente na nudez do Rosto. O Outro voltou-se para mim e é isso mesmo a sua nudez. Mesmo despido da sua forma, o Rosto está transido na sua “nudez”. A mão, também, está transida de nudez. É uma das partes mais nuas, devido ao papel desempenhado pela preensão. A nudez do Rosto é desnudamento e já suplica na rectidão que me visa. A mão é “desnudamento poético”, em virtude das tarefas que terá que desempenhar.

O Rosto significa “des-valido”. Analogicamente, interpretando a parábola do Bom Samaritano (*Lc 10,25-37*), pela leitura de Lévinas, o “rosto”, na sua epifania como nudez, é expressão da sua imagem, isto é, como “semi-morto” (*Lc 10, 30*). Este (des-valido no caminho) é o Rosto espoliado e desfigurado de Jesus Cristo, do Rosto até às Suas mãos. Mas, a expressão do Rosto, como nudez, não depende da imagem, porque é muito superior a ela, como Rosto de Cristo. No entanto, Ele é retidão, que me visa concretamente. O Samaritano é a “mão”, que ajuda o Desvalido no Caminho.

E. Lévinas, usando uma linguagem semelhante à de J. Brun, salienta, relativamente à fenomenologia da “mão”, que a proximidade não se resolve na consciência, que determinado ser tomaria de um outro ser, o qual pensaria como sendo próximo, enquanto ele se encontraria sob os seus olhos ou ao seu alcance e enquanto seria possível aproveitar-se deste ser, passando o tempo com ele.

Mas, na reciprocidade do aperto de mão, da carícia, da luta, da colaboração, do comércio e da conversação reside o sentido de um Rosto quiral.⁶ Isto significa que a “linguagem mímica” é uma linguagem com as mãos e pelas mãos, que nos situa entre o conhecimento “teórico” e conhecimento “prático” por meio do “conhecimento poético”.

Segundo E. Lévinas, se a mão pode ser expressiva e significativa, não será pelo “aperto de mão”, pelo qual desejamos considerar o Outro como nosso colaborador, ou ainda como nosso recíproco, mas antes de um outro grau de proximidade, a única possível para este pensador; este é aquele que é resposta ao apelo do Outro. Aqui temos uma resposta que é responsabilidade, ”onde a carne se faz verbo e a carícia dizer”.⁷

⁶ Cf. E. LÉVINAS, *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence*, De Hagen, Nijhoff, 1974, p.104.

⁷ Cf. *Ibidem*, 120.

Na presença do “rosto”, em E. Lévinas, não posso afastar a avidez do olhar, senão transformando-me em generosidade, incapaz de abordar o Outro de mãos vazias.⁸ A palavra suplicante (tal como a oração de suplica, segundo a Ascética e a Mística), que vem do Outro e que se instaura num mundo abstrato, implica um “eu egoísta”, que se coloca na outra margem, mas que é incapaz de abordar o Outro de mãos vazias, sendo, neste sentido, a palavra referida como exortação, a qual me chama a dar.⁹ A mão dá e oferece, em sentido positivo, mas também pode rejeitar o dom e a oferta, salientando o seu lado negativo, a mão pode rejeitar a dádiva ...

Como poderemos verificar, segundo reflexão de E. P. Lopes Nunes, a mão, mencionada como significado ético, é a mão daquele que acolhe, isto é, a mão de quem socorre. Aqui temos a mão do Eu, que se expolia do seu egoísmo. Poderá, também, esta mão salienta-se pela mão do Outro, enquanto “rosto”, que me suplica? Ele não é quem dá, mas sim quem pede, porque tem direito a tudo.¹⁰

E. Lévinas, quando se refere ao Outro, alude a ele como “rosto miserável”. Logo, a miséria do Outro, do pobre da rua, será muitas vezes traduzida por todo o seu conjunto: modo de vestir, de ser e, muitas vezes, pela mão estendida, que é o gesto mais comum de pedir e de suplicar, ao pedir uma esmola, cumprindo-se, assim, uma das obras de misericórdia. Mas, também, será o modo mais direto de chamar à atenção para a sua miséria. Muitas vezes, o Outro está silencioso, mas de mão estendida. Logo, a mão será ainda e então “rosto”, como descreve E. P. Lopes Nunes.¹¹

E. Lévinas fala do sujeito onde parece que não ficará nem o seu murmúrio. Ser sujeito é uma passividade extrema. Trata-se, entretanto, de uma incumbência que não espera a demora pela deliberação e pela decisão. A ideia, que Lévinas lança, será a da responsabilidade como rectidão, que se não deixa escapar como imposição, que me obriga, sem que seja eu mesmo quem a impõe. Refere-se como responsabilidade, que não deixa espaço para uma mínima distância. Aí se vislumbra uma “passividade extrema”, uma passividade anárquica sem ascendente na relação com o Outro. A mão é a atividade da atividade na tarefa ao Outro.

A relação do Outro é provocada pelo Outro, que me afeta. Refere-se como uma afeção pelo Outro, irre recuperável pela atividade do sujeito. Aqui está a passividade da exposição ao Outro. A passividade da afeção vem do Outro sem possibilidade de se assumir. Assim, a passividade alude a esta conjuntura, na qual me encontro responsável pelos Outros, sem que esta tenha começado por minha iniciativa. A passividade do sujeito indica a afeção “traumática”, que vem de fora e a impossibilidade em que se encontra o sujeito de assumir esta. O extremo da passividade é o sujeito enquanto bondade. A mão é um acrescento da bondade do fazer e do agir.~

A “proximidade”, em E. Lévinas, manifesta-se na Bondade, sendo esta a própria “anarquia”. É a ideia de Infinito que transcende e se nos “abre” ao sentido do Bem para lá do ser. O surgimento do Outro será a vida da minha responsabilidade, que revela a finitude numa dimensão ética, porque o homem não pode ilibar-se da chamada suplicante e exigente do Rosto do Outro-homem. Esta proximidade não se revela

⁸ Cf. E. LÉVINAS, *Totalité et Infini*, p. 21.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 193–194.

¹⁰ Cf. E.P. LOPES NUNES, *O Outro e o Rosto*, p. 70.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 71.

com carácter espacial, mas sublinha, naturalmente, o carácter contingente desta relação, porque o “próximo” é o primeiro que chega, sendo iniciada pela mão. A mão é verdadeiro instrumento e agente de proximidade; a mão, pelo cumprimento, vai à frente nas condutas e no fazer da urbanidade.

A proximidade consiste no facto de estar lançado e abraçado a um “próximo”, que é estranho num absolutamente Outro. O próximo é o desenraizado, o apátrida, o exposto ao frio e ao calor das estações, o que, em suma, está “despido de dignidade” (*des-valere*). E a proximidade é ditada pelo facto de que o seu ser como “estrangeiro” me incumbe, me acusa de uma falta, que não cometi livremente, obrigando-se a um despojamento de si mesmo para cuidar do Outro como “desvalido no caminho”. A mão consiste num ir para o Outro, sem me preocupar do movimento para mim, num abeirar-se do próximo, de tal maneira que o Eu mantenha uma “resposta” ao perguntar pela responsabilidade, oferecida pela mão, como instrumento fundamental dos cuidados de saúde.

A proximidade significa, então, vencer o medo de superar o esquecimento da responsabilidade ao chamamento e de encontrar a dimensão verdadeira do existir e do pensar. A proximidade é movimento em direção ao Outro, sem preocupação do movimento de volta. O Samaritano foi em direção ao Outro, estendendo as mãos para ajudar o Desvalido no Caminho, viu, aproximou-se e acolheu-O, sem se preocupar pelo momento do regresso, porque não voltou segundo a narrativa lucana.

Mas, é o “aproximar-se” acima de todas as relações recíprocas, que não deixa de se estabelecer entre mim e o próximo, porque tenho dado um passo a mais até Ele. Com efeito, este passo é possível se for “responsabilidade”. De tal modo que na “responsabilidade” existente em mim, com relação ao Outro, terei uma resposta a mais para responder à própria responsabilidade. Logo, a responsabilidade, que vem a seguir à proximidade, não é coincidência e muito menos retorno. É sempre abertura. É dar-se inexoravelmente ao Outro através de gestos da mão. Foram os gestos das mãos do Samaritano, que salvaram o Desvalido nos caminhos, em direção a Jerusalém (*Lc 10, 25-37*).

A responsabilidade, que supõe proximidade, é, paradoxalmente, de fora para dentro como *e-ventum* (acontecimento). Inverte a tendência de procurar a possibilidade da comunicação num ir de dentro para fora, desde a coincidência da consciência consigo mesma. Assim, as mãos traduzem uma “comunicação poética”, que se refere como extrínseca. Em E. Lévinas, o privilégio da proximidade, com relação à ordem racional, a qual tende, em princípio, a um sistema de puras relações, é a hipótese da relação pela “subjetividade obsessionada”, não recíproca, até ao próximo, onde está a mão, que presta cuidados e ajudas.

O Eu nunca está perante um único Outro, mas são vários os Outros com que o Eu se relaciona e a responsabilidade, que até ao momento nos apareceu em sentido único, surge agora numa multiplicidade de sentidos. Uma vez que estou perante vários outros e perante os Outros dos Outros, «na proximidade do outro, todos os outros me obsessionam», não tenho obsessão por um único outro, mas por inúmeros outros, pelo que «a obsessão exige justiça, reclama medida e saber, é consciência». As mãos estabelecem relação com muitos outros, das mais variadas formas, desde o abraço apertado com as mãos, até ao simples cumprimento.

O aparecimento do Outro, porque é acompanhado da revelação de muitos Outros, obriga a tornar presente o que não pertence a qualquer tempo sincronizável. A presença dos vários Outros, exigindo justiça, impõe a necessidade da representação. Surge aqui a “representação plesiológica”. A mão também é uma “representação plesiológica”, porque define e marca a proximidade entre os seres humanos. Com o aparecimento do terceiro, o rosto do Outro aparece como o incomparável, que devo comparar, o inobjetivável, que devo objetivar.

A entrada do terceiro, em que o duo Eu-Outro se torna um trio (eu-Outro-Outro) faz surgir a necessidade da medida, da consciência moral, da norma. Mas a medida da norma, segundo E. Lévinas, não passa a ser o universal, porque o Rosto de cada outro não deixa de ser Rosto. É a responsabilidade infinita do Eu perante cada Outro que é a medida. A mão, apesar de ter medidas, segundo a Morfologia Humana, não tem “mãos a medir” no domínio da fenomenologia instrumental.

A mão introduz uma nova visão instrumental nos cuidados a prestar aos doentes ou nas atividades económico-financeiras. Assim, as mãos funcionam como segundas essências nas condutas e nas atividades humanas, a fim de todos os saberes poderem ser adequados e produtivos. As mãos introduzem um sistema de vasos comunicantes, entre as comunicações teóricas, práticas e poiéticas, revelando, assim, o verdadeiro Rosto dos saberes e dos progressos científicos. A mão, além de ter uma “dimensão teológica”, pela via da oração, apresenta também uma “dimensão plesiológica”, nas suas atuações e nas suas vivências prementes e permanentes.

A MÃO: SENTIDO ONTOLÓGICO

A mão tem uma causalidade e diz uma relação causa-efeito, segundo a Ontologia. Segundo a *Metafísica* de Aristóteles, no capítulo da Etiologia, existem quatro causas, isto é, material, formal, eficiente e final. A matéria e a forma dizem-se ser intrínsecas à realidade, pelo que são partes que constituem uma coisa.¹² A mão implica uma causa material, que se refere, segundo a Anatomia Humana, constituída por carpo, metacarpo e dedos. Também é formada por músculos, ossos, nervos, artérias, veias e capilares. Todavia, a mão determina-se, também, por uma causa formal, que tem a ver com a figuração e estrutura anatomo-histológica.

Com efeito, esta causalidade da mão é intrínseca, dizendo respeito à sua estrutura e geometria, que é muito singular no domínio do corpo humano. Aqui temos uma causalidade estruturante e estrutural. Assim, temos a mão, cujas partes, segundo São Tomás de Aquino, são a carne e os ossos e que diferem segundo a espécie.¹³

A mão, devido à sua Fisiologia, implica igualmente uma causalidade instrumental. Esta causalidade, segundo a Ontologia Geral, aparece como uma causalidade extrínseca e na dependência das causalidades final e eficiente. Tem, naturalmente a ver, ora com as funções específicas do seu existir, como sejam, a preensão, a mobilidade, o tacto, etc. Todos estes elementos são analisados através da fenomenologia da instrumentalidade. Esta causalidade é fundamental, porque estabelece, na mão, as

¹² Cf. SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Princípios da Natureza*, Introdução, tradução e comentários por Ramiro Délio Borges de Meneses, Porto, Porto Editora, 2001, p. 76.

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 78.

relações ontológicas com a causalidade estrutural (material e formal) e as causalidades eficiente e final, como entidades funcionais e extrínsecas.

Aristóteles diz, no segundo livro da *Metafísica*, “tudo o que age, não age senão dirigindo-se para alguma coisa”, logo um quarto princípio é necessário, que exista, a saber, aquilo que se projeta pelo agente. E este princípio chama-se fim. No entanto, deve notar-se que todo o agente, tanto natural, quanto voluntário, dirige-se para um fim. Todavia, não se segue que todo o agente conheça um fim ou que decida acerca deste.¹⁴

Como o princípio da finalidade determina, segundo Aristóteles, *omne ens agit propter finem* (todo ente age em ordem a um fim), deveremos referir, no âmbito da mão, que teremos diferentes fins, isto é, *finis operis, finis operantis et finis operationis* (fim da obra, fim do operante e fim da operação).¹⁵ Estes fins possuem diferentes significados, relativamente à mão. O *finis operis* da mão será atingir a perfeição, que se deseja, por exemplo, ao fazer uma casa, a qual sirva adequadamente para ser espaço residencial. O *finis operationis* será a casa, como edifício, enquanto casa. Finalmente, o *finis operantis* será a realização da mão do arquiteto e do engenheiro, ao fazerem a respetiva casa. Pela ação e trabalho com a mão teremos uma eficiência. Mas, quando alguma coisa se move da negritude para a brancura, diz-se que o negro é o princípio daquele movimento. E universalmente tudo aquilo pelo qual o movimento começa a ser movimento diz-se ser um princípio. Todavia, a negritude não é aquilo a partir do qual resulta o ser do posterior, ou seja, a brancura. Mas, a causa somente se diz relativamente ao princípio a partir do qual resulta o ser do posterior. Portanto, diz-se que a causa será aquilo acerca da qual resulta outro ser.¹⁶ Com as tarefas das mãos são produzidos outros seres.

Por isso, aquele princípio pelo qual o movimento começa não pode dizer-se causa por si próprio, ainda que se diga ser um princípio. Também, por causa disto, a privação coloca-se entre os princípios e não entre as causas, porque a privação é aquilo pelo qual a geração começa.¹⁷ A privação da mão significará uma privação de múltiplas atividades, muito embora, segundo a moderna Ortopedia, todas essas funcionalidades e atividades poderão adequadamente serem cumpridas, através de próteses.

Segundo São Tomás de Aquino, a causa é aquilo de que uma coisa procede, mas também é algo que influi realmente no ser da coisa, que dela procede. Trata-se, pois, de um princípio, que determina a existência de uma coisa e que por si só será determinada para existir, isto é, apresenta-se como contingente. Tal ente deve ser determinado à existência por outro, ou seja, pela causa. Esta visa, pois, e determina não só a existência do ente, como também a sua essência. Nada pode existir sem que a sua existência esteja determinada. De tal forma assim será que, segundo o modo de influxo, a causa divide-se em interna e externa.¹⁸

¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 75.

¹⁵ Cf. ARISTOTELES, *Metaphysica*, ex recensione I. Bekkeri, Berolini, Apud Walter de Gruyter et socios, 1960, IX, 9, 1051a-1079b.

¹⁶ Cf. SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Principios da Natureza*, p. 77.

¹⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 79–80.

Porém, o fim não é a causa daquilo que é eficiente, mas é a causa, para que o eficiente seja eficiente. A saúde, com efeito, não faz com que o médico seja médico e que a mão seja mão. E digo acerca da saúde, que é realizada pelo médico, que opera, mas faz com que o médico seja a causa eficiente. Donde, o fim é a causa da causalidade eficiente, porque faz com que a causa eficiente seja eficiente e, paralelamente, faz com que a matéria seja matéria. Mas também, faz a forma ser forma, visto que a matéria não alcança a forma, senão por meio do fim. A forma será por causa do fim e a forma não actualiza a matéria, a não ser por meio do fim. Logo, as mãos são, em relação às tarefas diárias, o grande fim.

De onde se conclui que o fim é a causa das causas, porque é a causa de todas as causas.¹⁹ Assim, poderemos extrapolar para a “mão”, dizendo que a mão é causa de muitas coisas, sobretudo de todas e para todas as atividades fisiológicas ou laborais. Necessitamos para sempre das nossas mão, para tudo aquilo que executamos na vida. A necessidade absoluta, segundo São Tomás de Aquino, é aquela que provém das causas anteriores pela via da geração, as quais são a matéria e a causa eficiente. Tal como a necessidade da morte, que tem origem na matéria e na disposição dos componentes contrários. Esta chama-se absoluta, porque não tem impedimento. Chama-se, também, necessidade da matéria. Contudo, a necessidade condicional provém das causas posteriores de acordo com a geração, isto é, pela forma e pelo fim, tal como dizemos que é necessária a concepção para se gerar o homem. Naturalmente, esta chama-se segundo um fim.²⁰ A mão refere-se como necessidade em ordem a um fim. Ou seja, em ordem a muitos fins, desde os fins estéticos até aos fins teleológicos, passando pelos fins fisiológicos e terapêuticos.

Talvez, a forma mais adequada de definir a “mão”, ontologicamente pensando, será aquela que a apresenta como uma “causa”, desde a final à eficiente, passando pela causalidade instrumental, dadas as múltiplas funcionalidades da mão. Também, poderemos apresentar a “mão” como uma “causalidade exemplar”, uma vez que esta se situa no âmbito da estética, sendo uma causalidade paradigmática. A mão induz a estética e é estética. Também se apresenta como uma realidade lúdica. A mão é para o jogo e o jogo será para a mão. Assim, a mão é para a saúde e saúde para a mão. Assim, aparece como se fosse simultaneamente, ora como causa, ora como efeito.

A MÃO: PELO CAMINHO DA TEOLOGIA

Onde quer que o homem, que reza, segundo João Vila Chã, S.J., se dirija a Deus, através da expressão simbólica e onde quer que ao fazê-lo ele simultaneamente se exprima por si próprio e consigo mesmo ao seu mundo, aí entra o ser humano em especial relação e extraordinária, por meio da oração, com Deus. Daqui que o carácter relacional da oração deve ser igualmente atendido na sua linguagem e na sua forma. Na oração trata-se, pois, de uma abertura do próprio ser e de toda a realidade circundante a Deus.

Daqui surgirá a importância da “adoração”, isto é, desse voltar-se de forma viva e atuante, por parte do ser humano, em ordem ao mistério do Deus vivo. Na verdade,

¹⁹ Cf. *Ibidem*, p.88.

²⁰ Cf. *Ibidem*, p.89.

a “adoração” constitui, ora do ponto de vista do silêncio, ora da linguagem, o fim mais próprio da oração. Contudo, se a linguagem da oração não fosse preenchida e animada, então permaneceria uma forma vazia e deixaria de ser uma verdadeira oração. Com efeito, uma característica importante da “linguagem da oração” será o facto de a pessoa, que reza, dar expressão imediata à relação em que está desenvolvida.

Aquele que reza não fala, por isso, sobre Deus e ainda menos fala sobre si próprio e sobre o seu mundo. A pessoa, que reza dirige-se a Deus na autenticidade do seu próprio ser. Assim, a palavra simbólica, que a pessoa orante utiliza, a fim de se dirigir a Deus, está tendencialmente no “vocativo”, não no acusativo: “ Oh Deus, vinde em meu auxílio”. A designação brota da luz e da vida, e é ela que trespassa o céu, para outorgar-se e dá-se na forma da primeira ou da segunda pessoa. Todavia, a forma da terceira pessoa expressa uma situação relacional completamente outra. Nela fala-se sobre alguma coisa, de modo que a relação é apenas indireta, ela é *per se* neutralizada.

Não obstante, esta neutralização não pertence à oração, antes ela acabaria por falsear o carácter relacional, que a sustenta ao não expressar convenientemente a sua dimensão de verdadeira adoração. Por seu turno, esta relacionalidade inerente à essência da oração, que se expressa na linguagem, desenvolve-se numa multiplicidade concreta de modalidades. Ela desenvolve-se, naturalmente, na adoração e no louvor ou, ainda, na modalidade de petição ou de lamentação.²¹

Para J.J. Vila Chã:“ a oração do silêncio submete-se na oração como linguagem. Os seus momentos fundamentais permanecem, ainda que transmutados; a sua forma passa, mas a sua essência permanece. Por seu lado, a oração enquanto linguagem, submete-se na oração enquanto culto. O culto, porém, é ainda uma forma de oração na âmbito da linguagem. Na verdade, os momentos da oração, como linguagem, manifestam-se no culto em formações distintas, sendo potenciados pelo recurso a um simbolismo superior. Neste sentido, o culto constitui exemplo excepcional do caso mais genérico que é a oração enquanto linguagem.

No culto, portanto, podemos reconhecer a possibilidade mais alta e mais especial da oração como linguagem. Antes de mais, o culto acontece como um acto comunitário, pois, na sua essência, representa a realização e a manifestação de uma comunidade. Esta, por sua vez, consiste numa assembleia de pessoas, que se encontram na posição de serem encontradas igualmente convocadas por Deus e de estarem movidas pelo desejo de comunitariamente celebrar a Deus.

Parafrazeando Heidegger, poderemos dizer que o ser próprio da comunidade será o “ser-com” (mit-sein). Quem a ela pertence é, por sua vez, um Outro do Outro, já que cada um dos seus membros está unido com todos, pois Deus, que em todos está presente, vive, em sua unicidade, também em cada um. Deus vive no todo, porque Deus vive em cada um dos seus membros. Cada indivíduo, por isso, é uma mediação em relação ao todo e o todo é mediação para cada um.

Numa palavra, a comunidade humana realiza-se no âmbito daquilo que podemos chamar círculo da mediação. Na sua qualidade de “ser-com”, a comunidade realiza-

²¹ Cf. JOÃO JOSÉ VILA-CHÃ, S.J., “ A Religião e adinâmica da sua Manifestação: a Oração como tema da fenomenologia”, in: *Proceedings of Philosophy of Religion WCP*, vol.45,(2008), pp. 455–456.

se mediante a unidade entre interioridade e exterioridade, pois cada um dos seus membros acredita e reza, antes de mais, em fidelidade a si próprio. Mas cada um crê e ora também com todos os outros e em união com todos os outros. E ora com as mãos, em vida de oração. Já na sua própria interioridade e por si-mesma, cada um se descobre numa abertura radical ao comunitário, a esse Uno que para todos é igual. Ora é precisamente neste espaço aberto, que a todos envolve, que se dá a dimensão pública da comunidade. Neste sentido, a vida da comunidade pertence no essencial à esfera pública.²²

A mão é simultaneamente pública e privada, revelando-se como elemento instrumental pelo “mit-sein”. A mão revela uma linguagem litúrgica e cultural, porque quando pede a bênção de Deus, entra em reconciliação com Ele e com os irmãos. A mão surge como oração verdadeira, que se entrega na disponibilidade ao Deus da misericórdia, do qual o sujeito da oração dá testemunho na medida em que a si mesmo se torna misericordioso. As mãos são testemunho de vida e de dom. Segundo a fenomenologia da religião, a oração, como disse Goethe, terá sempre uma ligação ao destino daquele que reza.

A mão reza e ensina a rezar, como se verifica pela posição das mãos, em posição orante. Os textos, a iconografia, a liturgia fazem da mão uma espécie de intermediário entre o homem e Deus. A mão divina surge sempre como aquilo que detém o poder de criar, de castigar ou de salvar, é da mão que emanam os raios da luz e da vida, é ela que trespassa o céu, a fim de outorgar a alguém uma graça vinda do alto. A mão divina é apresentada como algo que vem de Deus, por um poder que só Ele possui ou uma salvação que unicamente d’Ele pode vir.²³

Na cerimónia da imposição das mãos, na ordenação episcopal, ou no gesto de bênção de um presbítero, no final de uma celebração eucarística, ou ainda num batizado, o diácono, ao pronunciar a fórmula sacramental, dá a bênção em nome da Trindade Santíssima, através das suas mãos, elevadas ao alto, a fim de Deus reconhecer a “dimensão cairológica”, anulando, pela reconciliação (sacramento da penitência), a “dimensão hamartiológica”. As nossas mãos possuem esta dupla dimensionalidade, ora devido à virtude, ora devido ao pecado.

O caminho está na oração, desde a de petição, até à oração de meditação. Ritualmente, a mão torna-nos seres orantes. Pela mão, a oração, segundo os cuidados de saúde, poderá funcionar como adequada psicoterapia, funcionando particularmente em doenças crónicas e nas terminais. A mão diz muito à oração, sendo o local onde a preensão galénica diz pouco, porque se trata de uma simbologia silenciosa, em virtude de estarem as duas mãos postas na direção do Reino dos Céus.

AS MÃOS: TERNURA DO BOM SAMARITANO

A ternura misericordiosa exige, assim, um coração convertido e capaz de se enternecer como o coração de Deus. Viver a ternura misericordiosa equivale a viver o “evangelho da caridade” na fidelidade à nova Aliança e ao Espírito de Deus. Esta é a essência do evangelho, como também será a vida da humanização em saúde.

²² *Ibidem*, pp. 456–457.

²³ *Cf. Ibidem*, pp. 97–98.

A “lógica do amor” está narrada na parábola do Bom Samaritano, onde o próximo é a vida do amor sem lógicas, que proclama um novo *ethos* (conduta, costume, etc.) ultrapassando a razão prática. Será, pois, um *ethos* evangélico. As mãos abrem um “caminho” para a ternura aos Desvalidos.

Tal como sucedeu ao Samaritano, o sentimento de ternura encontra-se no desejo de ser beneficiário de um grande mistério, que nos envolve como num “útero materno” (*rehem*) e nos cobre de “assombro”. Só a ternura revela o coração da caridade e a realiza. As mãos exercem a ternura. A parábola do Desvalido no Caminho é sinónimo desta revelação pascal e escatológica, porque tem a sua origem na pergunta sobre a “vida eterna” de um *νομικός*. A imagem da ternura, que resulta da atuação de Jesus, será confirmada pelo “mandamento novo do amor”, que faz com que o *νομικός* (legista) o refira antes de se narrar o “exemplo provocante” do Samaritano, que se traduziu, pela “misericórdia”, numa relação entre a antiga e a nova Alianças, vividas na passagem de um “coração de pedra”, pela “instrução” ao povo (*Torah*), para um “coração de carne” (Sermão da Montanha). A mão, ao fazer uma carícia, exprime-se na ternura. As mãos foram feitas, também, para acariciar os rostos.

A ternura mede o *humanum* ou o grau de humanidade que se alcançou. O grau de sensibilidade, pelos sofrimentos dos demais e pela fragilidade dos doentes, é índice de humanização dos cuidados de saúde que se alcança. O contrário será a incapacidade de reconhecer a humanidade do próximo, a incapacidade de ser sensível às suas necessidades, tal como fizeram o Sacerdote e o Levita. A ternura é-nos dada como rico potencial de sensibilidade, dirigida ao acolhimento e ao dom, ao intercâmbio amistoso e à amabilidade, sendo canalizada em justa direção, como resposta ao desígnio de Deus na vivência do Samaritano. Este teve mãos ternas, a fim de acariciar o Desvalido no Caminho (Lc10,33). A ternura está nas nossas mãos, sempre que somos misericordiosos. Desta feita, sabemos usar as nossas mãos, para nosso bem e para bem do próximo.

O comportamento do Samaritano é paradigma pela “conquista da ternura”, que se não improvisa, exigindo um itinerário ascético e uma atuação ordenada e determinada. A ternura é um sentimento de ordem, passivo e ativo, porque modo de acolher, de se dar e de compartilhar, exigindo a implicação pessoal (visceral) numa dimensão de consciência responsável na “abertura para o fazer” e em movimento centrífugo. Pela ternura, as mãos possuem não só movimentos centrífugos e centrípetos, como também movimentos rotativos e translativos. As mãos são o melhor instrumento da ternura.

Em sentido espiritual, a ternura e a carícia caracterizam-se pelo movimento centrífugo do coração do médico, orientado vetorialmente para o sofrimento e para a dor do doente. Aqui temos as mãos como *afectiones*, que fazem revelar novos aspetos muitas vezes ocultos. A capacidade de “ver”, como a do Samaritano, é um “brilho” (*φαίνα*) de ternura, que brota do coração (*cor nostrum*) e não da *ratio*, mas que na ordem poética é exercida pelas mãos. Daquele “coração” que, nas palavras de Pascal, encerra em si razões, que a razão desconhece, sairá a carícia, afagada pelas mãos, ora de um clínico, ora por um familiar. Assim, a força da ternura do Samaritano, como “sabedoria do coração”, será a vida das nossas mãos, em exercício permanente, para o bem das pessoas, quer doentes, quer sãs. A mão reside particularmente na humanização dos cuidados de saúde, porque a mão direita não sabe o que faz esquerda e vice-versa. Ambas as mãos cuidam ...

A ternura manifesta-se como *via pulchritudinis*, como algo de emancipação da beleza ou como “assombro”. Este é dom da ternura e a ternura é dom do assombro. Em ambas as direções, a capacidade de experimentar a ternura manifesta um modo de observar a existência humana do doente pelo “esplendor do coração” (*cordis splendor*), porque houve o esplendor das mãos, nas mais variadas tarefas clínicas. A mão traduz a beleza da forma, tal como se diz pela Anatomia Humana. A mão surge como o brilho da ternura. A ternura do Samaritano revela-se como atitude permanente, profunda, ativa e concreta do comportamento do Deus de Jesus (Pai das Misericórdias) e do próprio Cristo. A ternura compreender-se-á dentro da primazia da caridade, como vem relatada pelo hino de S. Paulo aos Coríntios (1 Cor 13, 4–7). Aqui aparece a “ternura” como vivo reflexo da *αγάπη* (caridade).

A carícia, feita pela mão, como uma conversão do Outro, pretende-se apaziguadora, tenta fazer o Outro voltar a si mesmo, quando aquele não se controla, procurando, portanto, provocar uma conversão do Outro, para o desviar do obstáculo intransponível, com o qual se defronta e para o guiar para um novo lugar, onde a mão que o toca, lhe propõe um repouso, como propõe J. Brun.

É, assim, que Édipo, que acabara de arrancar os seus olhos e que grita de desespero, mendiga as mãos das suas filhas: “Minhas pobres filhas, tão dignas de piedade, para quem a minha mesa nunca esteve posta, com o seu alimento, sem que eu lá estivesse também; e do alimento a que eu deitasse a mão, também elas tinham sempre a sua parte. Toma conta delas, peço-te, e sobretudo deixa-me tocar-lhes com ambas as minhas mãos e deplorar os seus infortúnios. Garanto-te, ó Rei de tão nobre raça: tocando-as com as minhas mãos acreditarei, que as tenho, como quando as via”.²⁴

Entretanto, Édipo Rei continua a implorar a Creonte: “Faz um sinal de assentimento, homem generoso, toca-me com a tua mão”.²⁵ Na realidade, Édipo não necessita de palavras, precisa antes de uma presença e de a tocar com as suas mãos. É por isso que, por muito impuro que se sinta, ele continua a implorar às suas filhas, que lhe dêm a mão. “Vinde, vinde às minhas mãos ... fraternas”²⁶.

A mão torna-se o único refúgio, que Édipo pode descobrir no Outro. Édipo necessita da carícia da mão, que se traduz na ternura. Como comenta J. Brun, “Mas a carícia procura também consolar, e é então muito mais do que um ato de acolhimento: é um gesto de quem quer partilhar com o outro a solidão, onde este último desespera. A carícia que consola tenta encontrar o contacto, que as palavras não conseguem estabelecer, e tenta restabelecer-se de uma solidão onde mergulha uma experiência vivida na carne. (...) A carícia esforça-se então por despertar, naquele que já não pode mais, o sentimento de uma ajuda que se oferece como uma comunhão e como um despertar para uma vida nova: dá-se como uma memória que acolhe, liberta e recreia. A carícia é, assim, um verbo silencioso, que se quer fazer carne e dizer: “Aqui estou, ponho-me contigo no mesmo lugar”.²⁷

²⁴ Cf. SOFOCLES, *Édipe, le Roi*, Paris, Belles Letres, 1964, v.1462 ssg..

²⁵ Cf. *Ibidem*, v. 1510.

²⁶ Cf. *Ibidem*, v. 1480.

²⁷ Cf. J. BRUN, *A Mão e o Espírito*, p. 159.

A carícia vive para a mão e a mão vive para a carícia. A mão cultiva a ternura e será sempre o seu *proprium*. A carícia tenta, de acordo com o pensamento de J. Brun, transmitir ao Outro, aquilo que sinto e dar-me a sentir o que Outro, naturalmente, sente. Acariciar não é apenas tocar, mas antes querer ser tocado, a fim de descobrir os caminhos possíveis de uma simbiose, que ultrapasse o princípio da individuação - *matéria quantitate signata* - (matéria sinalizada pela quantidade). Na carícia, o *hic et nunc* (aqui e agora), monádico tenta abolir as suas fronteiras para se forçar a uma verdadeira abertura.²⁸

Logo, o obstáculo que a mão, que acaricia, encontra é, ao mesmo tempo, o que lhe permite exercer a sua vocação e, sobretudo, o que lhe dá uma razão de ser e de perfeição. A mão, que procura tocar, descobre verdadeiramente que o corpo é um órgão-obstáculo, aproximando-se de outrem, experimenta a inacessibilidade da proximidade.²⁹ Mas, é sempre sinal e vida de proximidade.

A carícia da mão é um esforço para ultrapassar o desaparecimento de quem não deixou aí mais do que aquilo, sem o que ele não podia lá estar, mas que, no entanto, não constituía o seu *hic* verdadeiro. Num tal ato, a carícia mergulha, não apenas para lá das separações óticas, mas mesmo para lá da separação ontológica, também é frequente que o gesto das mãos, que imploram não se dirija mais àquela pessoa, que lá está, mas para a presença, que aí não está e que não pode ser de nenhum aí.

AS MÃOS DE DEUS: PELA RELIGIÃO

Ao falar da “mão de Deus”, projetamos no Invisível, aquilo que as nossas mãos deixaram escapar, e elas começaram a reduzir-se à escravatura, desde que fizeram o primeiro gesto, o gesto de tomar o fruto das Árvore do Conhecimento. Tal gesto iria prolongar-se e projetar-se no manejo de utensílios que, tragicamente, viriam a transformar-se em armas.

Com efeito, o livro do *Génesis*, do Antigo Testamento, faz notar que Adão e Eva não se falam, apesar de estarmos no âmbito da alegoriase. No Antigo Testamento, será necessário esperar por Abraão e por Sara, para nos encontrarmos em presença de seres, que dialogam. Adão e Eva falam ao Eterno. Eva fala com a serpente; mas, entre si, não trocam qualquer palavra. A sua primeira relação é a da “preensão” (pegar e levar coisas de um lado para o outro).

Eva colhe o fruto da Árvore do Conhecimento, dá-o a comer a Adão. Eis, portanto, que as suas mãos selam o seu destino através da ação de que esperavam obter o saber que, segundo promessa da Serpente, deveria abrir-lhes os olhos e divinizar-los. Mas, quando Adão e Eva abrem os olhos, será apenas para verem que estavam nus. As suas mãos conquistaram o saber (os saberes teórico, prático e poiético), mas perderam a vida para todo o sempre. Entre as mãos dos homens, só se encontrará uma vida perdida, desde a conduta ética até à espiritualidade.

O destino da mão continua-se e aperfeiçoa-se no exercício do “trabalho”, *bonum arduum* (bem penoso), segundo o pensamento do aquinatense, a que o homem está

²⁸ Cf. J. BRUN, *A Mão e o Espírito*, p.163.

²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 165.

agora constringido para ganhar a vida, depois de ter perdido a existência. A mão humana trabalha a terra, a fim de que o homem possa tirar dela o alimento, que lhe dá as forças para, de novo, cultivar os campos.³⁰

O homem está, portanto, a partir de agora, privado da sua mão viva; a vida foi capturada e captada pela mão de ferro do conceito, que se apodera dos seres para os canalizar para um tempo, que tem por função refazê-los. A mão que age, erradicou a Árvore da Vida, a fim de fechar o homem no círculo do poder. Assim, a mão e o espírito, escravizados e escravizadores, proclamam aos sete ventos, que sabem o que é preciso fazer e que a vida deve inclinar-se perante eles.

Estas mãos são mãos verdadeiramente vivas, que mendigam o socorro e esperam que outras mãos, as que se encontram no mundo, as libertem do que as oprime.³¹ Assim, encontramos as mãos do Samaritano a ajudar o Desvalido no Caminho (*Lc* 10, 25–37). Foram “mãos eleéticas”, porque se encheram de misericórdia pelo estado em que se encontrava o “semi-morto”, na berma da estrada. É aqui que a fórmula tão frequente, no Antigo Testamento, “a mão do Eterno esteve sobre Ele”, vem ganhar todo o seu sentido e comanda o gesto de imposição das mãos (*Gen* 48,14; *Mat* 19,15; *Ac* 6,6; *Tim* 1,6). Do fundo dos tempos, surgiu uma mão, que liberta todas as malhas tecidas pelas mãos humanas; por ela, transmite-se e perpetua-se uma proteção, que abriga dos perigos de que o mundo ameaça. A mão de Deus liberta das mãos dos homens; tal é, no fundo, toda a mensagem das Escrituras.³²

A mão de Cristo restitui à mão humana toda a dimensão da vida e volta a dar-lhe a existência, visto que a mão de Jesus Cristo é uma “mão soteriológica”. Foi o que aconteceu na Sinagoga, onde se encontrava um homem que tinha uma mão ressequida. Jesus “disse ao homem: estende a mão. Ele estendeu-a e então ela ficou sã como a outra” (*Mat* 12, 9–13; *Mrc.* 3, 1–5; *Lc* 6, 6–10). Naturalmente que a “mão de Cristo” revela a vida, onde esta tinha desaparecido ou esta era mão existente. É a mão que redime e que cura todas dores e sofrimentos infligidos pelo mundo e pelos homens. É, assim, que Jesus toca a mão de um enfermo, que vê a sua febre desaparecer imediatamente (*Mat* 8,15) e “toma a mão de uma rapariga, que estava morta, e ela volta à vida” (*Mat* 9,25).

Nenhuma prisão resiste às mãos de Jesus Cristo. Na masmorra, onde está carregado de correntes, Pedro recebe a visitação de uma luz e é-lhe dito: “Levanta-te imediatamente”. Logo, as correntes caíram das suas mãos (*Ac* 12, 7). Escapa assim às mãos de Heródes e a porta da cidade abre-se à sua frente (*Ac* 12, 10.11).

Porém, as mãos dos homens, deixados a si mesmos, permanecem assediadas pelo saber, que dá o poder. Muitas vezes, as mãos humanas ficam submetidas à história, que o homem deu a si mesmo e ao destino que teceu. Jesus Cristo sabia que iria ser entregue às mãos dos homens e que estes o matariam (*Mrc.* 9,11). Desta feita, Jesus Cristo foi entregue às mãos dos pecadores, mas sabe que outras mãos e, antes de expirar, gritou em alta voz: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (*Lc* 23, 46).

³⁰ Cfr. *Ibidem*, p.207.

³¹ Cf. *Ibidem*, p.215.

³² Cf. *Ibidem*, pp. 215-216.

CONCLUSÃO

Múltiplas serão as conclusões a retirar deste estudo sobre a “mão”, que poderão ser enumeradas da forma seguinte:

1. A mão cria uma “dimensão plesiológica”. Quando se dá abraço, quando se dá um aperto de mão, estamos na simbologia dos cumprimentos, que são essenciais para traduzir todo o sentido da amizade. A mão é proximidade do Outro. O Outro torna-se Eu e convive com o terceiro e com a vida do dia a dia. A proximidade significa aproximação que, primordialmente, é contacto e não equacionamento intelectual do contactado. Com a proximidade cria-se um novo espaço. A mão determina o espaço da proximidade;
2. A mão determina uma “dimensão eleética”. Trata-se, pois, de ser “a mão estendida para dar a esmola”. A misericórdia precisa da mão e a mão precisa de misericórdia. Esta dimensão teológica é dom e vem de fora para dentro do coração do homem. Segundo a Teologia Bíblica, é oferecida pelo Pai das Misericórdias, assinalada pela parábola do Filho Pródigo, segundo o evangelho de Lucas. A mão é elemento de ternura;
3. A mão surge como “dimensão orante”. Esta encontra-se e é dada pela Ascética e pela Mística, estando as mãos postas para rezar e exercer uma oração, ora de meditação, ora de súplica. As mãos são elevadas ao céu, em jeito petição a Deus. É a força da mão, porque a oração é a força que vence a Deus;
4. A mão apresenta-se como “dimensão holística” do corpo humano, a qual está presente em todos os fazeres da vida humana, da vida artística até à vida clínica. Toda a profissão em saúde participa da mão e com a mão. O exame físico do doente, holisticamente, *e capite ad calcem* (da cabeça aos pés), é percorrido pela mão do clínico (Medicina e Enfermagem), criando variados sinais, como exemplo: Blumberg, Atman. Mac-Burns, Grot- I e Grot- II, Hoffman, etc. As técnicas de palpação, em Semiologia Clínica, são o mais acabado exercício, que a mão do profissional de saúde perpassa todo o corpo do doente, para determinar sinais e fazer clínicos extrínsecos. A mão realiza um bom exame físico do doente. A mão é um momento semiológica importante de toda a vida clínica;
5. A mão caracteriza-se por uma “dimensão comunicacional”, na relação com as pessoas, quer sejam sãs, quer sejam doentes, no trabalho privilegiado e duradouro pela disponibilização de cuidados em saúde. Além disto, também, gera comunicação entre as duas mãos. Trata-se, pois, simultaneamente, de intracomunicação e intercomunicação. Aqui está um trabalho manual, dado por estas dimensões estão presentes em todas as atividades clínicas. A comunicação tem tanto de racional, quanto de manual, sobremaneira, quando integrada na vida clínica, através da relação doente/profissional de saúde;
6. A mão postula uma “dimensão silenciosa”, a qual se faz mesmo que falemos e conversemos sobre alguma coisa ou acontecimento. A mão executa silenciosamente as coisas e dá e recebe em silêncio. O mão com o silêncio e no silêncio das coisas está sempre nas vidas;

7. A mão possui a “dimensão da mobilidade”, porque as coisas mudam de mão em mão. Ao mudarem de mão, elas criam um novo tempo e um novo espaço, que será o espaço e o tempo manuais, dividido e realizado por diversas circunstâncias, que tornam a mão cada vez mais móvel. A mão move-se e remove ao lavar, ao jogar na atividade lúdica dos mais variados desportos, como: basquetebol, voleibol, e, até mesmo, no futebol. Na verdade, a mobilidade da mão poderá ser positiva ou negativa;
8. A mão pratica-se numa “dimensão ética e axiológica”. Trata-se, pois, da dimensão moral da mão, que nos levar ao assassinato ou ao roubo, segundo a Filosofia Prática e do Direito, pela prática de crimes, ou ao pecado, segundo a Teologia Moral. A dimensão ética poderá indicar, ora a virtude, ora o vício, como numa “mão moral”;
9. A “mão moral” é uma “mão normativa”, porque tanto poder ser “punitiva” (as palmadas que os pais infringem nos seus filhos, em reprimenda por más ações), como poderá ser “salvífica”, como foram os suplícios, no Gólgota, segundo as quatro narrativas históricas, pelos quatro evangelhos do Novo Testamento, segundo a exegese moderna, a que esteve sujeito Jesus Cristo, pela Paixão e Morte, confirmadas por Pôncio Pilatos, pela “mão de Deus-Pai”;
10. A chamada “mão moral” determina a existência, segundo a Moral Kantiana, do “dever” (pflicht), que é definido, pelo deontologismo kantiano, “... a necessidade de fazer uma ação pelo respeito pela lei”, tal como vem descrita na obra *Grundlegen der Metaphysik der Sitten*. Assim, o “dever” indica, duplamente, a presença da lei moral, como uma representação compulsiva em nós, que poderá ser transgredida, mas não negada, e a clivagem, que essa lei exerce sobre as nossas inclinações. Por esta razão, o dever inclui *per se*, o conceito de “boa vontade” (guter Wille).³³ A “mão moral”, verdadeiramente, é a nossa consciência, bem formada, acompanhada da “sabedoria prática”, bem definida por Aristóteles, na *Ética Nicomaqueia*, pelo termo grego *phronesis*;
11. Com as mãos, o mundo tem mudado, o mundo continuará a evoluir, em todos os ramos do saber. Todos eles necessitam das mãos, dando valor e sentido a todas as atividades, quer humanas, quer sobrenaturais, do ser humano. Sempre que, com a mão, o homem toca, tenta emigrar da sua corporeidade para ir ao encontro do Outro, terminando tal experiência com um regresso a si mesmo, regresso carregado de afetividade e talvez de dramas, já que pelo tocar, o homem é incessantemente reenviado ao seu Eu. É que o tocar é o único dos nossos sentidos, que é encarregado daquilo a que E. Minkovski chama “um elemento de reciprocidade”, porque tocar é, ao mesmo tempo, ser tocado por aquilo, que se toca, dado que a mão não pode tocar sem ser, ela própria, tocada;
12. Logo, a mão, que agarra, pela sua qualidade de apreensão, visa compreender, mas a mão, que toca, espera chegar a conhecer. A mão surge, portanto, ao mesmo tempo como aquilo com que tentamos agarrar e como aquilo com que, e no que, somos agarrados; é aquilo com que tentamos tocar e aquilo por que somos tocados. Este órgão-obstáculo abre-nos um caminho no mundo e ao mundo

³³ Cf. I. KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Tradução do alemão por Paulo Quintela, Porto, Porto Editora, 1995, p. 108.

e permite-nos acariciar a ausência. Todavia, enquanto o olho não pode mergulhar para lá do horizonte, que procura conquistar e permanece incapaz de mimar o que não vê, a mão tem o privilégio único de dar forma ao informe e de esboçar, pelo gesto que descobre e desenha, uma nova via de acesso para aquilo que, afinal, ela procura, ou seja, o intangível. Esta tangibilidade e intangibilidade da mão, no modo como está, privilegiadamente, trabalha nos cuidados de saúde. O clínico, pela sua mão, o quer, e, assim, também, pela sua mão o deseja o doente, a fim de alcançar o bem da deusa romana *salus* (bem-estar, saúde);

13. Não obstante, se se faz da mão humana o momento essencial do curso das coisas, em que a evolução se pôde transformar, em história, se se vê na mão o que permite ao homem prolongar a sua apreensão num empreendimento, será possível esperar desta o domínio de um tempo transformado em “antropodiceia” da mão, em que o Homem genericamente assume, ultrapassando-se, as finalidades e todas as causalidades dos indivíduos e do mundo.

Tudo isto porque a mão explora não só os tempos e as distâncias do mundo e dos mundos, como também o limiar, que encontrará no fim dessa busca, fazendo com que o homem descubra a dimensão adequada e profunda, em que mergulha o seu *hic et nunc*, visto que, juntamente com Heidegger, encontramos a mão como um “mit-sein”, porque a mão apoderou-se dos seres vivos e das coisas, a fim de as refundir na compreensão e na extensão dos conceitos, que abre caminho a todos e para todos os saberes da humanidade criadora e recriadora. A mão cria e recria constantes novidades, estando sempre predisposta à inovação laboral, artística e clínica, etc.;

14. A mão cria forma e dá forma às coisas e às nossas ações e aos afazeres quotidianos. A mão, além de ser o esplendor do corpo humano, é o *splendor* da diversidade, por causa dos cinco dedos de cada mão. A mão é o belo e o sublime da apreensão, expressas pela Morfologia do Corpo Humano.

Numa tal experiência, a mão descobriu uma nova vocação. Já não é o órgão da apreensão, nem do gesto, nem do tocar, torna-se o “órgão do surgimento”. Poder-se-ia dizer da mão do homem, que ela é, ao mesmo tempo, a verdade e o erro. Será a verdade, na medida em que agarra, maneja e forma. Será o erro, na proporção em que crê que pode ou poderá agarrar tudo, manejar tudo, reformar tudo, etc. A mão apresenta-se como um intermediário e como mediador das coisas, das ações e das tarefas da vida.

BIBLIOGRAFIA

1. LÉVINAS, E., *Totalité et Infini*, De Hagen, Nijhoff, 1961.
2. LÉVINAS, E., *En découvrant l'existence avec Husserl et Heidegger*, Paris, Vrin, 1974.
3. LÉVINAS, E., *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*, De Hagen, Nijhoff, 1974.
4. LÉVINAS, E., *Du sacré au saint*, Paris, Minuit, 1977.
5. LÉVINAS, E., *Éthique et Infini*, Paris, Fayard, 1982.
6. LÉVINAS, E., *De l'Existence à l'Existant*, Paris, Vrin, 1984.
7. LÉVINAS, E., *Humanisme de l'autre Homme*, Paris, L. G. F., 1987.
8. LÉVINAS, E., *Entre nous: essais sur le pensé à l'autre*, Paris, Grasset, 1991.

9. LÉVINAS, E., *Transcendência e Inteligibilidade*, Trad. do francês, Lisboa, Edições 70, 1991.
10. LOPES NUNES, E.P., *O Outro e o Rosto, Problemas da Alteridade em Emmanuel Levinas*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, UCP, 1993.
11. GALENO, C., *Del Uso de las Partes (De partium usu)*, Introducción, traducción y notas de Mercedes Lopéz Salvá, Madrid, Editorial Gredos, 2010.
12. BRUN, J., *La main et l'esprit*, Paris, Presses Universitaire de France, 1963.
13. MONDIN, B., *L'uomo chi è? Elementi di antropologia filosofica*, Milano, Massimo, 1977.
14. LÉVINAS, E., *De Dieu qui vient à l'idée*, Paris, Vrin, 1982,
15. AQUINO, S. TOMÁS, *Princípios da Natureza*, nº 12, Trad. e comentários de Ramiro Délio Borges de Meneses, Porto, Porto Editora, 2001.
16. BRITO, J. H. S., *De Atenas a Jerusalém, A subjectividade passiva em Lévinas*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002.
17. CARREIRA DAS NEVES, J., *Jesus Cristo: História e Fé*, Braga, Franciscana, 1989.
18. CARREIRA DAS NEVES, J., *Evangelhos Sinópticos*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002.
19. CARREZ, M. et al., *Nouveau Testament, interlinéaire grec/français*, Paris, Alliance Biblique Universelle, 1992.
20. COGNAC, M., *Les Symboles Bibliques, lexique théologique*, Paris, Cerf, 1993.
21. CONZELMANN, H., *Die Mitte der Zeit, Studien zur Theologie des Lukas*, Tübingen, Mohr, 1964.
22. COSTA, M. L., *Lévinas: uma introdução*, Petrópolis, Vozes, 2000.
23. COUTO, A., *Como uma Dádiva, caminhos de Antropologia Bíblica*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002.
24. VILA-CHÃ, S.J., J.J. "A Religião e a dinâmica da sua Manifestação: a Oração como tema da Fenomenologia", in: *Proceedings of Philosophy of Religion WCP*, 45, (2008), 429–476.
25. MOORE, G.E., *Principia Ethica*, Trad. do original inglês, 2ª edição revista, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
26. KANT, I., *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Traduç. do alemão por Paulo Quintela, Porto, Porto Editora, 1995.

Międzynarodowe Studia Społeczno-Humanistyczne (International Social and Humanities Studies)

Wydawca / Publisher:
Instytut Studiów
Międzynarodowych
i Edukacji
www.ismie.pl



58 (3) 2025
ISSN 1898-8431

COPYRIGHT © 2018 BY
ISMIE
ALL RIGHTS RESERVED

Kiyokazu Nakatomi

Chiba Kita Prefectural High School
k-nakatomi@proof.ocn.ne.jp
Chiba, Japan

Métaphysique d'Aristote et Philosophie asiatique Du point de vue de la philosophie japonaise

Summary

Metaphysics of Aristotle and Asian Philosophy From the standpoint of Japanese philosophy.

Plato had already intuited that nothingness is a chaos that escapes verbal expression. Aristotle did the same. They were confronted with the infinity of the universe and intuited it. Plato first described the universe through Mathematics; this is essentially the "Timaeus". In ancient China, the intuition of nothingness as chaos was seen as the life-stream in which all things in the universe flow. It was called the "One", the "Way", and, since it lay beyond verbal expression, it was called "Nothingness". This was an original notion typical of Asian philosophy, but it is now a universal concept in my philosophy. The proof of this is Plato's cosmology in the "Timaeus". There, nothingness is described as a "chaos" and, moreover, Plato avoids expressing the condition of this chaos, which is too vague and inexact.

Since it is impossible to express in a single stroke the universe, which contains numerous contradictions, he first left out inexact things and chaos. Then he ordered the heavenly bodies by means of mathematics. This is Plato's cosmology. Aristotle, his critical disciple, likewise experienced the intuition of nothingness extending to infinity. To begin with, Aristotle himself did not give the title "Metaphysics". He began by establishing a general science to express the universe and synthesized many sciences, for example mathematics, medicine, and civil engineering. His fundamental experience of the universe is quite similar to that of Lao-tzu and Chuang-tzu in ancient China.

The first point is wonder and nothingness. Aristotle said that philosophy is wonder; this saying is very famous. Human beings have many occasions for wonder in everyday life. The most typical wonder is that of seeing the universe. When a person sees the movement of the moon, the sun, other celestial bodies, and the galaxy, he experiences a feeling of wonder. The emotion connected with the intuition of the infinite universe is so great that the person can express nothing. It lies beyond verbal expression, in nothingness. In ancient Chinese philosophy, Aristotle's wonder is nothingness. Aristotle, like Lao-tzu, intuited nothingness as wonder.

The second point: according to Aristotle, the person who doubts and is astonished becomes aware of his own ignorance. Awareness of one's ignorance is Socrates' *Docta ignorantia*. He also understood

nothingness as lack of knowledge and as death. I dealt with this issue in my article "Mediation and Intuition". The person who is aware of his ignorance seeks knowledge and truth; he is a philosopher. By adopting Socrates' *Docta ignorantia*, Aristotle arrived at the intuition of nothingness. The third point: Aristotle proposed the law of non-contradiction and the law of the excluded middle, thereby establishing logic. This served as the foundation of all the sciences for 2,300 years in Europe. But there is no rule without exception. The law of non-contradiction and the law of the excluded middle contributed to all the sciences, yet they were not suited to universal philosophy or to God as ultimate reality in metaphysics. For example, the ultimate reality is named "the Prime Mover is itself unmoved". This is the first cause of all movements in the universe. But this expression is contradictory: it is impossible to move something without motion. Aristotle conceived this as an idea, but he rejected an idea that is far removed from this real world. Furthermore, today absolute rest is denied by the theory of relativity. According to contemporary cosmology, the universe is in motion and expanding. It is therefore unrealistic and contradictory to posit a Prime Mover that is itself unmoved. The law of non-contradiction is not suitable for the ultimate reality that is God. This means that the law of non-contradiction is not absolute. If a person says that it is motionless, it does not move. If a person says that it moves, it moves. Human beings cannot define the Prime Mover. This is the logic of absolute nothingness in Asian philosophy. I demonstrate these points as follows.

Keywords: Nothingness, Life-stream, Wonder, Awareness of ignorance, Logic of absolute nothingness.

RÉSUMÉ

Platon a déjà eu l'intuition que le néant est un chaos qui échappe à l'expression des mots.¹ Aristote a fait de même. Ils ont fait face à l'infini de l'univers et en ont eu l'intuition. Platon a d'abord décrit l'univers par le biais des Mathématiques. C'est véritablement le "Timée". Dans la Chine ancienne, l'intuition du néant en tant que chaos est le courant de vie où s'écoulent toutes les choses de l'univers. On l'appelait "Un", "Voie" et, comme elle était au-delà de l'expression des mots, on l'appelait "Néant". Il s'agissait d'une notion originale typique de la philosophie asiatique, mais c'est maintenant un concept universel de ma philosophie. La preuve en est la cosmologie de Platon dans le «Timée». Le néant y est décrit comme un «chaos» et, en outre, Platon évite d'exprimer la condition du chaos, qui est trop vague et inexacte.

Comme il est impossible d'exprimer d'un seul coup l'univers qui comporte de nombreuses contradictions, il a d'abord omis les choses inexactes et le chaos. Puis il a ordonné les corps célestes par les mathématiques. C'est la cosmologie de Platon. Aristote, son disciple critique, a également éprouvé l'intuition du néant qui se prolonge jusqu'à l'infini. Pour commencer, Aristote lui-même n'a pas donné le titre de «Métaphysique». Il a commencé à établir la science générale pour exprimer l'univers et a synthétisé de nombreuses sciences, par exemple les mathématiques, la médecine et le génie civil. Son expérience fondamentale de l'univers est assez semblable à celle de Lao-tseu et de Chuang-tseu dans la Chine ancienne.

Le premier est l'émerveillement et le néant. Aristote disait que la philosophie est un émerveillement. Ce mot est très célèbre. L'homme a tant d'occasions de s'émerveiller

¹ Kiyokazu Nakatomi, *Cosmologie de Platon, Ars Est Philosophia Vitae*, Université de finance et de gestion de Varsovie, Pologne 2011.

dans sa vie ordinaire. L'émerveillement le plus typique est de voir l'univers. Lorsque l'homme voit le mouvement de la lune, du soleil, d'autres corps célestes et de la galaxie, il éprouve un sentiment d'émerveillement. L'émotion liée à l'intuition de l'univers infini est si grande que l'homme ne peut rien exprimer. Elle est au-delà de l'expression des mots, du néant. Dans la philosophie chinoise ancienne, l'émerveillement d'Aristote est le néant. Aristote a également eu l'intuition du néant en tant qu'émerveillement, tout comme Lao-tseu.

Le second, selon Aristote, l'homme qui doute et s'étonne est conscient de son ignorance. La conscience de son ignorance est la *Docta ignorantia* de Socrate. Il a également compris que le néant était l'absence de connaissance et la mort. J'ai traité cette question dans mon article «Médiation et intuition».² L'homme qui est conscient de son ignorance recherche la connaissance et la vérité. Il est philosophe. En adoptant la *Docta ignorantia* de Socrate, Aristote a eu l'intuition du néant.

Le troisième, Aristote a proposé la loi de la contradiction et la loi du milieu exclu. Il a ainsi établi la logique. Celle-ci a été le fondement de toutes les sciences pendant 2300 ans en Europe. Mais il n'y a pas de règle sans exception. La loi de la contradiction et la loi du milieu exclu ont contribué à toutes les sciences, mais elles n'étaient pas adaptées à la philosophie universelle et à Dieu en tant que réalité ultime dans la métaphysique, par exemple, la réalité ultime est nommée «le premier Moteur est lui-même immobile».³ C'est la cause première de tous les mouvements de l'univers. Mais cette expression est contradictoire. Il est impossible de déplacer quelque chose sans mouvement. Aristote l'a pensé comme une idée. Mais il a nié une idée qui est loin de ce monde réel. De plus, aujourd'hui, l'immobilité absolue est niée par la théorie de la relativité. Selon la cosmologie contemporaine, l'univers est en mouvement et en expansion. Il est donc irréaliste et contradictoire de supposer un moteur premier qui est lui-même immobile. La loi de la contradiction n'est pas adaptée à la réalité ultime qu'est Dieu. Cela signifie que la loi de la contradiction n'est pas absolue. Si l'homme dit qu'elle est immobile, elle ne bouge pas. Si l'homme dit qu'elle bouge, elle bouge. L'homme ne peut pas définir le moteur principal. C'est la logique du néant absolu dans la philosophie asiatique. Je démontre ces points de la manière suivante.

<Mots clés>

Néant, Courant de vie, Émerveillement, Conscience d' ignorance,
Logique du néant absolu

1. L'ÉMERVEILLEMENT ET LE NÉANT

Aristote définissait la philosophie comme le roi des sciences et la science fondamentale qui recherche le premier principe et la première cause. La philosophie commence par s'interroger.

² Kiyokazu Nakatomi, *Meditation and Intuition*, Celestia 2013, Université d'Athènes, programmé.

³ Aristote, *Métaphysique*, livres 1 à 9, traduit par Hugh Tredennick, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Γ.VIII.1012b30, p. 207.
Aristote, *Métaphysique*, Traduction (éd. de 1953) de J. Tricot (1893–1963)
Éditions Les Échos du Maquis (ePub, PDF), v.: 1, 0, janvier 2014. p. 109
J'abrège ce livre par Traduction de J. Tricot.

“Qu’elle ne soit pas, d’autre part, une science poétique, c’est ce que montre aussi l’histoire des plus anciens philosophes. C’est, en effet, l’étonnement qui pousse, comme aujourd’hui, les premiers penseurs aux spéculations philosophiques. Au début, leur étonnement porta sur les difficultés qui se présentaient les premières à l’esprit; puis, s’avançant ainsi peu à peu, ils étendirent leur exploration à des problèmes plus importants, tels que les phénomènes de la Lune, ceux du Soleil et des Étoiles, enfin la genèse de l’Univers.”⁴

Cette partie est si célèbre qu’on la retrouve dans toutes les introductions à la philosophie. Personne n’a essayé d’y réfléchir ou de la reconsidérer. Mais du point de vue de Lao-tseu et de Chuang-tseu dans la Chine ancienne, l’émerveillement signifie le néant (“Mu” en japonais, 無). L’émerveillement devant l’univers est si grand que l’homme ne peut exprimer son émotion par des mots. La condition est la perte des mots. C’est l’intuition du néant. Cette interprétation permet de combler le fossé entre les philosophies européennes et asiatiques. Toutes deux ont en commun l’expérience fondamentale.

Pour commencer, Socrate et Platon ont fait l’expérience de cet émerveillement. Socrate a eu l’intuition du néant et a continué à penser et à contempler toute la journée sans se reposer. C’est comme le Zabû de Lao-tseu. Dans ma publication “Méditation et intuition”, j’ai déjà soutenu que la contemplation de Socrate est commune avec Zabû. Platon s’est interrogé sur l’infinité de l’univers, qu’il a appelé chaos. Il a évité de l’exprimer davantage. Tout d’abord, il a choisi les choses exactes par le biais des mathématiques et les a décrites. C’est le “cosmos”. Il y a une grande différence entre le cosmos et l’univers. Le cosmos est un système régulier et harmonieux. Mais l’univers comprend des choses vagues, des contradictions et des oppositions. Au sens strict, l’univers comprend le cosmos. Platon considérait le néant comme un chaos. Le pionnier du chaos est Hésiode en Grèce. Il l’a écrit sous forme de mythologie. Aristote l’a suivi.

«Et Hésiode:

Bien avant toutes choses fut le Chaos,

Puis ensuite la Terre aux larges flancs...

Et l’Amour, qui brille entre tous les immortels.

Tant il fallait que se trouvât dans les êtres une cause capable de donner le mouvement et l’ordre aux choses !»⁵

Dans cette partie, Aristote présente Hésiode comme le premier à avoir envisagé le chaos et le premier principe de la cause première. Il s’agit du principe issu du chaos, c’est-à-dire du néant. Hésiode a eu l’intuition que le chaos, le néant, était le premier principe qui inclut le bien et le mal, l’ordre et le désordre, la beauté et la laideur. Du point de vue de la philosophie asiatique, l’intuition du chaos n’est rien d’autre que l’intuition du néant. Platon et Aristote ont accepté l’idée d’Hésiode et se sont interrogés sur le chaos et le néant dans l’univers infini. C’est le début de la philosophie. Mais certaines antithèses sur la notion de néant sont supposées. Il s’agit

⁴ Met. A.2. 982b10, Loeb Classical Library Aristote Métaphysique Livre 1–9, p. 13. Traduction de J. Tricot, p. 46.

⁵ Met. A 4. 984b25, Loeb Classical Library Aristotle Metaphysics Book 1–9, p. 27. Traduction de J. Tricot, pp. 50–51.

de la préoccupation que le néant au-delà des mots n'est après tout qu'une théorie du silence ou un langage désaffecté. Il semble préférable que l'homme ne dise rien. Il s'agit là d'un malentendu typique dû à un manque de connaissance de la culture asiatique et du néant. En premier lieu, le néant est le courant de vie, le souffle naturel et le flux d'énergie dans toutes les choses. En recevant cette énergie, nous nous émerveillons. C'est un symbole de puissance et d'énergie. Le néant est synonyme d'épuisement et d'explosion d'énergie. Autrefois, les philosophies chinoises de Lao-tseu et de Chuang-tseu n'étaient pas étudiées en Europe, en particulier dans le domaine des sciences naturelles et de la physique. Mais le développement de la théorie quantique a conduit à un renversement de situation. L'«esprit» du Qigong, la «voie», l'«un» et le «néant» ont été considérés comme le travail spirituel et l'activité idéale. Mais en réalité, ces notions sont le mouvement de fines particules qui circulent dans toutes les choses. Lorsque la physique les saisit, on parle d'un quark, d'un neutrino et d'autres. Plus encore, comme il s'agit d'un ensemble d'énergie dans l'univers, on parle de matière noire ou d'énergie noire. Si l'homme dit que c'est, cela existe. Si l'homme dit qu'elle n'est pas, elle n'existe pas. L'homme ne peut rien dire. Dans la vie ordinaire, nous n'en sommes pas conscients. Mais la science le confirme, et alors l'existence est confirmée. Aujourd'hui, la physique contemporaine propose la théorie de la création de l'espace à partir du néant. Le début de l'univers est le Big Bang à partir du néant. La condition du néant est le mouvement des particules fines. Leur taille est si petite que la physique contemporaine ne peut la confirmer. On l'appelle le champ de la longueur de Planck. La notion contraire est celle d'un univers sans fin. Cette théorie de la création d'espace à partir du néant est basée sur la théorie quantique. Ce sont Werner Heisenberg et Niels Bohr qui en ont jeté les bases. Ils ont également été confrontés aux principes du néant.⁶ Il ne s'agit donc pas d'une théorie du silence mais d'une nouvelle théorie qui explique l'émerveillement et l'intuition du néant dans l'univers. L'homme qui a l'intuition du néant est conscient de son ignorance en tant que manque de connaissance et de vérité.

2. LE NÉANT COMME CONSCIENCE DE L'IGNORANCE

Selon Aristote, l'homme qui s'interroge est conscient de son ignorance. Ce qui suit est typique.

“Or apercevoir une difficulté et s'étonner, c'est reconnaître sa propre ignorance (c'est pourquoi même l'amour des mythes est, en quelque manière, amour de la Sagesse, car le mythe est un assemblage de merveilleux). Ainsi donc, si ce fut bien pour échapper à l'ignorance que les premiers philosophes se livrèrent à la philosophie, c'est qu'évidemment ils poursuivaient le savoir en vue de la seule connaissance et non pour une fin utilitaire. Et ce qui s'est passé en réalité en fournit la preuve: presque toutes les nécessités de la vie, et les choses qui intéressent son bien-être et son agrément avaient reçu satisfaction, quand on commença à rechercher une discipline de ce genre. Je conclus que, manifestement, nous n'avons en vue, dans notre recherche, aucun intérêt étranger. Mais, de même que

6 Kiyokazu Nakatomi, "On the synthesis of the theory of relativity and quantum theory" *Człowiek w kulturze*, University of Finance and Management in Warsaw, Poland 2007, p. 92.

"Człowiek i Filozofia" 2008, Pologne, Université de finance et de gestion de Varsovie, version française.

nous appelons libre celui qui est à lui-même sa fin et n'existe pas pour un autre, ainsi cette science est aussi la seule de toutes les sciences qui soit une discipline libérale, puisque seule elle est à elle-même sa propre fin.”⁷

L'homme qui prend conscience de son ignorance (gnoti ignoranti) recherche davantage de connaissances et de vérité. C'est la philosophie. Mais l'essence de la connaissance n'est pas la connaissance pratique et ordinaire, mais la connaissance non pratique et libre qui transcende la vie ordinaire et se poursuit jusqu'à l'infini, l'éternité et l'être transcendantal. J'ai soutenu que le néant continue à l'infini, à l'éternité, à l'être transcendantal et à l'amour. Je l'ai appelé le principe du néant et de l'amour.⁸ Chez Socrate, Platon et Aristote également, le néant se poursuit jusqu'à l'infini, l'éternité et l'être transcendantal. Aristote ne cesse de le répéter,

“Aussi est-ce encore à bon droit qu'on peut estimer plus qu'humaine sa possession. De tant de manières, en effet, la nature de l'homme est esclave, que, suivant Simonide, Dieu seul peut jouir de ce privilège, et qu'il ne convient pas que l'homme ne se borne pas à rechercher la science qui est à sa mesure. Si donc il y a quelque vérité dans ce que racontent les poètes, et si la jalousie est naturelle à la divinité, c'est bien dans ce cas qu'elle devrait, semble-t-il, surtout s'exercer, et tous ceux qui excellent dans ce savoir auraient un sort misérable. Mais il n'est pas admissible que la divinité soit jalouse (disons même, avec le proverbe, que les poètes sont de grands menteurs), et on ne doit pas non plus penser qu'une autre science puisse surpasser celle-là en dignité. En effet, la science la plus divine est aussi la plus élevée en dignité, et seule la science dont nous parlons doit être, à un double titre, la plus divine: car une science divine est à la fois, celle que Dieu posséderait de préférence et qui traiterait des choses divines. Or la science dont nous parlons est seule à présenter, en fait, ce double caractère: d'une part, dans l'opinion courante, Dieu est une cause de toutes choses et un principe, et, d'autre part, une telle science, Dieu seul, ou du moins Dieu principalement, peut la posséder. Toutes les autres sciences sont donc plus nécessaires qu'elle, mais aucune ne l'emporte en excellence.”⁹

La philosophie qui est consciente de l'ignorance atteint un domaine plus élevé que les sciences ordinaires, il semble qu'elle dépasse le pouvoir. Mais parce que la philosophie entend atteindre la connaissance qui est au-delà du pouvoir humain et de l'infini, elle est la science de Dieu, la théologie. La conscience de l'ignorance en tant que manque de connaissance dépasse le domaine humain et atteint alors le domaine de l'infini, de l'éternité et de Dieu. C'est le principe du néant et de l'amour. Il se poursuit jusqu'au néant, à l'infini, à l'éternité, à l'être transcendantal (Dieu) et à l'amour. La prise de conscience de l'ignorance par Aristote est adéquate au principe du néant et de l'amour. Bien entendu, elle convient également à Confucius dans la philosophie.

⁷ Met. A. 2 982b18, Loeb Classical Library Aristote Métaphysique Livre 1–9, pp. 13–15. Traduction de J. Tricot, pp. 46 – 47.

⁸ Kiyokazu Nakatomi, “Une synthèse philosophique de la Chrétienté, du Bouddhisme et de l'Islam” “Parerga” No2/2005 Université des Finances et de la Gestion à Varsovie, Pologne. “Ministrare” Tom I, 2010, Pologne, Université de finance et de gestion de Varsovie, version française.

⁹ Met. A. 2 982b29 – 983a10, Loeb Classical Library Aristote Métaphysique Livre 1–9, p. 15. Traduction de J. Tricot, p. 47.

Confucius, qui avait l'intention d'étudier les sciences et les classiques chinois, avait l'intuition que le néant était l'absence de connaissance qui recherchait la connaissance et les sciences de l'infini et de l'éternité. Toute sa vie, il a voulu et aimé étudier. Lorsqu'il a été confronté à des difficultés, par exemple lorsqu'il a perdu son poste de ministre de la justice, son fils unique et son plus excellent disciple (Ganen), il a eu l'intuition de l'être transcendantal (Ciel).

Le Maître dit: "J'envisage de renoncer à la parole." Tzu-kung dit: "Si vous ne parliez pas, qu'aurions-nous à transmettre, nous, vos disciples?" Le Maître dit: "Que dit le Ciel? Pourtant, il y a les quatre saisons qui se succèdent et les cent choses qui naissent. Que dit le Ciel?"¹⁰

Le sens de la phrase est que le Ciel ne dit rien. Dans la Chine ancienne, le Ciel était l'Être transcendant qui contrôle le mouvement du monde avec un pouvoir infini, comme l'archétype. Le néant est la réalité. Après cela, il a atteint Sei (sainteté, sage) qui sauve tous les peuples. Sei est plus élevé que Jin (vertu parfaite, bienveillance). La pensée de Confucius est expliquée par mon principe. Elle s'applique également au Jihi (miséricorde) du Bouddha. Jihi consiste à aimer tous les êtres vivants comme une mère aime son enfant.

La relation entre Confucius, Lao-tseu et Chuang-tseu est la suivante. Chuang-tseu a très bien appris la théorie de Confucius. Il est très clair que Chuang-tseu a cité les mots de Confucius. On dit que le livre de Lao-tseu a été publié après le confucianisme. Il existe de nombreuses possibilités que Lao-tseu et Chuang-tseu aient été influencés par Confucius. Par conséquent, l'idée du néant ne provient pas seulement de Lao-tseu et de Tchouang-tseu, mais aussi de Confucius. L'intuition du néant est la base de la philosophie asiatique et est commune avec la métaphysique d'Aristote et de Platon. C'est l'esprit et l'attitude universels de l'être transcendantal.

3. LOI DE LA CONTRADICTION ET LOGIQUE DU NÉANT ABSOLU

Dans le deuxième chapitre, j'ai soutenu que la conscience de l'ignorance en Grèce est commune avec la philosophie asiatique. Aristote a formulé la loi de la contradiction et la loi du milieu exclu et a établi la logique. C'est en réaction aux sophistes et relativistes. Si l'homme admet ses pensées, tout est vrai et les mensonges sont corrects. C'est la condition du chaos. Si chaque instance est vraie, la discussion n'est pas réalisée. C'est le relativisme. Dans son essai, Aristote a traité de nombreuses théories relatives et les a réfutées. Il a ensuite établi la loi de la contradiction et la loi du milieu exclu. Cette procédure a permis de jeter les bases des sciences naturelles et d'autres sciences. Dans chaque science, la contradiction doit être omise. Sinon, la science ne se développe pas. Elle doit distinguer le un et le deux en mathématiques et le blanc et le noir en art. C'est le point le plus fondamental du principe scientifique. C'est sur la base de ce principe que la biologie, la physique, l'astronomie et les mathématiques, ainsi que d'autres sciences, ont été établies. Aristote a jeté les bases de toutes les sciences en Europe au cours des 2300 dernières années. Bien que ce principe soit très important, il existe des cas qui ne correspondent pas à la science,

¹⁰ Confucius, *L'Analecte XVII – 19*, Penguin Classics.

à la métaphysique et à la philosophie universelles. Il s'agit de la notion de «moteur premier qui est lui-même immobile», c'est-à-dire le moteur immobile. Comme il y a un moteur et un immobile identiques, il y a une contradiction dans ces mots. Par essence, l'immobile n'est pas en mouvement. Le moteur est en mouvement. L'expression «moteur premier qui est immobile» dans la réalité ultime comporte une contradiction. Depuis Aristote, 2300 ans se sont écoulés et les sciences naturelles se sont développées. Selon la physique contemporaine, il n'y a pas d'immobilité absolue. La terre tourne et se déplace autour du soleil. Nous sommes les seuls à ressentir l'immobilité dans un certain sens. En outre, l'univers s'étend et se déplace. Comment devons-nous interpréter cela? Comme il s'agit d'une notion mythologique, nous devrions la comprendre et l'accepter de manière mythologique?

Il semble que le réaliste Aristote ait remporté une victoire sur Platon par la critique complète de l'idée. Mais il n'a pas pu expliquer complètement la notion de dieu. En un sens, c'est la limite de la logique d'Aristote. Mais la logique du néant absolu brise ce blocage. Si l'homme dit que ça bouge, c'est que ça bouge. Si l'homme dit que ça ne bouge pas, ça ne bouge pas. L'homme ne peut rien dire. C'est la logique du néant absolu qui transcende le mouvement et l'immobilité. Ne rien dire est le tout et la définition n'est qu'une partie de l'univers. Le néant (ne rien dire) est le tout de l'univers infini; d'autre part, la règle claire et la définition ne sont qu'une partie de l'univers.

Bien entendu, Aristote a traité cela comme de la logique et l'a nié. Selon lui,

“Or, à ce qu'il semble, la pensée d'Héraclite, disant que tout est et n'est pas, fait que tout est vrai; celle d'Anaxagore, au contraire, disant qu'il y a un intermédiaire entre les contradictoires, fait que tout est faux: quand, en effet, il y a mélange, le produit du mélange n'est ni bon, ni non-bon, de sorte qu'on ne peut rien dire de vrai.”¹¹

Cela n'a donc aucun sens. Je réponds à ces anti-thèses par Aristote. Dans le domaine de chaque science et des sciences naturelles, l'insistance d'Aristote (loi de la contradiction et du milieu inclus) est juste. Mais dans la métaphysique et la philosophie qui transcendent chaque science, ils ont besoin de la logique du néant absolu.

Comme premier exemple, quelle est la meilleure définition de la mort: la mort cérébrale ou l'arrêt cardiaque? En général, la médecine traite la vie et la mort. L'objectif de la médecine est de préserver la santé des êtres humains. L'interprétation de la mort sera modifiée par la définition de la mort, la mort cérébrale ou l'arrêt cardiaque. Le jugement de la mort dépend des pays et de la loi. La plupart des pays adoptent le jugement de mort cérébrale, car il est avantageux pour la transplantation d'organes internes. Récemment, le gouvernement japonais a accepté le jugement de mort cérébrale, mais il y a quelques hésitations parmi les Japonais. Un patient dont la vie est à peine maintenue par des équipements de survie et dont les fonctions cérébrales se sont arrêtées est-il vivant ou mort? L'homme peut dire qu'il est vivant. Ou l'homme peut dire qu'il est mort. L'homme ne dit rien. Aujourd'hui, le maintien en vie au moyen d'équipements de survie coûte cher dans les pays avancés et de

¹¹ Met. Γ.7 – 8. 1011b24 – 1012b30, Loeb Classical Library Aristote Metaphysics Book 1–9, pp. 199–207. Traduction de J. Tricot, pp. 107–108.

nombreux pays souffrent des dépenses liées à l'assurance maladie et à la sécurité sociale. Est-il heureux de vivre longtemps?

Deuxième exemple: la loi de la contradiction peut-elle expliquer la disparité entre les sexes? Il est évident que le sexe masculin ou féminin est déterminé par la fonction d'un chromosome et d'un gène. Aujourd'hui, il y a des cas où, bien qu'étant un homme, on subit une opération transsexuelle et on change de sexe. Avant l'opération, il s'inquiète de son comportement féminin. Bien sûr, il y a aussi le contraire. Platon a un jour pensé androgynos (hermaphrodite). Androgynos est l'origine d'un être humain qui était à moitié homme et à moitié femme. Comme il était si fort qu'il voulait être près de Dieu, Dieu s'est fâché et les a divisés, en tant qu'homme et femme. C'est pourquoi chaque homme et chaque femme cherchait à retrouver les anciens divisés. Cette histoire est très connue dans le Symposium.¹² Il semble que cette mythologie était très primitive, mais elle est réaliste. Aujourd'hui, l'hermaphrodite est admis en médecine. La loi de la contradiction ne peut pas expliquer cet exemple.

Troisième exemple: le chiffre 1 est-il absolu? Le chiffre 1 n'est pas absolu. Une femme enceinte est-elle une ou deux personnes? Selon la loi japonaise, un embryon est considéré comme un être humain à partir de la 21^e semaine de grossesse. L'avortement après 21 semaines devient un meurtre. Cela signifie qu'une et deux personnes coexistent. Une règle sociale ou une norme telle que la loi fixe le nombre 1, 2, 3, 4... Même un, qui est le nombre le plus simple, n'est pas fixe. Les nombres et les figures ne se déplacent jamais indépendamment de notre pensée. Le thème et le but des mathématiques sont des expressions de relations quantitatives. Elle n'exprime pas toute la vérité de l'univers mais seulement une partie de l'univers.¹³

Quatrième exemple: l'énergie atomique est-elle sûre ou dangereuse? Après le développement de la science, nous disposons aujourd'hui d'une énergie commensurable qui dépasse la puissance humaine. Elle est à l'origine de la bombe atomique, des missiles et de la production d'énergie nucléaire. Est-ce utile ou dangereux? Après la tragédie d'Hiroshima et de Nagasaki causée par les bombes atomiques, le Japon s'est redressé et s'est développé favorablement. Le Japon a adopté la politique de production d'énergie nucléaire. La plupart des Japonais croient en la sécurité de l'énergie nucléaire.

Mais le grand tremblement de terre et le tsunami ont dévasté les centrales nucléaires de Fukushima (le 11 mars 2011). Le tsunami a détruit le système de réfrigération puis les centrales ont subi des explosions d'hydrogène. C'est avant l'explosion atomique que les substances radioactives se sont répandues. Le gouvernement japonais ne peut pas contrôler l'énergie atomique. L'énergie atomique est-elle sûre ou dangereuse? Ces exemples montrent que la loi de la contradiction et la loi du milieu exclu sont très efficaces pour les sciences naturelles et les sciences limitées. Mais elles ne sont pas adaptées au domaine qui se situe au-delà de chaque science. Ainsi, la science universelle, la métaphysique et la philosophie sont exemptes de la loi de la contradiction et de la loi du milieu exclu. Elles transcendent chaque science. La logique est le néant absolu.

¹² Platon, Symposium, Loeb Classical Library, 189D – 192E, pp. 135–145.

¹³ Kiyokazu Nakatomi, "On the synthesis of the theory of relativity and quantum theory" *Człowiek w kulturze*, University of Finance and Management in Warsaw, Poland 2007, pp. 78–79.

En fait, Aristote a utilisé la même logique, par exemple en demandant ce qui est antérieur à l'idée de cercle ou à l'individualité réelle d'un couvercle en bois rond. Pour cette question, il dit que ni l'une ni l'autre n'est absolument antérieure et que nous ne devons pas donner une réponse sans réserve.¹⁴ Le problème de l'antériorité de l'idée et de la matière réelle est très essentiel. Aristote nie le monde des idées. L'idée est incluse dans la matière réelle/l'idée inclut la matière réelle. Mais qui est antérieur à l'idée ou à la matière réelle? Il ne dit rien et s'en tient à la position du néant absolu dans sa question la plus essentielle.

4. CONCLUSION

L'homme a l'intuition du univers infini et ne peut pas le dire tout d'une traite. Il a besoin de le limiter et de le couper. C'est le néant, en tant que mot négatif, qui opère la limitation et la coupure. Le néant, en tant que réalité, est le courant de la vie qui est au-delà du langage et, plus encore, le néant, en tant que mot négatif, fonctionne de manière logique et prélogique. En d'autres termes, le néant signifie le rien. Le pas de la négation fonctionne dans le néant et définit le oui ou le non pour toutes les choses. Je suis un homme». Dans cette phrase, prélogiquement, «Je ne suis pas un chien. Je ne suis pas un chat» est une prémisse. Pas de fonctions. J'appelle cela le néant relatif. Bien entendu, la notion d'idée est définie par le néant. Le néant fonctionne comme distinction du mouvement de la pensée. Je propose cette logique, le néant absolu ou le néant transcendantal. Cela ressemble à la dialectique. Comme il y a la dialectique qui suppose la loi de la contradiction, il y a une différence fondamentale. L'antithèse et la synthèse dépendent de la loi de la contradiction. La logique du néant absolu comprend la loi de la contradiction, la loi du milieu exclu et la dialectique. Je veux ainsi briser l'obstacle de la philosophie européenne. L'origine de l'obstacle provient de la philosophie d'Aristote. La contradiction du «moteur premier qui est immobile» est surmontée par le néant absolu. Ma philosophie synthétise les philosophies européenne et asiatique et ouvre un nouvel horizon à la philosophie mondiale.

Ce document a été publié en anglais dans Izvestia (Université pédagogique d'État de Volgograd, Russie, 2014).

¹⁴ Met. Z. 10, 1036a13, Loeb Classical Library Aristote Métaphysique Livre 1–9, p. 363. Traduction de J. Tricot, p. 161.



Michał Olczak

michaelolczak@gmail.com
University of Business and Applied Sciences "Varsovia"
Warsaw, Poland

Self-adwokatura jako instrument efektywnego uczestnictwa osoby z niepełnosprawnością intelektualną w postępowaniach – ujęcie prawno-procesowe.

Self-Advocacy as an Instrument of Effective Participation of Persons with Intellectual Disabilities in Legal Proceedings: A Procedural-Legal Perspective

Summary

The article addresses the marginalisation of the voices of persons with intellectual disabilities in legal proceedings, arguing that the underlying difficulties stem not only from individual limitations but also from institutionally produced communicative, linguistic, and evidentiary barriers. The aim of the study is to reconceptualise self-advocacy from a primarily social category into a concept of procedural and legal relevance, integral to the standard of effective participation in proceedings. The analysis is based on desk research, doctrinal legal analysis, and an examination of case-law and human rights standards, including the duty to provide reasonable accommodation and to design procedures that are communicatively accessible. The results section identifies: the effects of substitute decision-making mechanisms on procedural agency and the capacity to perform procedural acts; the centrality of communication to the substantive content of the right of access to a court; the risk of epistemic exclusion through the automatic privileging of diagnosis and expert knowledge over the participant's own testimony; and a model for integrating self-advocacy with procedural accommodations and supported decision-making. The article concludes with recommendations for

courts and other authorities, including standards for hearing the person concerned, communication tools, and directions for systemic reform.

Keywords: self-advocacy; intellectual disability; effective participation; access to justice; reasonable accommodation; procedural communication; supported decision-making; ECtHR/Polish Constitutional Tribunal/Supreme Court case-law.

Udział osób z niepełnosprawnością intelektualną (dalej: NI) w postępowaniach przed sądami i innymi instytucjami pozostaje obszarem, w którym wciąż łątwo o redukcję zagadnienia do dwóch uproszczeń: czysto proceduralnego pytania o zdolność do dokonania czynności procesowych albo diagnostycznego pytania o poziom funkcjonowania poznawczego. W obu ujęciach głos osoby z NI bywa wtórny, traktowany jako element wymagający korekty, filtracji lub zastąpienia wypowiedzią opiekuna, pełnomocnika bądź biegłego. Tymczasem rdzeń problemu dotyczy nie tylko formalnego dopuszczenia do udziału w postępowaniu, ale realnej możliwości zrozumienia sytuacji procesowej, wyrażenia stanowiska i współkształtowania rozstrzygnięcia w sprawach dotyczących własnych spraw. W perspektywie prawno-procesowej oznacza to konieczność przesunięcia akcentu z samego statusu uczestnika na warunki uczestnictwa takie jak język i formę komunikacji organu, tempo czynności, sposób pouczeń, protokołowanie, dostępność narzędzi komunikacyjnych, a także sposób, w jaki postępowanie przyjmuje (lub eliminuje) wypowiedź osoby z NI. Celem artykułu jest wykazanie, że self-adwokatura osób z NI może pełnić funkcję instrumentu prawno-procesowego służącego realizacji standardu efektywnego uczestnictwa w postępowaniach sądowych i przed innymi organami oraz przedstawienie rekomendacji praktycznych i normatywnych łączących self-adwokatę z racjonalnymi usprawnieniami, wsparciem komunikacyjnym i elementami modelu wspieranego podejmowania decyzji.

W polskim porządku prawnym sytuacja osób z NI w procedurze jest w dużej mierze pochodną regulacji dotyczących zdolności prawnej i zdolności do czynności prawnych (k.c., art. 11–22), a następnie konstrukcji zdolności sądowej i procesowej w przepisach proceduralnych. Kluczową rolę odgrywa tu instytucja ubezwłasnowolnienia, która – mimo ochronnej genezy – w praktyce może stać się trwałym mechanizmem zastępczego podejmowania decyzji i ograniczania prawa do sądu (Konstytucja RP, art. 45) oraz prawa do bycia wysłuchanym. W judykaturze polskiej wątek ten ma wymiar fundamentalny. Trybunał Konstytucyjny (dalej: TK) uznał za niekonstytucyjne rozwiązanie, które nie przyznawało osobie ubezwłasnowolnionej uprawnienia do inicjowania postępowania o uchylenie lub zmianę ubezwłasnowolnienia (TK, 7.03.2007, K 28/05). Orzeczenie to akcentuje, że problem nie jest wyłącznie techniczny, lecz dotyczy konstytucyjnie chronionej godności i wolności jednostki. Analogicznie – standard wysłuchania w sprawach opiekuńczych nie może być traktowany jako formalność. Sąd Najwyższy doprecyzował znaczenie obligatoryjnego wysłuchania osoby, której dotyczy wniosek, wskazując na wymagania co do etapu postępowania oraz udziału biegłych w pierwszym wysłuchaniu (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09), a w późniejszym orzecznictwie rozwijał elementy standardu procesowego w sprawach o ubezwłasnowolnienie (SN, 26.01.2012, III CSK 169/11). Równoległe, w orzecznictwie Europejskiego Trybunału Praw Człowieka (dalej: ETPC) konse-

kwentnie podkreśla się, że ograniczenia zdolności procesowej muszą być proporcjonalne, zindywidualizowane i poddane realnej kontroli sądowej, w przeciwnym razie naruszają prawo do sądu i standard rzetelnej procedury (ETPC, 2008, Shtukaturov v. Russia, nr 44009/05; ETPC, 2010, Alajos Kiss v. Hungary, nr 38832/06; ETPC, 2012, Stanev v. Bulgaria, nr 36760/06; ETPC, 2012, DD v. Lithuania, nr 13469/06). Dodatkowo, zakres problemu wykracza poza postępowania sądowe sensu stricto: obejmuje także sytuacje okołoprosesowe i postępowania przed innymi organami, w których osoba z NI musi rozumieć konsekwencje czynności, komunikować swoje potrzeby i bronić interesów (Zima-Parjaszewska red., 2015). W tym ujęciu prawoprosesowe znaczenie ma również projektowanie kanałów komunikacji państwa z obywatelem.

Self-adwokatura (samorzecznictwo) bywa kojarzona przede wszystkim z ruchem emancypacyjnym i obywatelskim uczeniem się przez działanie. W polskich opracowaniach podkreśla się jednak, że jej rdzeń ma charakter dwoisty: obejmuje zarówno aspekt kompetencyjny (umiejętności, wiedza, sprawności umożliwiające funkcjonowanie w różnych sferach życia), jak i aspekt społeczny (zbiorowe działania na rzecz zmiany sytuacji grupy i reprezentowania jej interesów) (Włazło, 2013; Jakubas-Śródecka, 2023). Z perspektywy prawno-procesowej szczególnie istotne są trzy elementy samorzecznictwa: rozwijanie kompetencji komunikacyjnych i negocjacyjnych, budowanie świadomości praw i praktycznych sposobów ich realizacji oraz wzmacnianie przekonania, że osoba ma prawo występować we własnej sprawie – także w sytuacjach urzędowych i proceduralnych (Podgórska-Jachnik i Tłoczkowska, 2009; Kurowski, 2015). W tym miejscu ważna jest perspektywa autonomii relacyjnej: autonomia nie jest przeciwieństwem zależności, lecz współtworzy się w sieci relacji, uznania i adekwatnego wsparcia. W konsekwencji wsparcie (np. komunikacyjne) nie musi oznaczać utraty podmiotowości procesowej. Może natomiast być warunkiem jej realnego wykonywania (Podgórska-Jachnik, 2018). Takie rozumienie jest spójne ze standardami międzynarodowymi. Art. 12 Konwencji o prawach osób niepełnosprawnych (dalej: KPON) wymaga zapewnienia wsparcia w korzystaniu ze zdolności prawnej, a art. 13 nakazuje zapewnienie skutecznego dostępu do wymiaru sprawiedliwości, co obejmuje racjonalne usprawnienia i *procedural accommodations* (KPON, 2006; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014). W polskiej debacie prawniczej konsekwencje art. 12 KPON dla instytucji ubezwłasnowolnienia wskazywane są jako problem systemowy, a nie wyłącznie techniczny (Zima-Parjaszewska, 2013). Self-adwokatura nie powinna być zatem traktowana jako zewnętrzne tło społeczne procedury, lecz jako potencjalny instrument realizacji standardu efektywnego uczestnictwa – zwłaszcza gdy łączy się ją z racjonalnymi usprawnieniami (*plain language, easy-to-read, AAC*) oraz z modelem wspieranego, a nie zastępczego, podejmowania decyzji (RPO, 2022; Zima-Parjaszewska red., 2015). Niniejszy artykuł odpowiada na następujące pytania badawcze:

1. Jakie rozwiązania proceduralne ograniczają możliwość artykulacji woli i stanowiska osoby z NI w postępowaniach sądowych i przed innymi organami?
2. Jak standardy praw człowieka oraz orzecznictwo ETPC, Trybunału Konstytucyjnego oraz Sądu Najwyższego (dalej: SN) wpływają na ocenę dopuszczalności ograniczeń oraz na obowiązek tworzenia usprawnień proceduralnych i dostępnej komunikacji?

3. Jak operacjonalizować self-adwokaturę w procedurze, aby zminimalizować pozorną wysłuchania i wzmocnić realny udział osoby z NI w prowadzonych sprawach?

Artykuł ma charakter opracowania analitycznego i opiera się na metodzie dogmatyczno-prawnej oraz analizie funkcjonalnej instytucji procesowych. Metoda dogmatyczno-prawna służy rekonstrukcji norm i ich konsekwencji dla sytuacji osoby z NI w postępowaniu, w szczególności w zakresie zdolności do podejmowania czynności procesowych, standardu wysłuchania oraz dopuszczalności i proporcjonalności ograniczeń wynikających z rozwiązań zastępczych (np. ubezwłasnowolnienia). Ujęcie funkcjonalne pozwala ocenić, czy procedura, w konkretnych konfiguracjach instytucjonalnych, zapewnia warunki efektywnego uczestnictwa, rozumianego jako realna możliwość rozumienia sytuacji prawnej i wyrażenia woli (stanowiska) w sprawach dotyczących własnych praw i obowiązków (ETPC, 2008, *Shtukaturov v. Russia*, nr 44009/05; ETPC, 2010, *Alajos Kiss v. Hungary*, nr 38832/06). Analizę osadzono w polskim porządku prawnym, obejmując ją regulacje prawa cywilnego materialnego dotyczące zdolności prawnej i zdolności do czynności prawnych (k.c., art. 11–22), podstawowe rozwiązania proceduralne w sprawach cywilnych (k.p.c.), karnych (k.p.k.) i administracyjnych (k.p.a.), a także standardy kontroli sądowej działalności administracji. Jako kluczowe kryteria oceny przyjęto: konstytucyjny standard prawa do sądu (Konstytucja RP, art. 45), standard rzetelnego postępowania z perspektywy Europejskiej Konwencji Praw Człowieka (EKPC, art. 6) oraz standardy wynikające z Konwencji o prawach osób niepełnosprawnych, w szczególności obowiązek zapewnienia wsparcia w korzystaniu ze zdolności prawnej (KPON, art. 12) i zapewnienia skutecznego dostępu do wymiaru sprawiedliwości (KPON, art. 13), rozumianego jako projektowanie procedury dostępnej komunikacyjnie, z racjonalnymi usprawnieniami przy uwzględnieniu *procedural accommodations* (Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014). W części orzeczniczej zastosowano analizę problemową, koncentrującą się na rozstrzygnięciach dotyczących prawa osoby poddanej ubezwłasnowolnieniu do inicjowania postępowań w sprawach własnego statusu prawnego (TK, 7.03.2007, K 28/05), standardu wysłuchania i gwarancji procesowych w sprawach dotyczących ubezwłasnowolnienia i spraw opiekuńczych (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09; SN, 26.01.2012, III CSK 169/11) oraz europejskiego standardu proporcjonalności ograniczeń zdolności procesowej i realności kontroli sądowej (ETPC, 2012, *Stanev v. Bulgaria*, nr 36760/06; ETPC, 2012, *DD v. Lithuania*, nr 13469/06). Dobór literatury obejmuje prace polskich autorów z obszaru prawa i studiów nad niepełnosprawnością, w tym opracowania dotyczące konsekwencji KPON dla instytucji ubezwłasnowolnienia oraz praktyczne ujęcia uczestnictwa osób z NI w postępowaniach sądowych i przed innymi organami (Zima-Parjaszewska, 2013; Zima-Parjaszewska (red.), 2015), a także ujęcia self-adwokatury i autonomii relacyjnej, istotne dla operacjonalizacji ich głosu w procedurze (Podgórska-Jachnik, 2018; Jakubas-Śródecka, 2023; Wlazło, 2013).

Pierwszym i podstawowym ustaleniem jest to, że komunikacja procesowa nie ma charakteru wyłącznie technicznego. Stanowi ona element materialnej treści prawa do sądu (Konstytucja RP, art. 45) oraz standardu rzetelnego postępowania (EKPC, art. 6). Jeśli uczestnik postępowania nie rozumie czynności organu, nie ma realnej możliwości przedstawienia faktów i argumentów, nie potrafi w sposób dostępny zakomunikować swojej woli lub preferencji, a procedura nie zapewnia mu kanału

komunikacji adekwatnego do potrzeb wówczas udział w nim przyjmuje postać formalną, a nie efektywną. W ujęciu praw człowieka oznacza to konieczność przesunięcia akcentu: z pytania „czy dana osoba może uczestniczyć” na pytanie „jak procedura ma zostać zaprojektowana, aby umożliwić efektywne uczestnictwo” (KPON, art. 13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014).

W postępowaniach sądowych i przed organami komunikacja zaczyna się już przed salą, na etapie inicjowania sprawy, doręczeń, wezwań, pouczeń o prawach i obowiązkach oraz przyjmowania pism i oświadczeń. W praktyce osoby z NI napotykają tu bariery językowe i formalne na które składają się złożone konstrukcje składniowe, wysoki poziom abstrakcji, brak jednoznacznych instrukcji oraz przeciążenie informacyjne. Ich skutkiem może być nie tylko dezorientacja, lecz również realne konsekwencje procesowe: niepodjęcie obrony, przekroczenie terminu, brak reakcji na wezwanie, a w konsekwencji rozstrzygnięcie zapadające bez rzeczywistego udziału uczestnika. W ujęciu prawnoprosocym jest to istotne, ponieważ formalizm komunikacyjny nie jest neutralny. Przerzuca na uczestnika ciężar zapoznania się i zrozumienia całej procedury w sytuacji, gdy to organ pozostaje dysponentem języka i reguł postępowania. Z perspektywy standardu efektywnego uczestnictwa oznacza to obowiązek stosowania racjonalnych usprawnień w komunikacji urzędowej i sądowej (KPON, art. 13). W literaturze polskiej podkreśla się, że zapewnienie osobie z NI możliwości zrozumienia sytuacji prawnej jest warunkiem realnej partycypacji zarówno w postępowaniu sądowym, jak i w postępowaniach przed innymi organami (Zima-Parjaszewska (red.), 2015).

Drugi aspekt dotyczy komunikacji prowadzonej w ramach wysłuchania, przesłuchania, składania wyjaśnień, udziału w rozprawie lub w posiedzeniu, a także kontaktów z urzędnikiem, funkcjonariuszem czy biegłym. W procedurze mieszanej (sądowej i pozasądowej) bariera komunikacyjna pojawia się często w trzech postaciach:

1. Tempo i rytm czynności – istotny jest zauważalny brak czasu na zrozumienie pytania i udzielenie odpowiedzi oraz presja na udzielenie przez podmiot szybkiej i kategorycznej wypowiedzi.
2. Forma pytania – padające pytania są często wielozłonowe, sugerujące, abstrakcyjne, oparte na pojęciach prawnych zamiast na opisie sytuacji faktycznej.
3. Warunki sytuacyjne – sam stres towarzyszący podejmowanym czynnościom, władczy charakter relacji, nieprzewidywalność, obecność wielu osób, a czasem również brak dostosowań w przestrzeni i sposobie prowadzenia czynności.

W efekcie wypowiedź osoby z NI bywa oceniana jako niespójna lub niewiarygodna. Nie dlatego, że nie dotyczy rzeczywistości, lecz dlatego, że procedura sama w sobie narzuca format komunikacji, który jest dla niej nieadekwatny. Zjawisko to można opisać jako szczególny przypadek niesprawiedliwości epistemicznej: instytucja deprecjonuje wartość poznawczą wypowiedzi uczestnika, uprzywilejowując język ekspercki albo język procedury (Fricker, 2007). W postępowaniach, w których głos jednostki stanowi istotny element ustaleń (np. sprawy osobiste i opiekuńcze, czynności wymagające świadomej zgody, ocena wiarygodności, sprawy dotyczące wsparcia, świadczeń, pobytu), ryzyko to ma konsekwencje systemowe. Istotnym elementem komunikacji interaktywnej jest także protokół, którego rolą będzie zamiana wypowiedzi osoby z NI na materiał dowodowy. Jeżeli protokołowanie jest skróto-

formalne, a wypowiedzi są parafrazowane bez weryfikacji z uczestnikiem, to w praktyce głos osoby może zostać przepisany na język instytucji, tracąc sens i intencję wypowiedzi. W perspektywie prawno-procesowej jest to nie tylko problem etyczny, lecz również problem rzetelności postępowania.

Kolejną barierą są instytucjonalne filtry komunikacyjne. Wypowiedź osoby z NI bywa przetwarzana przez opiekuna, pełnomocnika, kuratora lub biegłego. Z jednej strony takie wsparcie może być niezbędne, z drugiej – w modelu zastępczym łatwo przechodzi w zastąpienie wypowiedzi i woli uczestnika. W praktyce największe ryzyko pojawia się wtedy, gdy instytucja (sąd lub organ) uznaje, że bezpieczniej będzie oprzeć się na diagnozie, opinii biegłego lub stanowisku opiekuna niż na wypowiedzi osoby, której sprawa dotyczy. Wówczas procedura reprodukuje mechanizm wykluczenia. Formalnie wysłuchuje, ale materialnie rozstrzyga ponad wypowiedzią zainteresowanego. Z perspektywy standardów międzynarodowych kluczowe jest rozróżnienie między wsparciem a zastępstwem. Art. 12 KPON wymaga zapewnienia wsparcia w korzystaniu ze zdolności prawnej, a art. 13 KPON – realnego dostępu do wymiaru sprawiedliwości. Komitet KPON podkreśla, że wsparcie powinno służyć realizacji woli i preferencji osoby, a nie ich zastępowaniu (Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014). W polskiej literaturze prawniczej i praktycznej akcentuje się potrzebę przejścia od modelu substituted decision-making do rozwiązań wspierających podejmowanie decyzji przez osoby z NI (Zima-Parjaszewska, 2013; RPO, 2022; Zima-Parjaszewska (red.), 2015). W tym ujęciu bariera komunikacyjna nabiera szczególnie praktycznego wymiaru. Uczestnik musi funkcjonować w wielu reżimach jednocześnie (wezwań, terminów, formularzy, rozmów urzędowych, przesłuchań, decyzji administracyjnych, pouczeń o środkach zaskarżenia). Każdy z tych reżimów ma własny język i własną logikę. Oznacza to, że brak usprawnień komunikacyjnych może prowadzić do kaskady negatywnych skutków. Nieporozumienia w jednym postępowaniu generują konsekwencje w kolejnym (np. brak reakcji na pismo → upływ terminu → rozstrzygnięcie → konieczność odwołania). W efekcie instytucja przypisuje uczestnikowi bierność lub brak współpracy, podczas gdy źródłem trudności jest funkcjonowanie w schemacie komunikacji nieadekwatnej do potrzeb. Z powyższego wynika, że usprawnienia komunikacyjne nie są uprzejmością organu ani elementem dobrej praktyki, lecz warunkiem zapewnienia rzetelności i realności udziału podmiotu w postępowaniu. Na poziomie operacyjnym oznacza to konieczność traktowania narzędzi takich jak *plain language, easy-to-read* (ETR), komunikacja wspomagana i alternatywna (AAC), wsparcie komunikacyjne oraz dostosowanie tempa i formuły czynności jako elementów gwarancyjnych postępowania (KPON, art. 13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014; RPO, 2022). Zatem jeśli samorzecznictwo rozumie się jako praktykę budowania kompetencji komunikacyjnych, sprawczości i zdolności artykulacji preferencji, to staje się ono instrumentem uruchamiającym korzystanie z usprawnień i z praw proceduralnych, a nie jedynie aktywnością społeczną (Wlazło, 2013; Jakubas-Śródecka, 2023; Podgórska-Jachnik, 2018). Dodatkowo, mechanizmy oparte na zastępczym podejmowaniu decyzji, w szczególności ubezwłasnowolnienie i powiązane z nim formy opieki czy kurateli, mają nie tylko wymiar materialnoprawny, lecz także bezpośredni wymiar prawno-procesowy. W praktyce wpływają one na to, kto i w jaki sposób może inicjować postępowanie, składać oświadczenia, zaskarżać rozstrzygnięcia, a przede wszystkim czy i w jakiej formie głos osoby z NI staje się elementem relevantnym dla organu. Instytucja ubezwłasnowolnienia była historycznie uzasadniana funkcją ochronną,

jednak w realiach proceduralnych często prowadzi do utrwalenia modelu, w którym decyzje i komunikacja z organem odbywają się przez innych. W takim układzie osoba, której sprawa dotyczy, może zostać zredukowana do przedmiotu ustaleń (np. stanu zdrowia, stopnia samodzielności), podczas gdy podmiotem komunikacji instytucjonalnej staje się opiekun, kurator lub pełnomocnik. Skutkiem jest przesunięcie ciężaru z woli i preferencji jednostki na bezpieczeństwo interpretowane instytucjonalnie, co zwiększa ryzyko pozorności wysłuchania i osłabia standard efektywnego uczestnictwa osoby z NI w czynnościach (Zima-Parjaszewska, 2013; RPO, 2022). Z perspektywy postępowań sądowych i przed innymi organami, kluczowe skutki mechanizmów zastępczych ujawniają się na trzech poziomach:

1. Inicjowanie postępowań i dostęp do kontroli sądowej. Tutaj ograniczenia statusowe mogą prowadzić do sytuacji, w której osoba najbardziej zainteresowana zmianą własnej sytuacji prawnej ma utrudnioną (albo praktycznie zablokowaną) możliwość uruchomienia danej procedury. W judykaturze problem ten nabiera rangi konstytucyjnej. Trybunał Konstytucyjny zakwestionował rozwiązanie, które nie przewidywało uprawnienia osoby ubezwłasnowolnionej do samodzielnego złożenia wniosku o uchylenie lub zmianę ubezwłasnowolnienia, wskazując na niezgodność z wartościami konstytucyjnymi, w tym z prawem do sądu (TK, 7.03.2007, K 28/05; Konstytucja RP, art. 45).
2. Wykonywanie czynności procesowych w toku postępowania. W praktyce model zastępczy sprzyja temu, że czynności podejmowane są w imieniu osoby przez przedstawiciela, a udział osoby zainteresowanej staje się marginalny albo sprowadzony do formalnego wysłuchania. Prowadzi to do zubożenia materiału poznawczego sprawy. Organ uzyskuje stanowisko o osobie, a nie od osoby.
3. Zaskarżanie rozstrzygnięć i ochrona przed arbitralnością. Tam, gdzie mechanizmy zastępcze przejmują kontrolę nad komunikacją i decyzjami procesowymi, rośnie ryzyko, że kontrola instancyjna stanie się w praktyce zależna od woli przedstawiciela, a nie od interesu i preferencji zainteresowanego.

W tym kontekście szczególnie ważne jest, aby standardy proceduralne nie były zredukowane do formalnej poprawności czynności. W polskiej literaturze i w ujęciach praktycznych akcentuje się, że dla osób z NI dostęp do procedury obejmuje nie tylko wejście do postępowania, ale także realną możliwość podejmowania działań w jego toku – również w postępowaniach przed innymi organami, gdzie konsekwencje decyzji administracyjnych czy quasi-administracyjnych bywają równie doniosłe jak rozstrzygnięcia sądowe (Zima-Parjaszewska (red.), 2015). W orzecznictwie Sądu Najwyższego widać wyraźne dążenie do wzmocnienia gwarancyjnego charakteru wysłuchania w sprawach dotyczących ubezwłasnowolnienia i spraw opiekuńczych. SN podkreślał znaczenie obligatoryjnego wysłuchania osoby, której dotyczy wniosek, oraz wymogi dotyczące sposobu prowadzenia tej czynności (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09). W dalszym orzecznictwie rozwijano standardy procesowe w sprawach o ubezwłasnowolnienie, co w praktyce należy czytać jako próbę ograniczania automatyzmu zastępczego. Procedura ma umożliwić realne rozpoznanie sytuacji osoby, a nie tylko jej formalne zakwalifikowanie (SN, 26.01.2012, III CSK 169/11). Orzecznictwo ETPC konsekwentnie akcentuje, że ograniczenia związane ze zdolnością do działania w procedurze muszą być proporcjonalne, zindywidualizowane i poddane rzeczywistej kontroli. W sprawie *Shtukaturov v. Russia* Trybunał zwracał uwagę na ryzyko, że ubezwłasnowolnienie i wynikające z niego wyłączenie skutecznego

udziału w postępowaniu prowadzą do naruszeń standardu rzetelnej procedury (ETPC, 2008, *Shtukaturov v. Russia*, nr 44009/05). W sprawie *Alajos Kiss v. Hungary* podkreślono wagę indywidualizacji i zakaz automatycznych wyłączeń praw (ETPC, 2010, *Alajos Kiss v. Hungary*, nr 38832/06). W sprawie *Stanev v. Bulgaria* oraz *DD v. Lithuania* Trybunał analizował szerszy kontekst. Środki ochronne i instytucjonalne mogą w praktyce prowadzić do wyłączenia podmiotowości, jeśli nie istnieją skuteczne mechanizmy odwoławcze i gwarancje wysłuchania (ETPC, 2012, *Stanev v. Bulgaria*, nr 36760/06; ETPC, 2012, *DD v. Lithuania*, nr 13469/06). Dla niniejszego artykułu znaczenie tych spraw jest funkcjonalne. Wskazują, że prawo do sądu i rzetelnej procedury nie jest dołączane do osoby dopiero wtedy, gdy spełnia ona wymagania formalne lub komunikacyjne. Przeciwnie, to instytucje państwa mają obowiązek tak ukształtować procedurę, aby osoby wymagające wsparcia mogły z niej realnie korzystać. W tym miejscu self-adwokatura uzyskuje znaczenie procesowe. Stanowi praktykę wzmacniania głosu i kompetencji, które są potrzebne do tego, aby wsparcie miało charakter wspierający, a nie zastępczy. Jeżeli samorzecznictwo wzmacnia zdolność artykulacji preferencji i rozumienia konsekwencji, to zmniejsza to ryzyko, że instytucja niejako przełączy się automatycznie na komunikację z przedstawicielem. W postępowaniach dotyczących osób z NI szczególnie wysokie jest ryzyko ich epistemicznego wykluczenia, tj. sytuacji, w której wypowiedź uczestnika jest systemowo deprecjonowana jako źródło wiedzy o faktach, potrzebach i preferencjach, a jej miejsce zajmuje pewien rodzaj wiedzy eksperckiej (diagnoza, opinia biegłego) lub wypowiedź przedstawiciela (opiekuna, kuratora), nawet gdy sprawa dotyczy wprost życia i interesów tej osoby. Konsekwencją jest nie tylko dyskomfort komunikacyjny, ale wprost zubożenie materiału, na którym organ opiera rozstrzygnięcie. Zamiast dowiedzieć się co podmiot postępowania myśli i czego chce, instytucja przyjmuje i utrwała obraz tego co inni o niej twierdzą. Zjawisko to odpowiada klasycznemu mechanizmowi niesprawiedliwości epistemicznej, w którym ze względu na status i stereotypy wiarygodność mówiącego zostaje obniżona (Fricker, 2007). W praktyce procedur prawnych swoisty filtr diagnozy działa na kilku poziomach. Po pierwsze, diagnoza (psychologiczna czy psychiatryczna) bywa traktowana jako rozstrzygająca dla tego, czy wypowiedź osoby jest wartościowa dowodowo. Po drugie, w sprawach, w których prawo wymaga ustaleń co do zdolności czy kompetencji (np. w postępowaniach o ubezwłasnowolnienie), łatwo o przesunięcie celu: zamiast oceny, jak zapewnić warunki wysłuchania i zrozumienia, postępowanie koncentruje się na klasyfikacji osoby. Po trzecie, owa diagnoza staje się argumentem dla zastępczości. Skoro organ ma do czynienia z osobą z NI, to zakłada on, jawnie lub milcząco, że komunikacja powinna odbywać się przede wszystkim z (przez) przedstawicielem (-a). Innym aspektem jest nieunikniona obecność osoby biegłego w różnych postępowaniach. Ryzyko polega na tym, że jego opinia może w przypadku osoby z NI będącej podmiotem postępowania zacząć pewnym momencie pełnić funkcję nie tylko pomocniczą dla sądu, lecz dominującą. Organ de facto deleguje na biegłego ocenę podmiotowości uczestnika, a następnie podporządkowuje temu swój cały tok rozumowania. W praktyce biegły może stać się zatem tłumaczem osoby, pełniąc jednocześnie rolę sędziego wiarygodności jej wypowiedzi. W polskim orzecznictwie pojawiają się sygnały, że czynności gwarancyjne, zwłaszcza wysłuchanie, powinny zachować własną autonomię procesową. W szczególności SN odnosił się do kolejności i warunków wysłuchania, a także do obecności biegłych w pierwszym wysłuchaniu (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09). Nasuwa się tutaj wniosek o charakterze

funkcjonalnym – rola biegłego nie może zastąpić sensu wysłuchania, ani sprowadzać wypowiedzi osoby do materiału do interpretacji przez eksperta. Zadaniem procedury jest uzyskanie wypowiedzi zainteresowanego w warunkach, które maksymalizują jej sensowność i zrozumiałość, a dopiero wtórnie – uzupełnienie jej wiedzą specjalistyczną. W postępowaniach dotyczących własnego życia (status, opieka, wsparcie, świadczenia, decyzje instytucjonalne) wypowiedź osoby z NI ma szczególny status: jest nośnikiem preferencji, doświadczenia i poczucia krzywdy, bezpieczeństwa, których nie da się w pełni wyczytać z dokumentów. Jeśli instytucja *a priori* uznaje, że opis osoby jest mniej wiarygodny niż opis opiekuna, urzędnika czy biegłego, powstaje typowa sytuacja epistemicznego wykluczenia (Fricker, 2007). Wykluczenie tego typu bywa wzmacniane przez formalizm dowodowy i sposób dokumentowania toku czynności. Wypowiedź osoby z NI może zostać skrócona w protokole, zinterpretowana przez pytającego, pozbawiona kontekstu, a następnie skonfrontowana z opinią biegłego, co w praktyce implikuje wynik oceny wiarygodności. W efekcie procedura nie tyle weryfikuje samą wypowiedź, ile ją systemowo osłabia. Jeżeli dominuje powyższy filtr diagnozy, organ może formalnie zrealizować wysłuchanie, ale materialnie oprzeć rozstrzygnięcie na przesłankach zastępczych, którymi będą diagnoza i stanowisko osób trzecich. To prowadzi do dwóch konsekwencji prawno-procesowych:

1. Pozorności czynności gwarancyjnych – gdzie wysłuchanie staje się rytuałem bez wpływu na rozstrzygnięcie, co osłabia standard rzetelności postępowania
2. Wzmocnienia modelu *substituted decision-making* (dalej: SDM) - skoro wypowiedź osoby występuje jako mniej ważna, instytucja szybciej przechodzi do podmiotowego zastępstwa w roli opiekuna lub kuratora, zamiast do wsparcia komunikacyjnego i efektywnego wdrożenia *procedural accommodations* (KPON, art. 12–13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014).

W świetle powyższego, minimalnym standardem proceduralnym powinno być przesunięcie pytania z „czy osoba jest zdolna do sensownej wypowiedzi” na „jak należy zorganizować komunikację, aby wypowiedź była możliwa i zrozumiała”. Oznaczałoby to w praktyce stosowanie języka prostego, materiałów ETR i przewidywalnej sekwencji czynności (*plain language, easy-to-read*), umożliwienie komunikacji wspomaganej i alternatywnej (AAC) oraz obecności wsparcia komunikacyjnego (niezastępczego), dostosowanie tempa i formy pytań, unikanie pytań wieloczołnowych i sugerujących, traktowanie opinii biegłego jako narzędzia pomocniczego. Tak rozumiane usprawnienia są logicznym dopełnieniem obowiązków wynikających z postulatów prawa międzynarodowego (KPON, art. 13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014) oraz rekomendacji w debacie krajowej, w której wyraźnie akcentuje się kierunek wspieranego podejmowania decyzji jako alternatywy dla mechanizmów zastępczych (RPO, 2022). Self-adwokatura ma tutaj znaczenie *stricte* procesowe. Działa jako praktyka wzmacniająca możliwość artykulacji woli i preferencji, a także jako swoista kompetencja korzystania z usprawnień. Innymi słowy, nawet najlepsze narzędzia *procedural accommodations* mogą pozostać niewykorzystane, jeśli osoba nie ma wsparcia w rozpoznaniu własnych potrzeb komunikacyjnych, w przygotowaniu do kontaktu z instytucją i w użyciu narzędzi dostępności. W ujęciu autonomii relacyjnej self-adwokatura współtworzy się w relacji i przy wsparciu, ale nie traci charakteru własnego głosu (Podgórska-Jachnik, 2018). Samorzeczność rozumiane jako praktyka wzmacniania własnego głosu, kompetencji

komunikacyjnych, zdolności do formułowania preferencji oraz sprawczości w kontaktach instytucjonalnych może zostać opisana jako instrument prawno-procesowy, jeśli zostanie operacjonalizowana jako element infrastruktury efektywnego uczestnictwa. W tym ujęciu self-adwokatura nie zastępuje rozwiązań prawnych ani nie jest dodatkiem o charakterze wyłącznie społecznym, lecz współdziała z obowiązkiem racjonalnych usprawnień proceduralnych (KPON, art. 13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014) oraz z kierunkiem przejścia od mechanizmów zastępczych do wspieranego podejmowania decyzji (Zima-Parjaszewska, 2013; RPO, 2022). W perspektywie procedury mieszanej (przed sądami i innymi organami) szczególne znaczenie mają cztery funkcje self-adwokatury, które można nazwać określić jako procesowo relewantne:

1. Funkcja komunikacyjna – rozwijanie umiejętności nazywania potrzeb, udzielania odpowiedzi na pytania, opowiadania o faktach i doświadczeniach w sposób zrozumiały dla instytucji.
2. Funkcja decyzyjna – uczenie się rozpoznawania własnych preferencji i konsekwencji wyborów oraz wyrażania ich w sytuacjach formalnych, w tym wobec presji autorytetu.
3. Funkcja gwarancyjna – wzmocnianie zdolności do korzystania z praw proceduralnych: zadawania pytań, wnioskowania o przerwy, domagania się wyjaśnień, reagowania na niezrozumiałą komunikację, sygnalizowania potrzeby wsparcia.
4. Funkcja relacyjna (autonomia relacyjna) – rozumienie wsparcia nie jako utraty podmiotowości, lecz jako warunku realnego uczestnictwa: osoba może korzystać z pomocy komunikacyjnej i organizacyjnej bez oddawania swojej woli (Podgórska-Jachnik, 2018; Podgórska-Jachnik i Tłoczkowska, 2009).

W literaturze dotyczącej self-adwokatury podkreśla się, że praktyka samorzecznictwa obejmuje zarówno kompetencje indywidualne, jak i wymiar społeczny (działanie grupowe, uczenie się w relacji), co w ujęciu prawnoprocesowym jest zaletą bowiem instytucje procedury wymagają nie tylko wiedzy, ale także treningu sytuacyjnego i wsparcia w realnych interakcjach (Wlazło, 2013; Jakubas-Śródecka, 2023). Aby self-adwokatura mogła działać jako instrument procesowy, musi zostać sprzęgnięta z rozwiązaniami proceduralnymi i komunikacyjnymi. Proponowany model można ująć jako pewnego rodzaju pakiet efektywnego uczestnictwa, składający się z czterech elementów, które powinny być traktowane łącznie. Po pierwsze jest to dostępna komunikacja danej instytucji (*plain language* /ETR/ przewidywalność czynności), w której organ dostosowuje język, upraszcza pouczenia, zapewnia materiały *easy-to-read* i przewidywalną sekwencję czynności (KPON, art. 13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014; RPO, 2022). Po drugie niezbędne będą narzędzia komunikacji wspomaganej i alternatywnej (AAC) oraz wsparcie komunikacyjne. Znajdą one przejaw w tym że uczestnik może korzystać z narzędzi AAC i/lub z osoby wspierającej komunikacyjnie, której rola polega na ułatwieniu komunikacji, a nie na zastępowaniu wypowiedzi. Trzecim komponentem są elementy wspieranego podejmowania decyzji (SDM) jako alternatywa dla zastępstwa, w których wsparcie ma służyć realizacji woli i preferencji osoby, a nie ich zastąpieniu. W tym przypadku elementem praktycznym są porozumienia wsparcia, wskazanie osoby zaufanej, procedury weryfikacji preferencji i zapobiegania konfliktowi interesów (Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014; RPO, 2022). Po czwarte,

self-adwokatura powinna być w tym kontekście rozumiana jako kompetencja korzystania z praw i uprawnień. Samorzecznictwo przygotowuje do korzystania z pakietu: osoba potrafi sygnalizować, że nie rozumie, że potrzebuje przerwy, że chce użyć narzędzia AAC, że chce obecności wsparcia komunikacyjnego, że ma określone preferencje i chce je wyrazić. Powyższy model jest zgodny z kierunkiem krytyki SDM i wzmacnia standard efektywnego uczestnictwa bez konieczności przerzucania całej odpowiedzialności na status prawny uczestnika (Zima-Parjaszewska, 2013; Zima-Parjaszewska (red.), 2015). W ujęciu prawno-procesowym pakiet ten znajdzie zastosowanie w szczególności na pięciu etapach, które decydują o realnym udziale osoby z NI w postępowaniach sądowych i przed innymi organami:

1. Etap inicjowania sprawy, wniosku czy odwołania, w którym powinny pojawić się np. zrozumiały formularz, wsparcie w sformułowaniu żądania, identyfikacja preferencji i faktów istotnych.
2. Etap pouczeń i doręczeń, gdzie znajdują zastosowanie m.in: ETR, *plain language*, wyjaśnienie konsekwencji bierności i terminów, weryfikacja zrozumienia.
3. Etap wysłuchania, przesłuchania czy składania wyjaśnień, w którym istotne będą aspekty takiej jak np. tempo i forma zadawanych pytań, możliwość zastępowania przerw, stosowanie narzędzi AAC, wsparcia komunikacyjnego czy ochrona przed pytaniami sugerującymi odpowiedź.
4. Etap dowodowy i praca biegłych, w którym kluczowe jest przesunięcie roli opinii na umożliwienie osobie z NI efektywnej wypowiedzi w odpowiednich warunkach komunikacyjnych przy równoległej minimalizacji, wspomnianego wcześniej, filtra diagnozy (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09).
5. Etap zaskarżenia i dalszego toku postępowania z koniecznością wsparcia organu w zrozumieniu uzasadnienia, w sformułowaniu ewentualnych odwołań, zarzutów sprzyjających utrzymaniu sprawczości i efektywnej zdolności procesowej podmiotu postępowania.

Na każdym z powyższych etapów self-adwokatura zadziała jako mechanizm podtrzymywania głosu podmiotu w czasie, a nie jako jednorazowa interwencja. Operacjonalizacja self-adwokatury wymaga wyraźnego warunku brzegowego, który polega na tym, że wsparcie nie może przechodzić w zastępstwo procesowe. Jeżeli osoba wspierająca komunikacyjnie lub decyzyjnie zaczyna artykułować stanowisko w imieniu uczestnika, wówczas model wraca do *substituted decision-making* (dalej: SDM), a self-adwokatura traci sens jako instrument podmiotowości. Najważniejsze jest to, że self-adwokatura pełni funkcję łącznika między standardami normatywnymi, takimi jak prawo do sądu, obowiązek uprawnień, dostępność komunikacyjną, a praktyką instytucjonalną. To właśnie w tym miejscu rozstrzyga się, czy wysłuchanie będzie formalne, czy efektywne; czy opinia biegłego stanie się filtrem wykluczającym, czy narzędziem projektowania komunikacji; czy wsparcie będzie zastępcze, czy wspierające. W konsekwencji, self-adwokatura — sprzęgnięta z racjonalnymi usprawnieniami i elementami SDM — może być traktowana jako instrument procesowy urzeczywistniający standard efektywnego uczestnictwa, także w postępowaniach przed innymi organami (Zima-Parjaszewska (red.), 2015; RPO, 2022). Ustalenia przedstawione powyżej składają się na spójny wniosek interpretacyjny. Problem udziału osób z NI w postępowaniach nie dotyczy jedynie dopuszczalności udziału w sensie formalnym, lecz projektowania procedury i praktyk instytucjonalnych

w taki sposób, aby komunikacja, wysłuchanie i możliwość podejmowania działań procesowych miały charakter realny. W tym sensie komunikacja nie jest elementem ubocznym postępowania, ale warunkiem materialnej realizacji prawa osoby z NI do sądu i zapewnienia przestrzegania standardu rzetelnej procedury W polskim porządku prawnym punkt ciężkości dobrze ilustruje orzeczenie TK w sprawie K 28/05. Trybunał zakwestionował rozwiązanie, które de facto pozbawiało osobę ubezwłasnowolnioną możliwości inicjowania postępowania o uchylenie lub zmianę własnego statusu prawnego (TK, 7.03.2007, K 28/05). Z perspektywy niniejszego artykułu waga tego orzeczenia nie sprowadza się do konkretnej konstrukcji procesowej, lecz do zasady, mówiącej, że mechanizmy ochronne nie mogą prowadzić do sytuacji, w której osoba traci realny dostęp do instrumentów kontroli rozstrzygnięć dotyczących jej praw i wolności. Analogiczny akcent występuje w orzecznictwie ETPC, które konsekwentnie ocenia ograniczenia zdolności procesowej i związane z nimi wyłączenia udziału w postępowaniu przez pryzmat proporcjonalności oraz rzeczywistej kontroli sądowej. W sprawie *Shtukaturov v. Russia* Trybunał analizował, czy połączenie ubezwłasnowolnienia z brakiem realnego udziału i skutecznej kontroli nie prowadzi do naruszenia standardu rzetelności postępowania (ETPC, 2008, *Shtukaturov v. Russia*, nr 44009/05). W sprawach *Alajos Kiss v. Hungary*, *Stanev v. Bulgaria* i *DD v. Lithuania* wyraźnie widać sprzeciw wobec automatyzmu postępowania. W tych rozstrzygnięciach podkreślono, że wyłączenia praw i ograniczenia udziału w postępowaniach nie mogą działać z urzędu i bez indywidualizacji, a sama procedura musi zapewniać realne środki ochrony (ETPC, 2010, *Alajos Kiss v. Hungary*, nr 38832/06; ETPC, 2012, *Stanev v. Bulgaria*, nr 36760/06; ETPC, 2012, *DD v. Lithuania*, nr 13469/06). W konsekwencji standard europejski wzmacnia interpretację, że efektywne uczestnictwo jest miarą jakości procedury. Jeśli instytucje nie zapewniają warunków komunikacyjnych, wysłuchania i kontroli, to sama formalna konstrukcja postępowania może okazać się niewystarczająca. Na poziomie krajowym, szczególnie istotne są rozstrzygnięcia SN dotyczące wysłuchania w sprawach opiekuńczych i ubezwłasnowolnienia. Z punktu widzenia niniejszego artykułu ich znaczenie polega na tym, że SN traktuje wysłuchanie jako element o charakterze gwarancyjnym, a nie formalność procesową (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09; SN, 26.01.2012, III CSK 169/11). W związku z dokonanymi ustaleniami można sformułować następujące rekomendacje. Po pierwsze, organy prowadzące postępowania (sądy, organy administracji, i inne) powinny wdrożyć minimalny standard komunikacyjny obejmujący stosowanie języka prostego w pouczeniach, decyzjach i wezwaniu oraz materiałów *easy-to-read* (ETR) w sprawach, w których uczestniczą osoby z NI. Standard ten powinien obejmować nie tylko dokumenty końcowe (orzeczenia, decyzje, postanowienia), ale również pisma inicjujące i pouczenia o terminach oraz środkach zaskarżenia. Po drugie w sprawach z udziałem osób z NI organ powinien stosować weryfikację zrozumienia treści komunikowanych podmiotowi postępowania na każdym jego etapie, np. poprzez poproszenie uczestnika o własnymi słowami odtworzenie sensu pouczenia (parafraza kontrolowana) lub poprzez krótkie pytania sprawdzające. Jest to rozwiązanie praktyczne, które minimalizuje ryzyko pozornego udziału i kaskady negatywnych skutków procesowych (utrata terminu, brak reakcji na wezwanie), szczególnie w procedurze mieszanej (Zima-Parjaszewska (red.), 2015). Po trzecie wysłuchanie osób z NI powinno mieć charakter gwarancyjny. Wymaga ono bowiem dostosowania tempa, zapewnienia przerw, unikania pytań wieloczęłonowych i sugerujących oraz organizacji czynności w sposób przewidywalny. Dodatkowo, jeżeli

wypowiedź osoby ma stanowić element materiału procesowego, organ powinien dążyć do ograniczenia ryzyka przetłumaczenia jej na język instytucji bez kontroli uczestnika. Praktycznie może to oznaczać powtarzanie kluczowych fragmentów i potwierdzanie z uczestnikiem czy usłyszana wypowiedź jest tym, co podmiot chciał powiedzieć, a w uzasadnieniach i decyzjach — odwołanie się do preferencji i stanowiska osoby jako do samodzielnego elementu rozumowania, nie tylko jako tła. W postępowaniach, w których uczestniczą osoby z NI, należy także rozważyć dopuszczalność i praktyczne ukształtowanie roli osoby wspierającej komunikacyjnie — rozumianej funkcjonalnie jako *intermediary*, którego zadaniem jest ułatwienie komunikacji (np. przeformułowanie pytania na język prosty, pomoc w korzystaniu z AAC), a nie zastępowanie wypowiedzi uczestnika. Warunkiem jest wyraźne rozróżnienie wsparcia od zastępstwa i zabezpieczenie przed konfliktem interesów, zgodnie z logiką art. 12–13 KPON (Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014; RPO, 2022). W przypadkach, w których osoba korzysta z komunikacji wspomaganiej i alternatywnej (AAC), organ powinien dopuścić i zapewnić warunki użycia odpowiednich narzędzi (tablice komunikacyjne, aplikacje, piktogramy, wsparcie w odczycie komunikatów). W praktyce oznaczać to będzie konieczność przyjęcia, że AAC jest równoważnym kanałem komunikacji w postępowaniu. Następnie, biegli powinni być wykorzystywani w sposób ograniczający swoisty filtr diagnozy. Oznacza to, że pytania do biegłych w sprawach z udziałem osób z NI powinny koncentrować się na warunkach komunikacji i wsparcia, a nie na delegowaniu oceny wiarygodności wypowiedzi jako takiej. W praktyce biegły może wspierać projektowanie wysłuchania, ale nie powinien zastępować jego sensu. Ryzyko dominacji opinii nad głosem uczestnika wynika bezpośrednio z mechanizmów opisanych powyżej oraz z praktycznych problemów sygnalizowanych w judykaturze (SN, 16.04.2010, IV CSK 470/09). W procedurze mieszanej narasta także problem dostępności cyfrowej: e-doręczenia, platformy, podpisy, zdalne posiedzenia i komunikacja przez formularze mogą zwiększać barierę dla osób z NI, jeśli instytucja traktuje kanał cyfrowy jako jedyny lub domyślny. Rekomendacją jest zasada dostępności wielokanałowej, polegająca na możliwości wyboru kanału komunikacji (ustnie/pisemnie/cyfrowo), wsparciu w obsłudze narzędzi, stosowaniu alternatywnych form pouczeń, a w razie potrzeby – hybrydowy model czynności. Praktycznym dopełnieniem powyższych rekomendacji jest włączenie self-adwokatów i organizacji reprezentujących osoby z NI do projektowania wzorów pism, pouczeń i standardów wysłuchania oraz do szkoleń pracowników sądów i instytucji. Self-adwokatura działa tu będzie nie tylko jako narracja, ale jako źródło wiedzy o tym, jakie bariery komunikacyjne są realne i jakie usprawnienia działają w praktyce (Wlazło, 2013; Jakubas-Śródecka, 2023; Podgórska-Jachnik i Tłoczkowska, 2009). W perspektywie normatywnej przedstawione ustalenia prowadzą do wniosku, że polskie rozwiązania dotyczące sytuacji osób z NI w procedurze powinny być oceniane nie tylko przez pryzmat formalnej zgodności z konstrukcjami zdolności prawnoprosesowej, lecz także przez pryzmat materialnej realizacji standardu efektywnego uczestnictwa. W tym sensie kierunek zmian nie musi być ujmowany jako jednorazowa i radykalna reforma, lecz jako konsekwentne przechodzenie od rozwiązań o charakterze zastępczym do rozwiązań wzmacniających podmiotowość i wsparcie w korzystaniu z praw. Standardy wynikające z KPON akcentują, że wsparcie w korzystaniu ze zdolności prawnej oraz dostęp do wymiaru sprawiedliwości powinny być zapewnione w praktyce, a nie wyłącznie deklaratorywnie (KPON, art. 12–13; Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014).

W polskiej debacie konsekwencją tej perspektywy jest postulat, aby w procedurze większą wagę przywiązywać do funkcjonalnych warunków uczestnictwa (komunikacja, usprawnienia, wsparcie), a mniejszą do statusowych wyłączeń. Oznacza to, że nawet w sytuacjach, w których prawo przewiduje przedstawicielstwo lub szczególne formy ochrony, organ powinien w możliwie największym stopniu organizować postępowanie tak, aby zainteresowany mógł wyrazić swoje stanowisko i aby to stanowisko było potraktowane jako relewantny element rozumowania (Zima-Parjaszewska (red.), 2015). W ramach niniejszego artykułu nie jest konieczne przesądzenie konkretnego modelu legislacyjnego, jednak można wskazać, że dla procedury kluczowe znaczenie ma rozróżnienie wsparcia i zastępstwa: wsparcie powinno umożliwiać realizację woli i preferencji, natomiast zastępstwo, nawet jeśli wprowadzone z intencją ochronną, rodzi ryzyko pozorności wysłuchania i ograniczenia realnej kontroli rozstrzygnięć. Kierunek SDM należy więc traktować jako normatywną matrycę projektowania procedury: w pierwszej kolejności projektuje się warunki i narzędzia umożliwiające udział, a dopiero w razie braku możliwości osiągnięcia celu ochronnego w inny sposób sięga się po silniejsze instrumenty ingerencji (Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 2014; RPO, 2022).

Powyższy artykuł ma charakter analityczny (*desk research*) i nie obejmuje badań empirycznych praktyki sądowej ani praktyki organów administracji w zakresie stosowania uprawnień komunikacyjnych i wsparcia. Z tego powodu przedstawione wnioski mają charakter normatywno-interpretacyjny i opierają się na analizie przepisów, standardów międzynarodowych, orzecznictwa oraz literatury, w tym opracowań praktycznych. Dalsze badania mogłyby uzupełnić perspektywę o analizę jakościową doświadczeń osób z NI oraz o studia przypadków dotyczące wdrażania narzędzi ETR/AAC i modeli wsparcia w konkretnych postępowaniach.

LITERATURA

1. Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.
2. Górski, A. i Górski, J.P. (2007). Zmiany w postępowaniu o ubezwłasnowolnienie. *Przeгляд Sądowy*, 11–12, 15–34.
3. Jakubas-Śródecka, A. (2023). *Znaczenia nadawane uczestnictwu w grupach self-adwokackich przez dorosłe osoby z niepełnosprawnością intelektualną. Polsko-angielskie studium porównawcze*. Niepublikowana praca dyplomowa, Uniwersytet Wrocławski (UWr).
4. Kurowski, K. (2015). *Wolności i prawa człowieka i obywatela z perspektywy osób z niepełnosprawnościami*. Warszawa: Biuro Rzecznika Praw Obywatelskich.
5. Podgórska-Jachnik, D. (2018). (Nie)pełnosprawność a (nie)samodzielność w kontekście autonomii relacyjnej. *Niepełnosprawność*, 32, 57–71. <https://doi.org/10.4467/25439561.NP.18.059.10459> (dostęp: 02.03.2026 r.)
6. Podgórska-Jachnik, D. i Tłoczowska, D. (2009). Ruch self-adwokatów jako rozwijanie kompetencji w zakresie rzecznictwa własnego osób z niepełnosprawnością intelektualną. W: Podgórska-Jachnik, D. (red.), *Problemy rzecznictwa i reprezentacji osób niepełnosprawnych*. Łódź: Wydawnictwo Naukowe WSP.
7. Włazło, M. (2013). Rzecznictwo własnych potrzeb na przykładzie porównawczego ujęcia doświadczeń osób z zespołem Aspergera i z niepełnosprawnością intelektualną. *Niepełnosprawność. Dyskursy Pedagogiki Specjalnej*, 9, 9–16.

8. Zima-Parjaszewska, M. (2013). Artykuł 12 Konwencji ONZ o prawach osób z niepełnosprawnościami a ubezwłasnowolnienie w Polsce. *Studia Prawnicze. The Legal Studies*, 2(194), 79–102. <https://doi.org/10.37232/sp.2013.2.5> (dostęp: 02.03.2026 r.)
9. Zima-Parjaszewska, M. (red.) (2015). *Osoba z niepełnosprawnością intelektualną w postępowaniach sądowych i przed innymi organami. Poradnik praktyczny*. Warszawa: Polskie Stowarzyszenie na rzecz Osób z Upośledzeniem Umysłowym.

Akty prawne

10. Konstytucja Rzeczypospolitej Polskiej z dnia 2 kwietnia 1997 r.
11. Ustawa z dnia 23 kwietnia 1964 r. – Kodeks cywilny (k.c.).
12. Ustawa z dnia 17 listopada 1964 r. – Kodeks postępowania cywilnego (k.p.c.).
13. Ustawa z dnia 6 czerwca 1997 r. – Kodeks postępowania karnego (k.p.k.).
14. Ustawa z dnia 14 czerwca 1960 r. – Kodeks postępowania administracyjnego (k.p.a.).
15. Ustawa z dnia 30 sierpnia 2002 r. – Prawo o postępowaniu przed sądami administracyjnymi (p.p.s.a.).

Dokumenty międzynarodowe

16. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. (2014). *General comment No. 1: Article 12 – Equal recognition before the law (CRPD/C/GC/1)*. United Nations.
17. Konwencja o ochronie praw człowieka i podstawowych wolności (EKPC) (Rzym, 4.11.1950).
18. Konwencja o prawach osób niepełnosprawnych (KPON), sporządzona w Nowym Jorku dnia 13 grudnia 2006 r. (Dz.U. 2012 poz. 1169).
19. Rzecznik Praw Obywatelskich (RPO). (2022). *Zastąpienie ubezwłasnowolnienia systemem wspieranego podejmowania decyzji. 10 lat Konwencji o prawach osób niepełnosprawnych w Polsce*. Biuletyn Informacji Publicznej RPO.

Orzecznictwo

20. Trybunał Konstytucyjny, wyrok z dnia 7 marca 2007 r., sygn. K 28/05.
21. Sąd Najwyższy, postanowienie z dnia 16 kwietnia 2010 r., sygn. IV CSK 470/09.
22. Sąd Najwyższy, postanowienie z dnia 26 stycznia 2012 r., sygn. III CSK 169/11.
23. Europejski Trybunał Praw Człowieka, *Shtukaturov v. Russia*, skarga nr 44009/05 (2008).
24. Europejski Trybunał Praw Człowieka, *Alajos Kiss v. Hungary*, skarga nr 38832/06 (2010).
25. Europejski Trybunał Praw Człowieka, *Stanev v. Bulgaria*, skarga nr 36760/06 (2012).
26. Europejski Trybunał Praw Człowieka, *D.D. v. Lithuania*, skarga nr 13469/06 (2012).

Międzynarodowe Studia Społeczno-Humanistyczne (International Social and Humanities Studies)

Wydawca / Publisher:
Instytut Studiów
Międzynarodowych
i Edukacji
www.ismie.pl



58 (3) 2025
ISSN 1898-8431

COPYRIGHT © 2018 BY
ISMIE
ALL RIGHTS RESERVED

Adam Komorowski

Aleksandra Radoń

University of Business and Applied Sciences Varsovia

Piotr Dreher

Medical University of Lublin

Hubert Gałaszkiwicz

Jagoda Pękalska

Medical University of Lublin
Poland

The relationship between life satisfaction levels and the severity of substance dependence symptoms among the techno culture community

Summary

Addiction to psychoactive substances (PAS) is a serious public health issue, encompassing clinical and psychosocial consequences. The level of life satisfaction can serve a protective function, reducing the risk of problematic substance use. A study examined 100 individuals actively participating in techno culture (63 women and 37 men), analyzing the relationship between life satisfaction and the severity of addiction symptoms, as well as the impact of substance use frequency. Results show that higher psychological well-being is associated with lower severity of substance use problems, highlighting the importance of psychosocial factors and environmental context in preventive measures and therapeutic interventions. The article aims to enhance understanding of risk and protective mechanisms within specific social groups.

Keywords: psychoactive substances (PAS), addiction, public health, medicine.

WHAT IS ADDICTION?

Addiction is one of the most significant public health challenges of the 21st century, generating important clinical, social, and economic consequences. Contemporary psychiatry and clinical psychology classify addiction as a chronic disorder with a neurobiological basis. According to the World Health Organization (WHO), substance dependence syndrome is a mental and physical state resulting from the interaction between the organism and the substance. Addiction is characterized by the compulsion to take substances continuously or periodically to achieve their psychoactive effects or to avoid withdrawal symptoms. The American Psychiatric Association (APA), in the DSM-5-TR classification, uses the term “substance use disorder (SUD)” as a complex pattern of substance use leading to clinically significant impairment or distress. Neurobiologically, addiction is associated with lasting changes in brain structures involved in the functioning of the reward system, particularly in dopaminergic pathways, which leads to pathological behaviors. A significant research issue is establishing the relationship between life satisfaction and the severity of addiction symptoms, allowing for a better understanding of the interaction between individual subjective experiences and the neurobiological mechanisms of addiction. Analyzing this relationship can provide valuable insights for formulating therapeutic strategies and preventive interventions that more effectively support individuals struggling with addiction in their pursuit of improved quality of life.

DEFINITION AND DIAGNOSTIC CRITERIA

The process from initial contact with a psychoactive substance to chronic addiction is complex and cannot be confined to rigid categorical frameworks. Contemporary diagnostics rely on the latest classification systems, namely the American DSM-5 and the international ICD-11. In DSM-5, stages of addiction are defined by the number of criteria met, allowing for precise determination of the severity of the disorder, dividing it into mild, moderate, and severe categories. The introduction of the craving criterion is a breakthrough in interpreting the dynamics of addiction. As noted by Wojnar and Brower (2012), craving is a biological marker of changes in the reward system and serves as a key driving mechanism for the transition from recreational to compulsive use. The World Health Organization introduced the ICD-11 classification, which redefines the structure of stages of contact with substances, providing greater precision in describing addiction dynamics. A key element of this structure is the “harmful pattern of substance use,” which serves as an intermediate link preceding the development of full dependence.

Clinically, it is significant that the ICD-11 classification bases the diagnosis of addiction syndrome on a triad of core symptom domains: impaired control over use, increasing priority of the substance over other areas of life, and the presence of physiological symptoms (tolerance and withdrawal syndrome).

The initial phase, referred to as experimenting or risky use, is based on the positive reinforcement mechanism, namely the pursuit of euphoria and societal acceptance through activation of the reward system. With increasing exposure to the psychoactive

substance, sensitivity to the substance shifts, resulting in the development of tolerance. This phenomenon is recognized as one of the key criteria in both ICD-11 and DSM-5 classifications.

Another stage in the addiction dynamics is the phase of harmful use, which marks a turning point where the substance begins to serve a regulatory function, mainly helping to avoid suffering and discomfort. In the DSM-5 framework, this is the moment when the individual neglects responsibilities and continues to use substances despite negative consequences.

The chronic phase, associated with neuroadaptation, is characterized by a loss of sensitivity to natural sources of pleasure and total subjugation to the need for substance use. Wojnar and Brower (2012) explain that in this phase, there is a permanent impairment of inhibitory mechanisms in the prefrontal cortex.

The process of addiction development according to the DSM-5 and ICD-11 classifications is a dynamic progression with fluid boundaries between stages. The transition from initiation to the chronic phase is associated with fundamental changes in the reward system and a weakening of behavioral control. Modern diagnostic systems, through the introduction of craving criteria and dimensional assessment of severity, enable earlier identification of individuals at risk of irreversible neurobiological changes.

CLASSIFICATION OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES

A psychoactive substance is defined as any substance that alters perception, behavior, and cognitive functions. Contemporary classification of psychoactive agents is evolving, moving away from outdated divisions toward systems based on pharmacological action. The origins of classification date back to the work of Louis Lewin, who identified five main groups of psychoactive substances. Shuckit (2000, cited in Szukalski, 2012) expands this concept, distinguishing six principal groups of substances: central nervous system depressants, central nervous system stimulants, opioids, cannabinoids, hallucinogens, and inhalants. Each of these groups affects different brain structures, directly influencing their addictive potential and the risk of permanent organ damage.

OPIOIDS

Opioids act on opioid receptors, leading to strong analgesic and euphoric effects. The pharmacokinetic mechanism of many opioids is associated with the so-called first-pass effect, resulting in oral administration having a bioavailability of 20–40% due to intense metabolism in the liver. Therefore, intravenous methods predominate in the population of addicted individuals, allowing for rapid achievement of euphoric effects by bypassing the hepatic barrier.

Heroin, due to its higher lipophilicity, rapidly crosses the blood-brain barrier, resulting not only in analgesia but also in complete disconnection from stressors, which represents an extremely strong positive reinforcement for the user.

TYPE OF OPIOID	EXAMPLE	RECEPTORS	MECHANISM OF ACTION	EFFECT	INTOXICATION SYMPTOMS
Opiates	Morphine, Codeine, Papaverine	Mu (μ), Kappa (κ)	Action on opioid receptors in the CNS	Analgesia, euphoria	Constricted pupils, slowed breathing
Semisynthetic opioids	Heroin, Oxycodone	Mu (μ), Kappa (κ)	Rapid penetration through the blood-brain barrier	Intense analgesia, euphoria	Decreased consciousness, respiratory depression
Synthetic opioids	Fentanyl, Methadone	Mu (μ), Delta (δ)	Strong action on opioid receptors	Strong analgesic effects, euphoria	Decreased consciousness, slowed breathing
Endogenous	Endorphins	Mu (μ), Delta (δ)	Natural	Feeling	–

PSYCHOSTIMULANTS

Psychostimulants exert their effects by modulating the monoaminergic system, leading to psychomotor stimulation. Cocaine, isolated from the coca plant, acts as a reuptake inhibitor of dopamine, serotonin, and norepinephrine, resulting in their accumulation in the synaptic cleft and excessive activation of postsynaptic neurons. Particularly dangerous is the freebase form of cocaine, known as crack, which can be smoked, allowing it to reach

maximum concentration in the brain within seconds. This dynamic of action is directly related to its high potential for addiction. Amphetamine, despite producing similar clinical effects such as stimulation and appetite suppression, exhibits a more complex mechanism of action. In addition to blocking reuptake, it stimulates the release of dopamine from the vesicular pool, leading to rapid depletion of neurotransmitter reserves, which manifests as profound depression and anhedonia after the effects wear off.

TYPE	RECEPTORS	MECHANISM	EFFECT	INTOXICATION SYMPTOMS
Amphetamine	Dopamine receptors (D1, D2), norepinephrine	Increased release of dopamine and norepinephrine	Increased sensitivity, euphoria	Insomnia, anxiety, tachycardia, elevated blood pressure
Methamphetamine	D1, D2 (dopamine)	Stronger action than amphetamine; intense dopamine release	Intense euphoria	Stimulation, psychosis, aggression
Cocaine	D2 (dopamine), serotonin, norepinephrine	Blockade of dopamine, serotonin, and norepinephrine reuptake	Euphoria, increased energy	Anxiety, seizures, psychotic disturbances

Cannabinoids

Cannabinoids are a group of compounds that act on the endocannabinoid system. Currently, at least two types of cannabinoid receptors have been identified: CB1, primarily located in the central nervous system (CNS), and CB2, which play a role in modulating cytokine release in the immune system. The main psychoactive component of cannabis is Δ^9 -tetrahydrocannabinol (THC), which acts as a partial agonist of CB1 receptors. Its activation in the central nervous system leads to psychoactive effects such as euphoria, memory impairment, and changes in perception.

Designer Drugs

The phenomenon of designer drugs presents a significant challenge to contemporary toxicology. This term was popularized by Henderson (1988), who defined these substances as structural analogs of previously known psychoactive agents, synthesized to circumvent existing legal regulations. This mechanism involves making slight modifications to the chemical structure of the molecule, such as substituents, alkyl chains, or halogens, allowing them to retain their pharmacological activity while avoiding classification as controlled substances.

Acronym	Chemical Name	Specific Action
PMA	Para-methoxyamphetamine	High toxicity, risk of hyperthermia
DOM	2,5-Dimethoxy-4-methylamphetamine	Strong hallucinogenic effects
DOB	2,5-Dimethoxy-4-bromoamphetamine	Very low effective dose, high risk of death
PMMA	Para-methoxyamphetamine	Often sold as Ecstasy, highly neurotoxic

Characteristics of Selected Amphetamine Derivatives (Szukalski, 2012)

Modified Opioids and Dissociative Anesthetics

Drug manufacturers have created analogs of fentanyl that are 100 times stronger than morphine. Substances such as 3-methylfentanyl have lethal doses measured in micrograms, making their use very dangerous (Szukalski, 2012).

Dissociative substances include phencyclidine (PCP) and ketamine, which block NMDA receptors, leading to a state known as “ketamine hole” (K-hole), characterized by a distorted sense of self and perception. Despite its medical applications, recreational use of ketamine can cause severe impairments in critical judgment (Szukalski, 2012).

Inhalants

Inhalants, such as volatile solvents, are popular among young people due to their low cost and availability. Their action is based on damaging the cell membranes of neurons, leading to irreversible demyelination, cognitive impairment, and damage

to the liver and kidneys (Szukalski, 2012). Inhalant users have the worst therapeutic prognosis due to extensive damage to the central nervous system.

Neurobiological Mechanisms of Addiction

The pathomechanism of psychoactive substances involves the stimulation of the reward system, specifically the mesolimbic dopamine system. This includes dopaminergic neurons in the ventral tegmental area (VTA) and their projections to the nucleus accumbens and prefrontal cortex, which are responsible for processing rewards and motivation. Intense activation of this system by psychoactive substances leads to excessive dopamine release, resulting in strong feelings of euphoria and reinforcing drug-seeking behaviors. Long-term substance abuse causes neuroadaptations, decreasing the sensitivity of dopamine receptors and disrupting synaptic plasticity, making it difficult to experience pleasure from natural stimuli and promoting chronic addiction. Neuroadaptation leads to the development of addiction by increasing the activity of the centers responsible for reward craving (“wanting”), while the subjective feeling of pleasure associated with receiving the reward relatively diminishes.

Level of Change	Mechanism	Clinical Effect
Receptor	Down-regulation (decrease in the number of receptors)	Tolerance, increased dosage requirement
Intracellular	Changes in the expression of transcription factors (e.g., DeltaFosB)	Permanent changes in neuronal structure
Systemic	Weakened cortical control over the limbic system	Impulsivity, loss of control over behavior
Neurochemical	Decrease in endogenous dopamine and opioids	Withdrawal syndrome, dysphoria, anhedonia

Selected Neuroadaptive Mechanisms in Addiction (Wojnar & Bower, 2012)

CHARACTERISTICS OF THE RESEARCH GROUP

The study aimed to investigate the tendency towards addiction to psychoactive substances (PAS) among individuals involved in techno culture. It included 100 participants, with the sample selection based on purposive sampling and the snowball sampling method, which is considered effective for reaching groups with specific interests, such as participation in techno culture and the use of psychoactive substances.

The gender structure of the study group shows a predominance of women (63%, n = 63), illustrating the increasing presence of women in traditionally male-dominated areas. The average age of participants was 32.93 years (SD = 6.43), with ages ranging from 19 to 54 years, indicating a dominance of individuals in early and middle adulthood, related to specific developmental tasks and life stabilization. In terms of education, the largest group consists of those with a master’s degree (38%) and bachelor’s degree (28%), while individuals with secondary education make

up 32%, and those with vocational and primary education represent a marginal percentage (1% each). Additionally, 89% of respondents live in cities with populations over 500,000, which is significant in the context of the availability of psychoactive substances and cultural events.

Measurement Tools

1. **Satisfaction with Life Scale (SWLS):** Developed by Ed Diener and colleagues in 1985, this scale is used to measure subjective well-being. The Polish version employed the adaptation by Zygfryd Juczyński from 2001. This tool assesses life satisfaction as a cognitive process, separating it from the affective dimension of happiness, allowing for a global assessment of quality of life based on the individual's subjective criteria rather than objective indicators. In the context of individuals associated with techno culture, SWLS enables the analysis of the relationship between lifestyle and the use of psychoactive substances and overall fulfillment. The questionnaire consists of five statements to which respondents respond on a scale from 1 to 7. The scores range from 5 to 35 points and can be converted to a sten scale, facilitating the comparison of individual results with national norms. The Polish adaptation of SWLS shows high reliability ($\alpha = 0.81$) and stability (0.86 in test-retest studies).
2. **Drug Abuse Screening Test – DAST-10:** The Drug Abuse Screening Test (DAST-10) is used to identify issues related to the use of psychoactive substances, excluding alcohol and tobacco. Its selection is based on high diagnostic accuracy, enabling rapid detection of individuals for whom recreational substance use becomes problematic. DAST-10 focuses on the consequences of drug use over the past 12 months, examining behavioral and social aspects of substance abuse. The questionnaire consists of 10 dichotomous questions (answers “Yes” or “No”) regarding feelings of guilt, memory lapses, and withdrawal symptoms. Responses are scored in a 0–1 system, with most “Yes” answers receiving 1 point. DAST-10 results are classified by the severity of the problem: 0 indicates no substance use problems, 1–2 indicates low levels of recreational use, 3–5 suggests moderate abuse, 6–8 indicates a high likelihood of addiction, and 9–10 denotes almost certain severe addiction. In the study conducted with 100 individuals associated with techno culture, the reliability of the DAST-10 scale was assessed using Cronbach's alpha, which was 0.76. Although this result is slightly lower than those obtained in clinical trials, it is sufficiently satisfactory in the context of social and subcultural psychology. The average score in the study group was 4.58 (SD = 2.53), suggesting that the average respondent is on the borderline between low and moderate levels of substance use problems.
3. **AUDIT Questionnaire:** The AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test) was developed by the World Health Organization for the early identification of individuals engaging in risky and harmful drinking. It consists of 10 questions assessing three dimensions related to alcohol consumption: risky drinking (questions 1–3), concerning frequency of drinking, amount of alcohol consumed, and episodes of heavy drinking; symptoms of addiction (questions 4–6), examining loss of control, increased role of alcohol in life, and morning drinking; and harmful drinking (questions 7–10), focusing on negative consequences of

drinking, such as feelings of guilt, memory lapses, and suggestions from others to cut back on consumption. The scoring system varies, with a maximum score of 40 points. Results are interpreted in four risk zones: Zone I (0–7 points) indicates low risk or abstinence, Zone II (8–15 points) suggests risky drinking and the need for health advice, Zone III (16–19 points) indicates harmful drinking requiring therapy, and Zone IV (20 points and above) suggests physical dependence and the need for clinical diagnosis. AUDIT is highly regarded in studies of club communities, demonstrating high psychometric parameters, and in the reliability analysis of the study group (N=100), a Cronbach’s alpha of 0.86 was achieved, indicating very good reliability. The average score of respondents was 9.14 (SD = 7.32), placing them in Zone II, which may be related to the intense lifestyle within the studied subculture.

4. **Demographic Questionnaire:** The demographic questionnaire consisted of 9 questions regarding participants’ demographics and their involvement in club culture. It includes sociodemographic data (age, gender, education, place of residence) and information about self-identification, club experience, frequency of participation in events, use of psychoactive substances, and motives for participation. This part of the tool allowed for the extraction of groups for further analysis.
5. **Method of Conducting the Study:** The study was conducted using an auditory method, employing paper questionnaires, which enabled direct contact with participants and ensured focus during the completion of the tests. Conducted between 2024 and 2025, the questionnaires were distributed in locations associated with techno culture and among individuals in the electronic music industry. Each participant received a set of tools (Demographic Questionnaire, SWLS, DAST-10, AUDIT) and completed them individually, maintaining anonymity. After completion, the sheets were placed in secured envelopes to guarantee data confidentiality. Participation in the study was voluntary, and respondents were informed about the scientific nature of the research. The collected data was transferred to a spreadsheet (Excel) for statistical analysis, including r-Pearson correlations and tests of significance.

RESULTS

The analyzed sample consists of 100 individuals, predominantly women, comprising 63% (N=63) of participants, while men make up 37% (N=37). This gender asymmetry is significant for further analysis and interpretation of results, as it may influence conclusions regarding the entire population. The predominance of women may not reflect the proportions in a broader group. The collected data also includes descriptive statistics for the age of respondents and their tenure in techno culture.

Descriptive Statistics of Demographic Variables and Tenure (N=100)

Variable	Mean (M)	Standard Deviation (SD)	Minimum	Maximum
Age of respondents	32.93	6.43	19	54
Tenure in techno culture (in years)	6.94	3.94	2	12

The average age of respondents is 32.93 years, indicating that they are adults with established experience in techno culture. The youngest participant is 19 years old, while the oldest is 54, resulting in a significant age range of 35 years. The average tenure of participation in techno culture is 6.94 years, suggesting that respondents joined this subculture in late adolescence or early adulthood, around the age of 26. The variability of both variables is moderate, indicating that the group is not homogeneous, particularly in terms of age. The age of respondents is characterized by significant dispersion, as confirmed by the wide range (35 years) and relatively high standard deviation (6.43), indicating diversity within the study group.

Variable	Mean (M)	Standard Deviation	Median	Min	Max
Life Satisfaction (SWLS)	21.75	5.67	22	7	34
Drug Problems (DAST-10)	4.58	2.53	4	0	10
Alcohol Problems (AUDIT)	8.25	6.77	6	0	31

Descriptive Statistics of Psychometric Variables (SWLS, DAST-10, AUDIT)

The analyzed data present descriptive statistics for three psychometric variables: Life Satisfaction (SWLS), Severity of Drug Problems (DAST-10), and Alcohol Use Problems (AUDIT). In the case of AUDIT, a large variance in scores was observed, with a standard deviation (SD = 6.77) close to the mean (M = 8.25). The wide range of scores (from 0 to 28) indicates the presence of both non-drinkers and individuals with serious alcohol problems. The average score of 8.25 exceeds the screening threshold, suggesting risky drinking patterns within the group.

In the DAST-10 test, the average score is 4.58, which also indicates issues with drug use, and the standard deviation (SD = 2.53) suggests more concentrated results than in the case of AUDIT. The average score for SWLS is 21.75, indicating moderate life satisfaction, while the standard deviation (SD = 5.67) and the range of scores (9–35) show differences in satisfaction within the studied group.

Hypothesis

The first research hypothesis postulates a negative relationship between life satisfaction and the severity of symptoms of addiction to psychoactive substances in the techno culture community. Pearson's r correlation analysis revealed statistically significant relationships between the life satisfaction scale (SWLS) scores and the DAST-10 indicators ($r = -0.365$) as well as AUDIT ($r = -0.430$; $p < 0.001$).

Correlated Variables	Correlation Coefficient (r)	Significance Level (p)	Interpretation of Relationship Strength
SWLS x DAST-10 (Drugs)	-0.365	0.000	Average (Negative)
SWLS x AUDIT (Alcohol)	-0.430	0.000	Average / Strong (Negative)

Pearson's r correlation coefficients between life satisfaction and addiction indicators (N=100)

The results suggest that a higher level of life satisfaction correlates with lower severity of substance use problems, with the relationship with alcohol being stronger than with drugs. The moderate strength of the correlation and high statistical significance ($p < 0.001$) indicate a low risk that the observed relationships are coincidental, confirming the existence of a statistically significant relationship between these variables.

The second hypothesis posits that individuals reporting more frequent use of psychoactive substances (PAS) achieve a lower level of life satisfaction than those who use them occasionally. To verify this relationship, the participants are divided into two groups based on their declared frequency of PAS use: regular users ($N = 91$), who use PAS from several times a month to daily, and occasional users ($N = 9$), who use PAS a few times a year or less. The average life satisfaction scores (SWLS) between the groups are then compared using an independent samples t-test.

Variable	User Group	N	M	SD	t-Test	Significance (p)
Life Satisfaction (SWLS)	Regular Users	91	21.58	5.58	-0.939	0.350
	Occasional Users	9	23.44	6.65		

Differences in Life Satisfaction (SWLS) Levels by Frequency of PAS Use

The analysis of the data presented in Table 6 indicates that the average level of life satisfaction in the regular user group ($M = 21.58$) is lower than in the group of occasional substance users ($M = 23.44$). Although the direction of this difference aligns with the

hypothesis, the statistical test conducted did not show significance ($p = 0.350$). Nonetheless, it is worth noting a trend suggesting that occasional users exhibit higher well-being. The indicated differences may be partly related to the unequal size of the groups and the nature of the population, where recreational use of psychoactive substances is relatively common. In this context, the mere frequency of PAS use does not necessarily translate into lower life satisfaction, unless clinical symptoms of addiction are present.

The third hypothesis posits that gender differentiates the severity of drug problems (DAST-10) and alcohol use (AUDIT). Statistical analysis shows significant differences in alcohol use, with women achieving higher average scores than men, suggesting greater severity of alcohol problems in this group. In the case of drug use problems, no significant differences between genders were observed, indicating that gender does not serve as a differentiating factor for the severity of drug problems in the studied sample.

Variable	Gender	N	Mean (M)	Standard Deviation (SD)	t-Test Value	Significance Level (p)
DAST-10	Women	63	4.79	2.48	1.104	0.272
	Men	37	4.22	2.59		
AUDIT	Women	63	9.63	6.60	2.758	0.007
	Men	37	5.89	6.46		

Comparison of Addiction Symptoms Severity by Gender (N=100) CONCLUSIONS

The analysis of the results indicates the crucial role of life satisfaction in the context of problematic psychoactive substance use. A higher level of well-being is correlated with lower severity of addiction symptoms, and this relationship is particularly evident in cases of alcohol-related problems. These findings emphasize the significance of psychosocial factors and quality of life as essential protective elements against the development of addiction. Individuals who use psychoactive substances occasionally demonstrate a higher level of life satisfaction compared to regular users. Although this difference is not statistically significant, it suggests that occasional use does not diminish well-being, while continuous drug use may lead to a significant reduction in it. It is also worth noting that the small size of the occasional user group may limit the reliability of these observations.

The analysis of gender differences shows that, within the studied community, women have greater alcohol problems than men, which contradicts nationwide data. This suggests that, in the context of techno events, specific environmental conditions and stress coping strategies may increase the risk of alcohol consumption among women.

This finding underscores the need to consider the environmental context in preventive and therapeutic efforts.

The research results indicate the complexity of issues related to substance addiction, which are associated with symptoms of problematic use and psychosocial factors such as life satisfaction. Effective interventions should focus on enhancing well-being, reducing problematic substance use, and tailoring actions to individual needs. This requires an interdisciplinary approach that integrates mental health, social, and cultural aspects to effectively combat addiction.

REFERENCES

1. American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). American Psychiatric Publishing.
2. World Health Organization. (2019). *International statistical classification of diseases and related health problems* (11th ed.).
3. Wojnar, M., & Brower, K. J. (2012). "Neurobiologiczne mechanizmy uzależnienia." W: P. Jabłoński (Red.), *Uzależnienie od narkotyków: Podręcznik dla terapeutów* (s. 105–126). Krajowe Biuro ds. Przeciwdziałania Narkomanii.
4. Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). "The Satisfaction With Life Scale." *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71–75.
5. Babor, T. F., Higgins-Biddle, J. C., Saunders, J. B., & Monteiro, M. G. (2001). *The Alcohol Use Disorders Identification Test: Guidelines for use in primary care*. World Health Organization.
6. Shukalski, B. (2012). "Charakterystyka środków psychoaktywnych." W: P. Jabłoński (Red.), *Uzależnienie od narkotyków: Podręcznik dla terapeutów* (s. 35–51). Krajowe Biuro ds. Przeciwdziałania Narkomanii.
7. Morgan, C. J. A., Gardener, C., Schafer, G., Swan, S., Demarchi, C., Freeman, T. P., Warrington, P., Rupasinghe, I., Ramoutar, A., & Tan, N. (2011). Sub-chronic impact of cannabinoids in street cannabis on cognition, psychotic-like symptoms and psychological well-being. Published online by Cambridge University Press, 29 July 2011.

8. Zwierzyna, E., & Pietrzak, B. (n.d.). Patogeneza uzależnień – problem wciąż aktualny / Pathogenesis of addiction – still a current problem.
9. Baconi, D. L., Ciobanu, A.-M., Vlaşceanu, A.-M., Cobani, O. D., & Negrei, K. (n.d.). Aktualne koncepcje dotyczące nadużywania narkotyków i uzależnienia. Wydział Toksykologii, Wydział Farmacji, Uniwersytet Medycyny i Farmacji Carol Davila, Bukareszt, Rumunia.

Międzynarodowe Studia Społeczno-Humanistyczne (International Social and Humanities Studies)

Wydawca / Publisher:
Instytut Studiów
Międzynarodowych
i Edukacji
www.ismie.pl



58 (3) 2025
ISSN 1898-8431

COPYRIGHT © 2018 BY
ISMIE
ALL RIGHTS RESERVED

Dota Szymborska

dorota.szymborska@edu.varsovia.study
dotaszymborska@gmail.com
University of Business and Applied Sciences „Varsovia”

Julia Jastrzębska

Julia.jastrzebska@edu.varsovia.study
University of Business and Applied Sciences „Varsovia”
Warsaw, Poland

Work Pedagogy in the Era of Automation: Modeling „AI-Ready” Managerial Competencies in the Process of Lifelong Learning

Summary

The rapid integration of Artificial Intelligence (AI) and algorithmic management into the contemporary workplace has fundamentally altered the paradigm of organizational leadership, transitioning from Industry 4.0 toward a human-centric Industry 5.0. However, while the technological capabilities of AI expand exponentially, traditional adult education and corporate training frameworks often lag behind. Consequently, modern leaders frequently lack the comprehensive competencies required to govern human-AI collaboration effectively and ethically. This conceptual paper addresses this critical research gap by bridging the disciplines of management, ethics, and work pedagogy. Based on a critical narrative review of both international and Polish literature, the article explores the evolution of lifelong learning (LLL) and andragogy in the context of advanced automation. The primary contribution of this paper is the proposal of a novel, interdisciplinary four-pillar model of “AI-Ready” managerial competencies. This framework encompasses: (1) Techno-Cognitive literacy, (2) Socio-Emotional leadership, (3) Ethical and Governance accountability, and (4) Pedagogical/Mentoring facilitation. The study concludes that the future of management relies not merely on adopting new tools, but on a systemic pedagogical shift within continuous education. Organizations and higher education institutions must prioritize upskilling leaders to mitigate technophobia, prevent algorithmic bias, and foster sustainable, ethically sound work environments.

Keywords: Algorithmic Management; Work Pedagogy; Lifelong Learning (LLL); AI Ethics; Managerial Competencies; Human-AI Collaboration; Andragogy.

INTRODUCTION

1.1. Background & Context: The Transition from Industry 4.0 to Industry 5.0

The contemporary socioeconomic landscape is undergoing a profound transformation, marked by the rapid transition from the paradigms of Industry 4.0 to the emerging frameworks of Industry 5.0. While Industry 4.0 primarily focused on digitalization, the Internet of Things (IoT), and cyber-physical systems driven by the imperatives of efficiency and mass customization, it often prioritized technological advancement over the human element within the organizational structure (Xu et al., 2021). In contrast, Industry 5.0 – as conceptualized by global policy institutions – represents a necessary evolutionary step that places human well-being, socio-technical resilience, and sustainability at the absolute core of industrial and corporate processes (Breque et al., 2021; Nahavandi, 2019). This shift fundamentally redefines the relationship between human workers and advanced technologies, advocating for a synergetic rather than a substitutive approach.

At the heart of this systemic transition is the pervasive integration of Artificial Intelligence (AI), particularly Generative AI and Algorithmic Management systems, into the modern workplace. Unlike earlier waves of mechanical automation that predominantly replaced routine manual labor, contemporary AI systems possess the capacity to execute complex cognitive tasks, analyze vast datasets, and participate in semi-autonomous decision-making (Raisch & Krakowski, 2021). Consequently, AI is no longer utilized merely as a passive tool; it is increasingly conceptualized as an active agent or an algorithmic „co-worker” within the organizational ecosystem (Kellogg et al., 2020). This structural integration deeply alters daily workplace dynamics, requiring human employees – and their managers – to interact with, supervise, and collaborate alongside highly sophisticated autonomous systems.

However, the core challenge of integrating AI within the Industry 5.0 paradigm lies in operationalizing its „human-centric” mandate. While algorithms can significantly optimize operational processes, they inherently lack socio-emotional intelligence, moral intuition, and the contextual ethical reasoning required in complex human resource management (Bankins, 2021). Therefore, the successful deployment of AI does not diminish the value of human capital; rather, it elevates the demand for a radically different set of cognitive and managerial competencies. This technological disruption necessitates an urgent and robust pedagogical response. As the nature of work transforms into a state of human-AI symbiosis, the traditional models of adult education (andragogy) and continuous professional development must be fundamentally reassessed to prevent a widening skills gap and ensure ethical governance in the automated workplace.

1.2. The Problem Statement: The Pedagogical Lag in the Era of Generative AI

Despite the clear imperatives of Industry 5.0, a significant structural discrepancy has emerged between the rapid, pervasive deployment of Generative Artificial Intelligence (GenAI) and the capacity of organizational learning frameworks to adapt. The

unprecedented velocity at which GenAI tools - such as advanced Large Language Models (LLMs) - have penetrated the corporate environment has far outpaced the evolution of traditional management education and corporate training curricula (Dwivedi et al., 2023). Historically, the pedagogy of work and continuous professional development have relied heavily on foundational andragogical principles, which emphasize self-directed learning anchored in the learner's prior, accumulated experiences (Merriam & Bierema, 2013). However, the disruptive nature of autonomous algorithmic systems presents a fundamentally novel paradigm, rendering many traditional experiential frameworks insufficient. Managers are now encountering complex socio-technical challenges for which there is little historical precedent, effectively neutralizing the core mechanism of experience-based adult learning.

Consequently, a critical „readiness gap” has manifested at the managerial level. While organizations invest heavily in the technological infrastructure of AI, they frequently neglect the pedagogical and cognitive preparation of the human capital tasked with governing it. Jöhnk, Weißert, and Wyrтки (2021) conceptualize organizational „AI readiness” not merely as a technical prerequisite, but as a multidimensional construct requiring profound strategic and socio-emotional alignment. In practice, however, current managerial cohorts largely lack this holistic „AI-readiness.” They are frequently equipped with outdated conceptual tools that are inadequate for managing decentralized, algorithmic decision-making structures or for mitigating the psychological resistance of employees facing automation (Shrestha, Ben-Menahem, & Von Krogh, 2019).

The crux of the problem lies in the fact that without updated, tailored pedagogical interventions within Lifelong Learning (LLL) programs, managers are inadequately prepared to govern human-AI collaboration effectively and ethically. The absence of structured AI-focused andragogy leads to ad-hoc technology adoption, increasing organizational vulnerability to algorithmic bias, the erosion of accountability, and the deskilling of the workforce (Kellogg, Valentine, & Christin, 2020). Therefore, the challenge is not merely technological adoption, but a profound educational deficit: corporate training must evolve from teaching basic digital literacy to cultivating advanced competencies in ethical algorithmic governance and human-machine symbiosis. Addressing this gap requires a redefinition of managerial competencies through the lens of modern work pedagogy.

1.3. Research Gap and Aims

A comprehensive analysis of contemporary literature reveals that the academic discourse surrounding Artificial Intelligence is heavily skewed toward computer science, operational efficiency, and emerging legal frameworks (e.g., the EU AI Act). While there is an abundance of research on the technical deployment of AI (Davenport & Ronanki, 2018) and high-level ethical guidelines for algorithmic governance (Floridi et al., 2018), the pedagogical dimension of preparing human capital for these systems remains highly fragmented. Although adult learning theories are well-established (Illeris, 2004) and the Polish discourse on work pedagogy highlights the continuous need for upskilling (Kwiatkowski, 2018), there is a distinct lack of interdisciplinary frameworks that synthesize work pedagogy with managerial ethics in the specific context of AI.

Currently, literature fails to adequately address *how* adults should learn to manage AI-driven workflows ethically. The specific research gap identified in this paper is the absence of a cohesive theoretical model that operationalizes managerial „AI-readiness” through the dual lens of andragogy and algorithmic accountability. Consequently, the primary aim of this article is to bridge this gap by proposing a novel, interdisciplinary four-pillar competency framework for „AI-Ready” managers within the Lifelong Learning (LLL) paradigm.

1.4. Methodology Statement

To address the identified research gap, this study adopts a conceptual approach grounded in a critical narrative literature review (Baumeister & Leary, 1997; Snyder, 2019). This methodology was deliberately selected as it allows for the synthesis of disparate theoretical streams - specifically management studies, AI ethics, and educational sciences - to build a new conceptual framework. Unlike systematic reviews that focus on quantifying empirical data, a critical narrative review is highly effective for theory-building and mapping complex, evolving socio-technical phenomena (Snyder, 2019). The literature search encompassed high-impact international databases (e.g., Scopus, Web of Science) to capture global trends in AI management and ethics, as well as Polish academic repositories (e.g., CEJS) to integrate localized perspectives on work pedagogy and lifelong learning. This bilingual approach ensures a comprehensive and culturally contextualized understanding of the educational challenges posed by automation.

1.5. Article Structure

To achieve its stated aims, the remainder of this paper is structured as follows. Section 2 explores the theoretical foundations of work pedagogy and lifelong learning, examining how classical andragogical principles must adapt to the AI era. Section 3 introduces the core contribution of this paper: the deconstruction and proposition of the four-pillar model of „AI-Ready” managerial competencies (encompassing techno-cognitive, socio-emotional, ethical/governance, and pedagogical dimensions). Section 4 discusses the practical integration of these competencies into continuous education frameworks and corporate training programs. Finally, Section 5 synthesizes the findings, highlights practical implications for organizational governance and educational institutions, and suggests avenues for future empirical research.

2. THEORETICAL FOUNDATIONS: WORK PEDAGOGY AND LIFELONG LEARNING IN THE AI ERA

2.1. Evolution of Work Pedagogy: From Traditional Vocational Training to Continuous Adaptive Learning

The epistemological foundations of work pedagogy have historically been rooted in the industrial paradigm, where vocational training was conceptualized as a „front-loaded” process. In this traditional model, education was primarily a preparatory phase confined to the early stages of an individual’s life, designed to equip them

with static, standardized skills for a relatively stable career trajectory (Billett, 2001). However, the Polish school of work pedagogy, pioneered by scholars such as Kwiatkowski (2018), has long argued that the dynamic nature of labor markets necessitates a shift toward a more fluid, continuous educational model. This shift has now been aggressively accelerated by the deployment of Generative AI.

In the contemporary landscape of Industry 5.0, the „half-life” of professional skills is shrinking at an unprecedented rate. The World Economic Forum (2023) estimates that the pervasive integration of algorithmic systems requires massive structural upskilling and reskilling across all managerial and operational levels. Upskilling - enhancing existing competencies to remain relevant - and reskilling - acquiring entirely new skill sets for changing occupational roles - are no longer merely corporate HR strategies; they have become the central tenets of modern work pedagogy. Unlike previous technological iterations (such as early digitization or basic automation) which merely streamlined existing processes, GenAI actively reshapes the cognitive boundaries of work (Brynjolfsson & McAfee, 2014). Consequently, traditional vocational training paradigms are fundamentally obsolete. Work pedagogy must now focus on *continuous adaptive learning* - a framework where learning and working are indistinguishable, concurrent processes, allowing professionals to perpetually recalibrate their competencies in response to rapidly evolving algorithmic capabilities.

2.2. Andragogy vs. AI: Adult Learning Theories in the Context of Algorithmic „Co-workers”

The shift towards continuous adaptive learning requires a rigorous re-examination of established adult learning theories, particularly in scenarios where the „co-worker” or „assistant” is an autonomous algorithm. The foundational principles of andragogy, formulated by Malcolm Knowles (1984), posit that adult learners are self-directed, intrinsically motivated, and rely heavily on their accumulated reservoir of experience as a primary resource for learning. However, the introduction of autonomous AI systems introduces a profound pedagogical paradox. AI disrupts the reliance on prior experience, as most current managers have no historical precedent for supervising non-human agents capable of cognitive, semi-autonomous decision-making.

To address this deficit, the integration of Jack Mezirow’s (1991) theory of Transformative Learning becomes crucial. Mezirow argues that adult learning often begins with a „disorienting dilemma” - a profound realization that one’s existing mental models and assumptions are no longer adequate to interpret reality. For many managers, the deployment of GenAI constitutes precisely such a disorienting dilemma. The realization that an algorithm can perform cognitive tasks faster and sometimes more accurately than a human team member challenges the traditional manager-centric identity (Brougham & Haar, 2018).

Therefore, effectively educating adults to collaborate with AI goes beyond instrumental learning (simply learning how to prompt or use a software interface). It demands *communicative and transformative learning*. Managers must undergo a perspective transformation, redefining their roles from operational directors to ethical supervisors and strategic orchestrators of human-AI symbiosis (Joyce&Cruz, 2024).When the „assistant” is an algorithm, work pedagogy must prioritize the development of critical reflection, enabling managers to constantly question

algorithmic outputs, recognize embedded biases, and maintain the socio-emotional cohesion of their human teams. In this context, andragogy must evolve to support the psychological and cognitive transition from human-only leadership to hybrid socio-technical governance.

2.3. The Concept of Lifelong Learning (LLL) in the 2020s: Shifting the Paradigm

The contemporary conceptualization of Lifelong Learning (LLL) has fundamentally evolved from its late-20th-century origins. Historically, LLL frameworks – championed by international bodies – focused on continuous instrumental training, enabling workers to master new, yet passive, technological tools (Field, 2006). In this legacy paradigm, the human worker was the sole cognitive agent, and technology (e.g., enterprise software, mechanical automation) served as a deterministic instrument executing predefined commands. However, the 2020s mark a definitive rupture in this dynamic due to the proliferation of Generative AI and autonomous algorithms.

The current LLL paradigm necessitates a profound shift from „learning to use tools” to „learning to collaborate with autonomous systems.” Daugherty and Wilson (2018) conceptualize this new operational reality as the „missing middle” – a collaborative workspace where humans and machines deeply augment each other’s capabilities. In this space, algorithms are not merely utilized; they are delegated to, negotiated with, and supervised. Consequently, adult education must transition from an *instrumental* focus to a *relational and governing* focus. Managers must learn to interpret probabilistic algorithmic outputs, manage the „black box” nature of AI decision-making, and provide the ethical context that AI inherently lacks. In the 2020s, LLL is no longer just about preventing skill obsolescence; it is about continuously developing the cognitive scaffolding required to orchestrate a hybrid workforce of human employees and AI agents safely and effectively.

2.4. Polish vs. Global Perspective: A Comparative Literature Review

To fully grasp the pedagogical implications of AI integration, it is essential to contextualize the prevailing global LLL frameworks within localized, national academic discourses. Global policy institutions, such as the OECD (2021) and UNESCO (2021), approach the future of work and AI primarily through a macro-structural and economic lens. The OECD emphasizes the urgent need for widespread digital literacy, cognitive flexibility, and the alignment of educational systems with labor market demands to mitigate structural unemployment. UNESCO’s „new social contract for education” further highlights the global imperative of digital equity and the ethical governance of AI on a planetary scale.

Conversely, the Polish academic discourse, deeply rooted in the tradition of *pedagogika pracy* (work pedagogy), offers a complementary, highly humanistic micro-perspective. Polish scholars such as S. M. Kwiatkowski (2018) and R. Gerlach (2012) traditionally place profound emphasis on the subjective well-being, moral ethos, and psychological identity of the worker. While global frameworks focus on *skills matching*, Polish work pedagogy focuses on *human dignity* within the labor process. Gerlach (2012) argues that the pedagogy of work must critically evaluate how technological progress affects the humanization (or dehumanization) of labor.

When applied to the AI era, these two perspectives create a robust, holistic framework. The global perspective (OECD, UNESCO) dictates the technical and structural imperatives of „AI-readiness,” outlining *what* competencies are needed to sustain economic competitiveness. In contrast, the Polish pedagogical perspective provides the ethical and humanistic foundation, answering *how* these competencies should be formed to protect the manager’s and employee’s subjective agency against algorithmic reductionism. Synthesizing these perspectives is crucial for developing a comprehensive competency model that is both globally relevant and deeply anchored in the socio-humanistic traditions of adult education.

3. DECONSTRUCTING „AI-READY” MANAGERIAL COMPETENCIES

3.1. Defining „AI-Readiness” in Management: Beyond Digital Literacy

The contemporary discourse on technological adaptation in the workplace frequently conflates „AI-readiness” with traditional digital literacy (e.g., software proficiency, basic data entry). However, managing within the Industry 5.0 paradigm requires a profound epistemological rupture from this limited view. Digital literacy historically pertained to the mastery of deterministic tools – systems that produce predictable outputs based on explicit human inputs (Bawden, 2008). In contrast, modern Generative AI and algorithmic management systems are probabilistic, semi-autonomous, and opaque (the „black box” phenomenon).

Consequently, managerial „AI-readiness” must be redefined as a high-order meta-competency. Drawing upon the socio-technical systems theory (Kellogg, Valentine, & Christin, 2020), this paper conceptualizes AI-readiness as *the multidimensional capacity of a leader to strategically integrate, ethically govern, and pedagogically facilitate human-algorithm collaboration within an organization, while mitigating structural vulnerabilities*. It is not about the manager’s ability to write code, but their capacity to comprehend algorithmic logic, anticipate systemic risks, and maintain the socio-emotional cohesion of the human workforce facing automation (Raisch & Krakowski, 2021).

3.2. The 4-Pillar Competency Model: A Proposed Framework

To operationalize this redefined concept of AI-readiness within the Lifelong Learning (LLL) continuum, this paper proposes a holistic, interdisciplinary framework: The 4-Pillar Competency Model. This model synthesizes the imperatives of management science, work pedagogy, and algorithmic ethics.

Pillar I: Techno-Cognitive Competencies This foundational pillar refers to the manager’s epistemic understanding of artificial intelligence. It transcends technical programming, focusing instead on *algorithmic and data literacy*. An AI-ready manager must comprehend the fundamental mechanics of machine learning, including its probabilistic nature, its reliance on training datasets, and its structural limitations (e.g., algorithmic hallucinations, correlation versus causation). This competency enables leaders to accurately assess which organizational tasks are suitable for automation and which require human intuition. Furthermore, techno-cognitive

readiness involves critical data evaluation – the ability to rigorously interrogate AI-generated outputs rather than accepting them as absolute truths, thereby avoiding the cognitive trap of „automation bias” (Parasuraman & Manzey, 2010).

Pillar II: Socio-Emotional Competencies As algorithms assume a greater share of cognitive and analytical tasks, the comparative advantage of human managers shifts dramatically toward socio-emotional intelligence. In highly automated environments, employees face significant risks of algorithmic alienation and the erosion of occupational identity (Brougham & Haar, 2018). This pillar encompasses advanced empathy, active listening, and the capacity to foster psychological safety (Edmondson, 1999). An AI-ready manager must act as the „human anchor” in a cyber-physical system, ensuring that employees do not feel reduced to mere data points or extensions of the algorithm. This involves transparent communication regarding how AI is utilized in performance evaluations and decision-making, thereby preserving organizational trust and team cohesion.

Pillar III: Ethical & Governance Competencies This pillar addresses the critical need for algorithmic accountability and is deeply intertwined with emerging legal frameworks, most notably the European Union’s AI Act (Regulation EU 2024/1689). Managers must be equipped to govern AI sustainably and ethically. This requires the competency to identify, assess, and mitigate algorithmic biases that could lead to discriminatory practices in HR, resource allocation, or customer relations (Mittelstadt et al., 2016). Ethical governance also encompasses strict adherence to data privacy protocols (e.g., GDPR), ensuring human-in-the-loop (HITL) oversight for high-risk AI systems, and championing „Sustainable AI” – balancing the ecological and social costs of vast computational demands with the actual value generated for the organization.

Pillar IV: Pedagogical and Mentoring Competencies The final pillar synthesizes management with work pedagogy. In the era of continuous technological disruption, the manager must simultaneously function as an educator and a learning facilitator. Drawing from andragogical principles, the AI-ready leader curates the learning environment, guiding their team through the „disorienting dilemmas” caused by GenAI integration. This competency involves designing safe „sandboxes” for experiential learning, encouraging reverse-mentoring (where technologically adept junior employees collaborate with experienced seniors), and orchestrating the continuous upskilling and reskilling of the workforce. The pedagogical manager actively works to demystify AI, reducing technophobia and cultivating a culture of continuous, adaptive learning.

4. INTEGRATING „AI-READY” COMPETENCIES INTO LIFELONG LEARNING

4.1. Microlearning and Just-in-Time Learning: The Imperative for Agile Andragogy

The operationalization of the 4-Pillar „AI-Ready” competency model requires a structural departure from traditional, macro-credential educational frameworks. Historically, management education has relied on extensive, time-intensive programs, such as traditional Master of Business Administration (MBA) degrees

or prolonged executive courses. However, these conventional formats suffer from significant „curriculum lag” when confronted with the exponential development cycles of Generative AI (Kaplan & Haenlein, 2019). By the time a traditional syllabus is designed, approved, and delivered, the underlying technological capabilities and corresponding governance protocols (e.g., updates to the AI Act) have often evolved.

Consequently, modern Lifelong Learning (LLL) must adopt an agile pedagogical architecture centered on *Microlearning* and *Just-in-Time (JiT) learning*. Microlearning involves the delivery of highly focused, bite-sized educational modules designed to mitigate cognitive overload (Sweller, 1988) while rapidly updating specific skill sets (Hug, 2006). In the context of the Techno-Cognitive pillar, managers do not need a three-month course on data science; rather, they require immediate, JiT micro-credentials on how to interpret a specific algorithmic output or how to detect hallucinations in a newly deployed Large Language Model (LLM). This agile andragogy shifts the educational paradigm from „learning in advance” to „learning in the flow of work,” embedding continuous competency acquisition directly into the daily managerial praxis.

4.2. Experiential Learning with AI: „Sandboxing” as a Pedagogical Strategy

Acquiring Ethical and Socio-Emotional competencies cannot be achieved purely through theoretical lectures; it necessitates rigorous experiential learning. Drawing upon David Kolb’s (1984) Experiential Learning Theory, adult learners must actively engage in concrete experiences, followed by reflective observation, abstract conceptualization, and active experimentation. However, experimenting with autonomous AI algorithms in a live corporate environment poses severe strategic and ethical risks, including potential data breaches, privacy violations, or algorithmic discrimination.

To reconcile the need for experiential learning with the imperative of risk management, organizational pedagogy must utilize AI „sandboxes” – secure, isolated, and highly controlled digital environments. Within these sandboxes, managers can safely interact with GenAI models using synthetic data. This environment acts as a pedagogical laboratory where leaders can intentionally trigger algorithmic biases, test prompt engineering strategies, and observe the „black box” mechanisms without real-world consequences. This safe experimentation fosters deep transformative learning (Mezirow, 1991), allowing managers to build the empirical intuition necessary for robust algorithmic governance and human-in-the-loop (HITL) oversight.

4.3. The Institutional Mandate: Reimagining Higher Education and LLL Programs

The integration of AI into the socio-technical fabric of the workplace fundamentally challenges the traditional role of universities. Institutions of higher education must pivot from being episodic knowledge providers to becoming lifelong, strategic learning partners. As highlighted by the Triple Helix model of innovation (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000), universities must dynamically synchronize their curricula with both corporate necessities and regulatory frameworks.

In this context, academic institutions face a distinct institutional mandate. Postgraduate and executive LLL programs must be aggressively redesigned to reflect the 4-Pillar model. This involves dismantling academic silos and fostering interdisciplinary curricula where computer science, behavioral psychology, business ethics, and labor law converge. Furthermore, universities must act as the primary facilitators of the aforementioned AI „sandboxes,” providing managers with access to state-of-the-art algorithmic tools under the guidance of academic mentors. By bridging the gap between cutting-edge technological research and practical management pedagogy, universities can establish themselves as central hubs for developing „AI-Ready” leadership capabilities, ensuring that the voice of the young, forward-thinking academic generation actively shapes corporate realities.

4.4. Mitigating Technophobia: Overcoming Psychological and Pedagogical Resistance

A critical, yet frequently overlooked, barrier to AI integration is the psychological resistance prevalent among experienced management cohorts. According to the Technology Acceptance Model (TAM) (Davis, 1989), the adoption of new systems is heavily contingent upon perceived ease of use and perceived usefulness. However, GenAI introduces an additional layer of complexity: the threat to professional identity. For senior managers, whose authority has historically been derived from accumulated experiential knowledge, the introduction of a superior algorithmic „co-worker” often induces profound cognitive dissonance and technophobia (Brosnan, 1998). This manifests as defensive mechanisms, skepticism toward algorithmic outputs, or the outright rejection of automated workflows.

Overcoming this resistance is a fundamental pedagogical challenge. LLL interventions must be explicitly designed to address these psychological barriers by shifting the narrative from „technological replacement” to „cognitive augmentation” (Raisch & Krakowski, 2021). Applying principles of humanistic andragogy, educators must validate the prior experiences of older cohorts while demonstrating how AI can amplify, rather than negate, their socio-emotional and strategic value. Reverse-mentoring - pairing senior executives with digitally native junior employees - can significantly reduce technophobia by fostering cross-generational psychological safety. Ultimately, the pedagogical objective is to rebuild managerial confidence, transforming fear of the algorithm into a proactive, ethical stewardship of the cyber-physical workplace.

5. DISCUSSION AND FUTURE RESEARCH DIRECTIONS

5.1. Synthesis and Practical Implications

This conceptual paper has addressed a critical, yet often marginalized, dimension of the Industry 5.0 transition: the profound pedagogical lag in preparing human capital for algorithmic management. By bridging the disciplines of management science, AI ethics, and work pedagogy, this study highlights that the successful integration of Generative AI is not merely a technological challenge, but a fundamental educational imperative. The proposed 4-Pillar Competency Model (encompassing

Techno-Cognitive, Socio-Emotional, Ethical & Governance, and Pedagogical dimensions) provides a structured, interdisciplinary blueprint for operationalizing managerial „AI-readiness.”

For practitioners – particularly HR departments and public administration bodies – this framework offers a strategic foundation for redesigning corporate training. It shifts the focus from episodic digital literacy courses to continuous, agile microlearning and safe experiential „sandboxing.” Furthermore, for higher education institutions, university community, this model underscores the urgent institutional mandate to update postgraduate curricula. Universities must transcend traditional academic silos to foster leaders who are not only technically proficient but also morally equipped to govern AI in compliance with emerging legal frameworks, such as the EU AI Act.

5.2. Limitations and Avenues for Future Research

While this paper constructs a robust theoretical foundation based on a critical narrative literature review, it is not without limitations. As a conceptual framework, the 4-Pillar Model inherently lacks direct empirical validation. The synthesis of international Lifelong Learning (LLL) paradigms with the Polish tradition of work pedagogy provides a comprehensive theoretical lens, yet the practical application of these competencies may vary significantly across different corporate cultures and industry sectors.

Therefore, future research should focus on empirically testing and validating this framework. Quantitative studies could be designed to measure the current baseline of „AI-readiness” among existing management cohorts, utilizing psychometric scales to assess levels of technophobia versus techno-cognitive literacy. Additionally, longitudinal qualitative research – such as case studies of organizations implementing AI sandboxes – would provide invaluable insights into the practical efficacy of experiential andragogy in mitigating algorithmic bias and preserving psychological safety in hybrid work environments.

6. CONCLUSION

The contemporary discourse surrounding Artificial Intelligence in the workplace must urgently evolve from a narrative of technological determinism and job displacement to one of socio-technical symbiosis. The integration of autonomous algorithms fundamentally alters the epistemology of management, demanding a paradigm shift in how we conceptualize adult learning and professional development.

The ultimate conclusion of this study is that the future of management is not about human leaders competing with AI in terms of efficiency or cognitive processing; such a race is both futile and contrary to the human-centric principles of Industry 5.0. Instead, the future of leadership relies entirely on pedagogical preparation. Organizations and educational institutions must proactively cultivate leaders who possess the socio-emotional depth to prevent algorithmic alienation, and the ethical rigor to govern autonomous systems transparently. By embedding these „AI-Ready”

competencies deeply within the continuum of Lifelong Learning, we can ensure that artificial intelligence serves as a tool for cognitive augmentation and sustainable growth, rather than a mechanism of systemic dehumanization.

BIBLIOGRAPHY

1. Banks, S. (2021) The ethical use of artificial intelligence in human resource management: a decision-making framework. *Ethics Inf Technol* 23, 841–854. <https://doi.org/10.1007/s10676-021-09619-6>
2. Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1997). Writing narrative literature reviews. *Review of General Psychology*, 1(3), 311–320. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.1.3.3>
3. Bawden, D. (2008). Origins and concepts of digital literacy. In *Digital literacies: Concepts, policies and practices* (pp. 17–32). Peter Lang Publishing.
4. Billett, S. (2008). Learning throughout Working Life: A Relational Interdependence between Personal and Social Agency. *British Journal of Educational Studies*, 56(1), 39–58. <http://www.jstor.org/stable/20479570>
5. Breque, M., De Nul, L., & Petridis, A. (2021). Industry 5- Towards a Sustainable, Human-Centric and Resilient European Industry. Directorate-General for Research and Innovation. The Publications Office of the European Union.
6. Brosnan, M. J. (1998). *Technophobia: The psychological impact of information technology*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203436707>
7. Brougham, D., & Haar, J. (2018). Smart Technology, Artificial Intelligence, Robotics, and Algorithms (STARA): Employees' perceptions of our future workplace. *Journal of Management & Organization*, 24(2), 239–257. <https://doi.org/10.1017/jmo.2016.55>
8. Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. W. W. Norton & Company.
9. Daugherty, P. R., & Wilson, H. J. (2018). *Human + machine: Reimagining work in the age of AI*. Harvard Business Press.
10. Davenport, T. H., & Ronanki, R. (2018). Artificial intelligence for the real world. *Harvard Business Review*, 96(1), 108–116. <https://www.bizjournals.com/boston/news/2018/01/09/hbr-artificial-intelligence-for-the-real-world.html>
11. Davis, F. D. (1989). Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. *MIS Quarterly*, 13(3), 319–340. <https://doi.org/10.2307/249008>
12. Dwivedi, Y. K., Kshetri, N., Hughes, L., Slade, E. L., Jeyaraj, A., Kar, A. K.,... & Wright, R. (2023). „So what if ChatGPT wrote it?” Multidisciplinary perspectives on opportunities, challenges and implications of generative conversational AI for research, practice and policy. *International Journal of Information Management*, 71, 102642. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2023.102642>
13. Edmondson, A. (1999). Psychological safety and learning behavior in work teams. *Administrative Science Quarterly*, 44(2), 350–383. <https://doi.org/10.2307/2666999>
14. Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from National Systems and „Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, 29(2), 109–123. [http://dx.doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4)
15. European Union. (2024). *Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council laying down harmonised rules on artificial intelligence (Artificial Intelligence Act)*. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj/eng>
16. Field, J. (2006). *Lifelong learning and the new educational order*. Trentham Books.
17. Floridi, L., Cowls, J., Beltrametti, M. et al. AI4People—An Ethical Framework for a Good AI Society: Opportunity, Risks, Principles, and Recommendations. *Minds & Machines* 28, 689–707 (2018). <https://doi.org/10.1007/s11023-018-9482-5>

18. Gerlach, R. (2012). *Pedagogika pracy w perspektywie dyskursu o przyszłości*. Wydawnictwo Uniwersytetu Kazimierza Wielkiego.
19. Hug, T. (2006). Microlearning: A New Pedagogical Challenge (Introductory Note). In T. Hug, M. Lindner, & P. A. Bruck, (Eds.), *Microlearning: Emerging Concepts, Practices and Technologies After E-Learning: Proceedings of Microlearning Conference 2005: Learning & Working in New Media* (pp. 8–11). Innsbruck, Austria: Innsbruck University Press.
20. Illeris, K. (2004). *The three dimensions of learning*. Krieger Publishing Company.
21. Jöhnik, J., Weißert, M., & Wyrтки, K. (2021). Ready or not, AI comes—An interview study of organizational AI readiness factors. *Business & Information Systems Engineering*, 63(1), 5–20. <https://aisel.aisnet.org/bise/vol63/iss1/2/>
22. Joyce, K., & Cruz, T. M. (2024). A Sociology of Artificial Intelligence: Inequalities, Power, and Data Justice. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 10. <https://doi.org/10.1177/23780231241275393>
23. Kaplan, A., & Haenlein, M. (2019). Siri, Siri, in my hand: Who's the fairest in the land? On the interpretations, illustrations, and implications of artificial intelligence. *Business Horizons*, 62(1), 15–25. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2018.08.004>
24. Kellogg, K. C., Valentine, M. A., & Christin, A. (2020). Algorithms at Work: The New Contested Terrain of Control. *Academy of Management Annals*, 14, 366–410. <https://doi.org/10.5465/annals.2018.0174>
25. Knowles, M. S. (1984). *The adult learner: A neglected species* (3rd ed.). Gulf Publishing.
26. Kolb, D. A. (1984). *Experiential learning: Experience as the source of learning and development*. Prentice-Hall.
27. Kwiatkowski, S. M. (2018). *Pedagogika pracy*. Wydawnictwo Naukowe PWN.
28. Merriam, S. B., & Bierema, L. L. (2013). *Adult learning: Linking theory and practice*. John Wiley & Sons.
29. Mezirow, J. (1991). *Transformative dimensions of adult learning*. Jossey-Bass.
30. Mittelstadt, B. D., Allo, P., Taddeo, M., Wachter, S., & Floridi, L. (2016). The ethics of algorithms: Mapping the debate. *Big Data & Society*, 3(2), 2053951716679679. <https://doi.org/10.1177/2053951716679679>
31. Nahavandi, S. (2019). Industry 5.0 – A human-centric solution. *Sustainability*, 11(16), 4371. <https://doi.org/10.3390/su11164371>
32. OECD. (2021). *Artificial Intelligence and the Future of Skills, Volume 1: Capabilities and Assessments*. OECD Publishing. <https://www.skillsforemployment.org/sites/default/files/2024-01/5ee71f34-en.pdf>
33. Parasuraman, R., & Manzey, D. H. (2010). Complacency and bias in human use of automation: An attentional integration. *Human Factors*, 52(3), 381–410. <https://doi.org/10.1177/0018720810376055>
34. Raisch, S., & Krakowski, S. (2021). Artificial intelligence and management: The automation–augmentation paradox. *Academy of Management Review*, 46(1), 192–210. <https://doi.org/10.5465/amr.2018.0072>
35. Shrestha, Y. R., Ben-Menahem, S. M., & Von Krogh, G. (2019). Organizational decision-making structures in the age of artificial intelligence. *California Management Review*, 61(4), 66–83. <https://doi.org/10.1177/0008125619862257>
36. Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333–339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
37. Sweller, J. (1988). Cognitive load during problem solving: Effects on learning. *Cognitive Science*, 12(2), 257–285. [https://doi.org/10.1016/0364-0213\(88\)90023-7](https://doi.org/10.1016/0364-0213(88)90023-7)
38. UNESCO. (2021). *Reimagining our futures together: A new social contract for education*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://doi.org/10.18356/9789210012102>

39. World Economic Forum. (2023). *The Future of Jobs Report 2023*. Geneva: World Economic Forum. <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2023/>
40. Xu, X., Lu, Y., Vogel-Heuser, B., & Wang, L. (2021). Industry 4.0 and Industry 5.0-Inception, conception and perception. *Journal of Manufacturing Systems*, 61, 530–535. <https://doi.org/10.1016/j.jmsy.2021.10.006>

About authors:

Dota Szyborska is ethics expert and PhD in Humanities, with a dual background in Philosophy (Logical Atomism) and Sociology from the University of Warsaw. Currently an Assistant Professor at WSB Merito University, she is a seasoned lecturer and a two-time TEDx speaker dedicated to the ethical advancement of AI in both research and industry. Her research explores the intersection of agentic systems and management, alongside AI's evolving role in education and business. As a leader of the “AI, Law, and Democracy” working group at the Polish Ministry of Digital Affairs (GRAI), she shapes the future of AI governance. She has been named one of the TOP 10 Women in Data Science in Poland and recognized in the global “Strong Women in IT” report.

Julia Jastrzębska is an academic teacher and practicing psychologist holding Master's degrees in Pedagogy and Psychology. She specializes in psychological diagnosis, comprehensive developmental support - particularly for individuals on the autism spectrum - and sports psychology. By combining rigorous scientific knowledge with empathy, she supports young high-performance athletes in developing mental resilience and balancing their sports careers with education. Her work focuses on empowering youth to build solid foundations for long-term mental well-being and success.